

Anais do

IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental



CADERNO DE RESUMOS

Volume 1
Setembro de 2013



PUCPR

CEPEDIS

Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental

IV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

17 a 19 de setembro de 2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL

Comissão Organizadora

Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Helene Sivini Ferreira

Coordenação dos Grupos de Trabalho

Alaim Giovani Fortes Stefanello
Andréia Mendonça Agostini
Caroline Barbosa Contente Nogueira
Clarissa Bueno Wandscheer
Danielle de Ouro Mamed
Diogo Andreola Serraglio
Dulce María García y García
Liana Amin Lima da Silva
Luciana Xavier Bonin
Manuel Munhoz Caleiro
Raul Cezar Bergold

CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITO SOCIOAMBIENTAL

Presidente

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Vice-Presidenta

Danielle de Ouro Mamed

Diretor Executivo

Manuel Munhoz Caleiro

Primeira Secretária

Adriele Fernanda Andrade Précoma

Segundo Secretário

Raul Cezar Bergold

Tesoureira

Clarissa Bueno Wandscheer

Conselho Fiscal

Carla Vladiane Alves Leite
Fernando Gallardo Vieira Prioste
Lucimara Deretti

Conselho Consultivo

Alaim Giovani Fortes Stefanello
Claudia Sonda
José Aparecido dos Santos

Conselho Editorial

Antônio Carlos Sant'Anna Diegues
Antônio Carlos Wolkmer
Bartomeu Melià
Bruce Gilbert
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Caroline Barbosa Contente Nogueira
Clarissa Bueno Wandscheer
Danielle de Ouro Mamed
David Sanchez Rubio
Edson Damas da Silveira
Eduardo Viveiros de Castro
Fernando Antônio de Carvalho Dantas
Helene Sivini Ferreira
Jesús Antonio de la Torre Rangel
Joaquim Shiraishi Neto
José Aparecido dos Santos
José Luis Quadros de Magalhães
José Maurício Arruti
Juliana Santilli (*in memoriam*)
Liana Amin Lima da Silva
Manuel Munhoz Caleiro
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Milka Castro Lucic
Priscila Lini
Raquel Yrigoyen Fajardo
Rosemberg Ariza Santamaria
Walter Antillon Montealegre

Realização

Apoio



CEPEDIS
Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental



NEVES MACIEYWSKI • GARCIA
E ADVOGADOS ASSOCIADOS



Ministério da
Educação



Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental
Rua Imaculada Conceição, 1155, Bloco Vermelho, Prado Velho
Curitiba, Paraná, Brasil - CEP 80.215-901
www.direitosocioambiental.org
contato@direitosocioambiental.org

Periodicidade bianual

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

ISSN: 2595-6221

C749a
2013

Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental (4 : 2013 set. 17-19 : Curitiba, PR)
Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. – Curitiba : CEPEDIS, 2013.
70 p. (Caderno de resumos ; v. 1)

Resumos dos trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental realizado de 17 a 19 de setembro de 2013 na PUCPR

1. Direito ambiental – Congressos. I. Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental.

Dóris 4. Ed. – 341.347



Apresentação

O Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental chega a sua quarta edição no ano de 2013, tendo como público alvo alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da área. Assim como as anteriores edições, o evento é realizado pelo Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica, do Programa de Pós-graduação em Direito Econômico e Socioambiental, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Linha de Pesquisa Sociedades e Direito, sob a coordenação dos professores Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Helene Sivini Ferreira e Vladimir Passos de Freitas.

Percebendo que o racionalismo do sistema econômico hegemônico excluiu do modelo de desenvolvimento adotado pela modernidade os povos e a natureza, assim como os conhecimentos tradicionais resultantes da interação entre eles, o Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental tem relevância científica na medida em que se propõe a debater a necessidade de resgatar a relação de solidariedade outrora existente entre as sociedades humanas e meio ambiente natural, enfrentando academicamente os principais desafios interpostos à integração global entre povos e natureza.

Busca-se não somente aprofundar o tema no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fortalecendo em especial as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da Linha de Pesquisa Sociedades e Direito, mas também promover, de forma mais ampla, o debate entre docentes, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação sobre questões centrais que guardam relação direta com o agravamento da crise socioambiental na modernidade.

O evento pretende instigar o debate científico e acadêmico sobre questões que se encontram diretamente vinculadas ao embate entre o Estado e as Sociedades, estimular a produção científica de Grupos de Pesquisa que atuam nas diversas áreas relacionadas ao socioambientalismo através da elaboração e apresentação de artigos que serão posteriormente publicados em anais, fortalecer as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica (PPGD/CNPq), assim como a integração entre seus membros, promover a integração entre docentes, pesquisadores e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento e instituições de ensino superior mediante a troca de conhecimentos e experiências, o que certamente contribuirá para o aprofundamento e a compreensão de temas fundamentais ao estudo do socioambientalismo.

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO I: CONSOLIDAÇÃO E DIFICULDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO.

A EFETIVIDADE DO DEVER COMPARTILHADO DE PROTEGER O MEIO AMBIENTE, SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, A PARTIR DOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS PARA O EXERCÍCIO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DE TUTELA AMBIENTAL/ *Shared effectiveness of duty to protect the environment, the perspective of public participation, from the instruments of procedure for the exercise of constitutional guarantees of environmental protection* - Flávio Marcelo Rodrigues Bruno e Raimundo Giovanni França Matos 2

ANÁLISE DA CONTRAPROPAGANDA ENQUANTO INSTRUMENTO DO SOCIOAMBIENTALISMO/ *Counter-analysis as a tool of socioenvironmentalism* – Antonio Carlos Efigê e Sílvia Alexandre Fazolli 3

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA/ *The environmental issue and the public choice theory* - Ana Paula Maciel Costa Kalil e Rodrigo Augusto Lazzari Lahoz 3

A QUESTÃO SOCIAL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS NO BRASIL/ *Issue a social and environmental protection in the construction of houses* - Christine Keler de Lima Mendes e Maria Tavares Ferro 4

DESAFIOS DA PUBLICIDADE PÓS-CONSUMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL/ *Desafíos de la publicidad post-consumo: desarrollo economico y la sostenibilidad ambiental* - Antonio Carlos Efigê e Maristela Denise Marques de Souza 4

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: PARÂMETRO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL/ *Desarrollo regional sostenible en Amazonia: parámetro para el licenciamiento ambiental* – Roger Luiz Paz de Almeida e Ener Vaneski Filho 5

DIREITO À INFORMAÇÃO COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL/ *Right to information as a key factor for effective of environmental law* - Brenda Reis dos Anjos e José Rogério de Sousa Mendes Júnior .. 6

ÉTICA AMBIENTAL NO MERCADO DE CAPITAIS/ *Environmental ethics in the capital market* – Lucas Zucoli Yamamoto 7

INTERVENÇÃO EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: OMELETE DE MUITOS OVOS QUEBRADOS/ *intervención en conflictos socioambientales: tortilla de muchos huevos quebrados* – Rosilene Ferreira Mendes e Sandy Rodrigues Faiderb 8

DIREITO DE EDIFICAR EM SOLO URBANO: AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E SUA FUNÇÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL/ *Right to build in urban land: areas of permanent preservation and its role in environmental preservation* - Frederico Augusto Gomes 9

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA NO AMAZONAS/ Socioenvironmental effects of Bolsa Floresta Program in the Amazonas State - Polyanna Cecília de Menezes Maia	10
GESTÃO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO: CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ <i>Gestión ambiental y socioambientalismo: caminos hacia el desarrollo sostenible</i> - Danielle Costa de Souza Simas e Jonathas Simas de Lima	11
MUDANÇA CLIMÁTICA E PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA/ <i>Cambio climático y pago de servicios ambientales en la legislación brasileña</i> - Danielle de Ouro Mamed e Daniele de Oliveira Lazzeres	12
O INCENTIVO FISCAL À COMERCIALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS FRENTE AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA/ <i>El incentivo fiscal a la comercialización de los agrotóxicos frente al derecho humano a la alimentación adecuada</i> - Thiago Venâncio Noleto da Gama	13
OS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CONSUMO CONSCIENTE ENQUANTO ALIMENTO À UTOPIA; O PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE/ <i>The principles of prevention, information and environmental education and conscious consumption as food to utopia; the principle of participation and the construction of reality</i> - José Alvino Santos Filho e Ariel Salete de Moraes Júnior	14
OS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS SOB A PERSPECTIVA DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO / <i>Environmental rights from the perspective of the new latin american constitutionalism</i> - Ricardo Cavedon	14
O SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO NA AMAZÔNIA/ <i>System of water resources management as a tool for strategic implementation of the amazon socioenvironmentalism</i> - Lana Elisa Matos Gomes Barbosa	15
O TRIBUTO PIGOUVIANO À LUZ DO SOCIOAMBIENTALISMO E A CULTURA DA SOCIEDADE CONSUMISTA/ <i>The pigouviano tribute through the social environmentalism and the culture of the consumer society</i> - Cecílio Arnaldo Rivas Ayala e Priscila Silva de Souza	16
PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM PARADIGMA PARA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS CIDADES/ <i>Popular participation: a paradigm for environmental sustainability of cities</i> - Brenda Reis dos Anjos - José Rogério de Souza Mendes Junior	18
PODER JUDICIÁRIO E A RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL/ <i>El poder judicial e la resolución negociada de conflictos ambientales en Brasil</i> - Andréa Abrahão Costa	19
POLÍTICA PÚBLICA SOCIOAMBIENTAL: DA EXTRAFISCALIDADE COMO INSTRUMENTO EFICAZ DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CONSUMO CONSCIENTE/ <i>Environmental public policy: the extrafiscality effective as a tool of environmental protection and conscious consumption</i> - Mario Jorge Tenorio Fortes Junior e Gustavo de Macedo Veras.....	19

REFLEXÕES SOBRE AS DIFICULDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO: PERSPECTIVA DE GARANTIA CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO NA PROTEÇÃO E TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS/ <i>Reflections on the difficulties for the implementation of socioenvironmentalism: perspective of constitutional guarantee of fundamental rights of citizen sin protection and protection of collective rights</i> - Euseli dos Santos.....	20
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL DA ENERGIA NO BRASIL - <i>Environmental energy taxation in Brazil</i> - Edson Luciani de Oliveira	21
GRUPO DE TRABALHO II: Biodiversidade, espaços protegidos e populações tradicionais	

GRUPO DE TRABALHO II: BIODIVERSIDADE, ESPAÇOS PROTEGIDOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS.

A CONQUISTA DE UM ESPAÇO PARA A CATA DA MANGABA EM MEIO A OMISSÕES E TROPEÇOS/ <i>The conquest of a space for the cata mangaba omissions in the midst and stumbling</i> - Fábria Ribeiro Carvalho de Carvalho e Acácia Gardênia Santos Lelis	24
A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS NA GARANTIA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA/ <i>The importance of specially protected areas in the warranty of conservation of biodiversity and traditional communities in the Amazon</i> - Marcelo Moraes Rodrigues	25
A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PATENTES PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS/ <i>The importance of the patent system for the protection of biodiversity and traditional knowledge.</i> Karina Ferreira Soares de Albuquerque e Lucas Cardinali Pacheco	26
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA: POVOS AMAZÔNICOS E PADRÕES CONTRATUAIS DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE / <i>Sustainable development which is community-based: amazonic people and contractual standards of biodiversity management.</i> Liana Amin Lima da Silva	26
PRODUÇÃO DA NORMA E A NÃO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS RELACIONADOS AO ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS - <i>The production of the norm and the lack of acknowledgement of social and environmental rights related to access to genetic resource and associated traditional knowledge.</i> Mônica da Costa Pinto e Mônica Nazaré Picanço Dias Bonolo	27
PROPRIEDADE INTELECTUAL SOBRE SERES VIVOS E OS CULTIVARES: AS CONTROVÉRSIAS LEGISLATIVAS E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS/ <i>Intellectual property over living things and cultivars: the legislative and environmental problems, controversies and economic.</i> Lucas Cardinali Pacheco e Karina Ferreira Soares de Albuquerque	28

A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE: ENTRE O DIREITO SOBERANO DOS ESTADOS E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE/ *The biodiversity protection: between the sovereign right of states and the protection of the common heritage of humanity.* Liziane Paixão Silva Oliveira 29

A TERRA NO SISTEMA JURÍDICO NACIONAL: A PROPRIEDADE E A VIDA / *Land in the national legal system: property and life.* Elis Cristina Alves Pereira e Dulce María García y García 30

A UTILIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NAS DEMANDAS ENVOLVENDO EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS BRASILEIROS: UM DESAFIO À EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS/ *The use of the writ suspension in demands involving brazilian's hydroelectric plants: a challenge to the effectiveness of social and environmental rights.* Natália Jodas 30

A VISÃO HOLÍSTICA SOCIOAMBIENTAL PARA A PRESERVAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS/ *The holistic socio-environmental vision for the preservation of traditional knowledge.* Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro e Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro 31

GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: PONTOS E CONTRAPONTO DA POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE/ *Governance and sustainability: counterpoints and points of policy national biodiversity.* José Osório do Nascimento Neto e Igor Fernando Ruthes 32

OS ACORDOS COMUNITÁRIOS DE PESCA NA REGIÃO AMAZÔNICA E O PLURALISMO JURÍDICO/ *The community based fishing agreements at amazon region and the legal pluralism.* Bianca Gabriela Cardoso Dias e Serguei Aily Franco de Camargo..... 33

OS CONSELHOS GESTORES COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA A REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS - *The managers council with social participation as an instrument for arising benefits sharing from traditional knowledge.* Ronaldo Alves Marinho da Silva e José Gomes de Britto Neto 33

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E AS FLORESTAS INDÍGENAS NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DO NÃO RETOCESSE AMBIENTAL/ *The new forest code and forests indigenous in the perspective on the principle of environmental no return.* Nelson Teodomiro Souza Alves e Liziane Paixão Silva Oliveira 35

POR UM MEIO AMBIENTE COM GENTE: COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA DUPLA SUSTENTABILIDADE/ *Hacia un medio ambiente con la gente: comunidades tradicionales y unidades de conservación en la perspectiva de la doble sustentabilidad.* Andrew Toshio Hayama 36

POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO SOCIAL NO PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ/ *Possibilities of social inclusion in Xixová-Japuí State Park.* Henrique Vianna Pozo e Euler Sandeville Junior. 37

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO NO CONTEXTO DOS ESTADOS PLURINACIONAIS LATINO-AMERICANOS DO SÉCULO XXI/ *Protection of biodiversity and associated traditional*

knowledge in plurinacional latin american states in twenty first century. Miguel Etinger de Araujo Junior. Deíse Camargo Maito 38

QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA: ENTRE O ESQUECIMENTO E A AMEAÇA/
Quilombos from ribeira valley: between the forgetting and the threat. Oriel Rodrigues Moraes e Raul Cezar Bergold 38

RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS COMO PRESSUPOSTO A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE FRENTE A FORÇA ECONÔMICA INTERNACIONAL /
Recognition of genetic heritage and associated traditional knowledge as assumption of biodiversity protection force international economic front. Christine Keler de Lima Mendes e Maria Tavares Ferro 39

REFLEXOS JURÍDICOS DA DIMINUIÇÃO DO LANÇAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO SOBRE A PESCA NA ZONA MARÍTIMA/ *Legal consequences of decrease in releases of the são francisco river waters on sea fishing zone.* Geilton Costa Cardoso da Silva. 40

SISTEMA DE PATENTES - O NOVO COLONIALISMO: USURPAÇÃO E MONOPÓLIO DO CONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS / *Patent system - the new colonialism: usurpation and monopoly of the knowledge of traditional populations.* Alisson Fontes de Aragão..... 40

SOBREPOSIÇÃO DE TERRAS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: PRESERVAÇÃO OU AMEAÇA À BIODIVERSIDADE?/ *Superposition between traditional population's lands and conservation areas of integral protection: preservation or threat to the biodiversity?* Lillian Argenta Pereira. 41

GRUPO DE TRABALHO III: NATUREZA, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SOCIEDADE DE RISCO

A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO E O PENSAMENTO DE LEONARDO BOFF/ *La implementación del socioambientalismo yel pensamiento de Leonardo Boff.* Celso Leal da Veiga Júnior 44

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PROTEÇÃO JURÍDICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A ACESSIBILIDADE DO KAMBÔ À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA/ *Legal protection and traditional knowledge: a reflection about the accessibility of throughout in the light of the principles of bioethics and human dignity.* Raimundo Giovanni França Matos e Ronaldo Alves Marinho da Silva 45

A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS – ENQUANTO SOCIEDADE DE RISCO, PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS/ *Protección jurídica de las poblaciones tradicionales - mientras sociedad de riesgo, y patrimonio genético e conocimientos tradicionales asociados.* José Washington Nascimento de Souza. 45

O REMANEJAMENTO DA COMUNIDADE DE MUTUM PARANÁ E O MEIO AMBIENTE CULTURAL/ *The relocation of the mutum paraná community and cultural environment.* Diego Weis Junior e Rosimery do Vale Silva Ripke 46

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E OS RISCOS AMBIENTAIS PARA A SOCIEDADE ATUAL NA AMÉRICA LATINA: SUSTENTABILIDADE X DEMANDA ENERGÉTICA/ *The development of the oil industry and environmental risks for the current society in latin america: sustainability x energetic demand.* José Gomes de Britto Neto 47

BIOPROSPECÇÃO, POPULAÇÕES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: REFLEXÕES SOBRE A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS/ *Bioprospection, population and traditional knowledge: reflections about benefit sharing.* Rodolfo Souza da Silva... 49

OS SABERES POPULARES INTERGERACIONAL E O TRABALHO INFANTIL NA CATA DA MANGABA/ *The popular knowledge and generations of child labour in cata mangaba.* Acácia Gardênia Santos Lelis e Fábria Carvalho Figueiredo 50

CAPITALISMO, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO NO PERU: A PROPÓSITO DO PROJETO AURÍFERO CONGA/ *Capitalism, nature and development in peru: the purpose of the Conga Gold Mine Project.* Ricardo Serrano Osorio 51

ENTRE O DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: A POBREZA COMO PARADIGMA DE INJUSTIÇA AMBIENTAL/ *Entre el desarrollo y la sostenibilidad: la pobreza como paradigma de la injusticia ambiental.* Amadeu Elves Miguel e Guilherme Nazareno Flores 51

PACHAMAMA: UM NOVO PARADIGMA SOCIOAMBIENTAL/ *Pachamama: un nuevo paradigma socioambiental.* Zelma Tomaz Tolentino e Liziane Paixão Silva Oliveira..... 52

CONFLITOS ECOLÓGICOS DISTRIBUTIVOS E O PROTAGONISMO DA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO PONTAL DOS BURITIS: UM ESTUDO DE CASO/ *Ecological distributive conflicts and leadership community of nesting pontal dos buritis: a case study.* Larissa Carvalho de Oliveira e Helga Maria Martins de Paula 53

MERCADO, PATRIMÔNIO GENÉTICO, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E RISCO À HUMANIDADE: REFLEXÕES À LUZ DA PROTEÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA/ *Market, genetic heritage, traditional knowledge and risk to humanity: reflections on brazilian legal protection.* Gustavo de Macedo Veras e Mario Jorge Tenório Fortes Júnior..... 53

NATUREZA: ENTRE A TRADIÇÃO E O RISCO/ *Nature: between tradition and risk.* Luciana Xavier Bonin 54

GRUPO DE TRABALHO IV: DESAFIOS DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CIGANOS NO BRASIL

A COLONIALIDADE DO PODER E A DIFERENÇA COLONIAL VISTAS A PARTIR DO HISTÓRICO DOS POVOS CIGANOS NO BRASIL/ *Coloniality of power and colonial difference views from the history of gypsy people in Brazil.* Alex Sandro da Silveira Filho 57

A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL AOS CIGANOS E SUAS GARANTIAS LEGAIS BASEADO NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. <i>Social discrimination to gypsies and legal warranties based on the principle of human dignity.</i> Sheila Lobão Molina e Jacqueline Meneses de Santana.	57
A PERDA E A RECONQUISTA DO TERRITÓRIO AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ. <i>La pérdida y la reconquista del territorio Avá-Guarani en este de Paraná.</i> Raul Cezar Bergold e Caroline Barbosa Contente Nogueira.....	58
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO DANO AMBIENTAL E A OMISSÃO DO ESTADO FRENTE AO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS/ <i>Liability of environmental damage and failure of the state to front of indigenous cultural heritage.</i> Carla Vladiane Alves Leite	59
AUTOTUTELA INDÍGENA: ATÉ QUE PONTO O PROTAGONISMO É DO ÍNDIO?/ <i>Indigenous self-determination: how challenging is to be autonomous?</i> Ronaldo Lobão e Elisa Assumpção Solinho	60
COMINIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS: AVANÇOS E DESAFIOS/ <i>Comunidades quilomblas em bajo Amazonas: avances y desafios.</i> Natasha Valente Lazzaretti.....	61
DIREITO E EFETIVIDADE: UM PARADOXO AINDA ATUAL NA QUESTÃO INDÍGENA/ <i>Derecho y eficacia: una paradoja aún presente en cuestiones indígenas.</i> Jessica Fernanda Jacinto de Oliveira.	62
DIVERSIDADE CULTURAL : PROTEÇÃO E TUTELA NA ERA PÓS -MODERNA/ <i>Diversidad cultural: protección y tutela en la era post-moderna.</i> Ana Célia Querino. ...	62
FUNDAMENTOS MORAIS DO CONFLITO DE BELO MONTE / <i>Fundamentos morales del conflicto de Belo Monte.</i> Rafael GandurGiovaneli	63
“MULHERES DOS PANOS” MBYÁ-GUARANI/ <i>Mbyá-Guarani “Cloth’s Women”.</i> Luiz Fernando Caldas Fagundes	63
O DIREITO ÀS TERRAS ANCESTRAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE GUINE BISSAU E BRASIL/ <i>El derecho a las tierras ancestrales: un análisis comparativo entre Guinea Bissau y Brasil.</i> Marceline Vaz e Juceline Gomes	64
O RECONHECIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS URBANAS: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO PATRIMÔNIO EM UBERLÂNDIA-MG / <i>El reconocimiento de las comunidades quilombos urbanos: um estudio de caso en el Distrito de Patrimônio, Uberlândia – MG.</i> Rodrigo Mendonça Lima e Rúbia Mara de Freitas	65
PATRIMÔNIO: UMA COMUNIDADE NEGRA ASSUMINDO SUA CONDIÇÃO DE QUILOMBO URBANO/ <i>Patrimônio: a community taking your condition black urban quilombo.</i> Guilherme Andrade de Paula	66
POLÍTICA AGRÍCOLA E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/ <i>Agricultural policy and indigenous peoples in Brazil -</i> Flavia Donini Rossito	66
POVOS INDÍGENAS NAS FRONTEIRAS E A CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: ASPECTOS CRIMINAIS/ <i>Indigenous peoples at</i>	

brazilian borders and the convention 169 of international labor organization: criminal aspects. Edson Damas da Silveira e Serguei Aily Franco de Camargo. 67

TERRAS DE QUILOMBOS: A DISCUSSÃO SOBRE A REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE QUILOMBOLA/ *Terras de quilombos: a discussion on the regularization of the quilombola property.* Camila Gabriele Alvisi. 68

TRANSNACIONALIDADE DO POVO AVÁ-GUARANI NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA: REFLEXOS NOS DIREITOS ASSISTENCIAIS/ *transnacionalidad del pueblo Avá-Guaraní en triple frontera entre Brasil, Argentina y Paraguay: reflexiones sobre la asistencia de derechos.* Ana Paula Fernandes e Manuel Munhoz Caleiro 68

VERDADE E EXCLUSÃO: PRÁTICAS DISCURSIVAS NA PRODUÇÃO DE NORMAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E BIOTECNOLOGIA/ *truth and exclusion: discourse practices in norms production regarding the relation between traditional knowledge and biotechnology.* Mônica da Costa Pinto e Mônica Nazaré Picanço Dias Bonolo 69

GRUPO DE TRABALHO I

Consolidação e dificuldades para a implementação do socioambientalismo



**A EFETIVIDADE DO DEVER COMPARTILHADO DE PROTEGER O MEIO AMBIENTE,
SOB A ÓTICA DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, A PARTIR DOS INSTRUMENTOS
PROCESSUAIS PARA O EXERCÍCIO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DE
TUTELA AMBIENTAL**

*SHARED EFFECTIVENESS OF DUTY TO PROTECT THE ENVIRONMENT, THE
PERSPECTIVE OF PUBLIC PARTICIPATION, FROM THE INSTRUMENTS OF
PROCEDURE FOR THE EXERCISE OF CONSTITUTIONAL GUARANTEES OF
ENVIRONMENTAL PROTECTION*

**Flávio Marcelo Rodrigues Bruno
Raimundo Giovanni França Matos**

RESUMO: O artigo avalia o exercício da cidadania socioambiental na ótica da participação pública, com base no conhecimento do dever compartilhado de tutela ambiental sob o viés do acesso à justiça, através dos instrumentos processuais previstos na Constituição Federal. Inicia-se pela análise da relação entre homem e natureza a partir dos paradigmas antropocêntrico e biocêntrico, passando pela perspectiva contemporânea transindividual, para então demonstrar os fundamentos de uma cidadania socioambiental. Identificando e analisando o dever compartilhado de proteção e garantia ao meio ambiente, considerando que a falta de informação sobre os instrumentos processuais constitucionais de tutela do meio ambiente gera problemas na efetividade do exercício da cidadania socioambiental. Por fim, procura-se fazer uma análise do acesso à justiça na perspectiva ambiental, considerando a falta de efetividade no exercício de uma cidadania socioambiental e a necessidade de se conhecer os instrumentos constitucionais que podem resolver os problemas que o cidadão enfrenta para efetivar o dever compartilhado de proteção e garantia do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania socioambiental; dever compartilhado; participação pública.

ABSTRACT: *The article evaluates the exercise of citizenship in the social and environmental optics of public participation, based on knowledge of the shared duty of environmental protection under the bias of access to justice, through the procedural instruments provided for in the Constitution of the Federative Republic of Brazil. Begins by analyzing the relationship between man and nature from the anthropocentric paradigms and Biocentric reaching a contemporary perspective collective rights, to then demonstrate the fundamentals of social and environmental citizenship by identifying and analyzing the shared duty of protection and security to the environment, whereas the lack of information on the constitutional procedural instruments to protect the environment raises problems in the effectiveness of the exercise of social and environmental citizenship. Finally, try to make an analysis of access to justice in environmental perspective, considering the lack of effectiveness in the exercise of social citizenship and the need to meet the constitutional instruments that can solve the problems that citizens face to make the shared duty of protection and environmental assurance.*

KEYWORDS: *Social and environmental citizenship; shared duty; public participation.*

**ANÁLISE DA CONTRAPROPAGANDA ENQUANTO INSTRUMENTO DO
SOCIOAMBIENTALISMO**
COUNTER-ANALYSIS AS A TOOL OF SOCIOENVIRONMENTALISM

Antônio Carlos Efig
Silvio Alexandre Fazolli

RESUMO: O presente trabalho almeja proceder sucinta análise acerca dos efeitos nocivos da propaganda ambientalmente incorreta, inserida em campanhas publicitárias, em sede de relações de consumo. Partindo-se das espécies de divulgação de produtos, vedadas pelo ordenamento pátrio, pretende-se enfocar a eficácia da contrapublicidade enquanto mecanismo auxiliar na promoção da hígidez ambiental, bem como as técnicas processuais aptas a efetivar tal intento.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de consumo; Contrapropaganda; socioambientalismo.

ABSTRACT: *The present work aims to make brief analysis about the harmful effects of advertising environmentally incorrect, set in advertising campaigns based on consumer relations. Based on the species of promoting products, sealed by parental order, we intend to focus on the effectiveness of the mechanism contrapublicidade while assisting in the promotion of environmental soundness, as well as procedural techniques able to accomplish such intent.*

KEYWORDS: *Consumer Relations - counter-analysis - Socioenvironmentalism*

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA
THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND THE PUBLIC CHOICE THEORY

Ana Paula Maciel Costa Kalil
Rodrigo Augusto LazzariLahoz

RESUMO: As questões socioambientais vem se tornando urgentes em nossa sociedade. É preciso um esforço conjunto do Poder Público, dos cidadãos e da sociedade civil organizada pra reverter o cenário de degradação ambiental, escassez dos recursos naturais e injustiça social que foi herdado e é vivenciado na atualidade. Não há como dissociar o meio ambiente das decisões políticas e das finanças públicas, o que implica em uma visão econômica dessas medidas. Visando aprimorar este processo, apresenta-se a Teoria da Escolha Pública, que introduz à ciência política aspectos econômicos. O que se pretende demonstrar é que, em que pese haja um reconhecimento da necessidade de investimentos e ações voltadas às questões socioambientais, as escolhas públicas ainda respondem ao “primado do interesse privado”.

PALAVRAS-CHAVE: Questão socioambiental. Escolhas públicas. Interesses privados.

ABSTRACT *The environmental issue is becoming more urgent in our society. It takes a joint effort by Government, citizens and society to reverse environmental damages, natural resources scarcity and social injustice which was inherited and is lived nowadays. There's no way to dissociate environment from public decisions and finance, implying an economic analysis of public policies. Aiming to improve this process, presents The Public Choice Theory, introducing economics standards to political science. Although the recognition that environmental investments and plans are necessary, public choices still answers to private interest primacy.*

KEYWORDS: *Environmental issue. Public choice. Private interest.*

**A QUESTÃO SOCIAL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NA CONSTRUÇÃO DE
MORADIAS NO BRASIL**
*ISSUE A SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PROTECTION IN THE CONSTRUCTION OF
HOUSES*

Christine Keler de Lima Mendes
Maria Tavares Ferro

RESUMO: O presente artigo aborda a questão social e proteção ao meio ambiente na construção do direito fundamental à moradia no Brasil, trazendo à baila as políticas públicas habitacionais do Brasil, entre elas, a regularização fundiária urbana, instrumento jurídico que vai de encontro com as políticas habitacionais de cunho mercadológico, pois pressupõe reconhecer as cidades ilegais e assentamentos irregulares, instando do Estado concretizar a função social da cidade e da propriedade, por meio de um conjunto de ações desregularização do espaço urbano que além de buscar consolidar o direito a moradia é suporte lógico da proteção ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: questão social; moradia; meio ambiente; regularização fundiária.

ABSTRACT: *This article discusses the social and environmental protection in the construction of the fundamental right to housing, bringing up the public housing policy in Brazil, including the urban land tenure, legal instrument that meets with the housing policies of stamp merchandising, it presupposes recognize cities and illegal squatter settlements, urging the state to apply the social function of the city and property, through a set of actions to stabilize the urban space and seek to consolidate the right to housing is the software environmental protection.*

KEYWORDS: *social issues, housing, environment, land tenure.*

**DESAFIOS DA PUBLICIDADE PÓS-CONSUMO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
*DESAFÍOS DE LA PUBLICIDAD POST-CONSUMO: DESARROLLO ECONOMICO Y LA
SOSTENIBILIDAD AMBIENTAL*

Antônio Carlos Efig
Maristela Denise Marques de Souza

RESUMO: A presente pesquisa se propõe analisar a importância da publicidade pós-consumo, como instrumento de comunicação social e disseminação de valores socioambientais na sociedade de consumo, como reflexo da conscientização individual e coletiva, da importância do consumo sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população humana. Trata também da publicidade como fonte instigadora do consumo, e a forma como as empresas anunciantes podem estimular a venda de produtos/serviços e ao mesmo tempo atender à finalidade do desenvolvimento sustentável, na redescoberta da principal finalidade da publicidade: fornecer informações, desenvolver atitudes que irão corresponder para os anunciantes, ações benéficas, mais explicitamente o consumo almejado, seja de produto ou serviço, e, sobretudo a consciência do ato de consumir. Dentro de uma análise descritiva e crítica, o estudo foi dividido em três capítulos, o primeiro demonstrando a influência da publicidade na sociedade de consumo, segundo capítulo

sobre o consumo e publicidade, publicidade e consumo sustentável; desafios da publicidade pós-consumo; no terceiro capítulo desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental a busca do equilíbrio. A atual crise globalizada dos recursos naturais e o consumo exacerbado exigem da população mundial um elevado nível de consciência coletiva de consumo e meio ambiente, consciência de sustentabilidade. A publicidade como solução e instrumento de persuasão positiva coletiva, de conscientização geral com a finalidade de promover o bem comum, o resgate do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo consciente; Publicidade pós-consumo; Desenvolvimento econômico; Sustentabilidade ambiental.

RESÚMEN: *Esta investigación tiene como objetivo analizar la importancia de la publicidad post-consumo como herramienta de comunicación social y difusión de los valores ambientales de la sociedad de consumo, lo que refleja la toma de conciencia individual y colectiva de la importancia del consumo sostenible y la mejora de la calidad de vida de la población humana. También instiga a ver la publicidad como fuente de consumo y cómo los anunciantes pueden promover la venta de productos / servicios y al mismo tiempo cumplir con el objetivo del desarrollo sostenible, el redescubrimiento de la finalidad principal de la publicidad: proporcionar información, desarrollar actitudes que corresponden a los anunciantes, acciones beneficiosas, más explícitamente orientado al consumidor, si el producto o servicio, y sobre todo la conciencia del acto de consumir. Dentro de un análisis descriptivo y la crítica, el estudio se divide en tres secciones, la primera que muestra la influencia de la publicidad en la sociedad de consumo, la segunda sección sobre el consumo y la publicidad, la publicidad y la tercera consumo sostenible y los retos de la publicidad después de su consumo, el desarrollo económico la sostenibilidad ambiental y la búsqueda del equilibrio. La actual crisis mundial de los recursos naturales y el consumo excesivo de la población mundial requieren un alto nivel de conciencia colectiva y el entorno de consumo, la conciencia de sostenibilidad. La publicidad como instrumento de solución y colectiva positiva de la persuasión, el conocimiento general con el fin de promover el bien común, la redención de equilibrio entre el desarrollo económico y la sostenibilidad ambiental.*

PALABRAS CLAVE: consumo consciente; Publicidad post-consumo; desarrollo económico; sostenibilidad ambiental.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: PARÂMETRO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DESARROLLO REGIONAL SOSTENIBLE EN AMAZONIA: PARÁMETRO PARA EL LICENCIAMIENTO AMBIENTAL

Roger Luiz Paz de Almeida
Ener Vaneski Filho

RESUMO: A região amazônica possui peculiaridades que tornam sua gestão um desafio ao poder público: o bioma pertence a nove países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) e possui imensa diversidade biológica, social, cultural e ambiental. Diante de tanta diversidade, põe-se a questão da necessidade de preservação do patrimônio ambiental e da equalização dos problemas sociais existentes na Região. Assim, pretende o presente trabalho analisar como premissas do desenvolvimento regional sustentável podem contribuir na gestão da questão socioambiental na Amazônia. Numa perspectiva crítica, o trabalho também abordará as limitações e potencialidades relativas ao conceito de desenvolvimento regional sustentável para o tratamento do tema. Para chegar ao objetivo proposto, será feita uma breve análise

sobre as características da região amazônica e da necessidade de adoção de mecanismos que tornem possível uma gestão eficaz para a região. Após abordados estes aspectos, será desenvolvido o tema do desenvolvimento regional sustentável como possível resposta para pensar os problemas amazônicos. Ao final, como proposta para efetivação do pensamento, discute-se como estas premissas poderiam ser aplicadas nos procedimentos de licenciamento ambiental, questionando-se se esta postura poderia contribuir para o equacionamento da gestão ambiental na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento; região amazônica; sustentabilidade; licenciamento ambiental.

RESÚMEN: *La Región Amazónica tiene peculiaridades que tornan su gestión un desafío al poder público: el bioma pertenece a nueve países (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname y Venezuela) y tiene inmensa diversidad biológica, social, cultural y ambiental. Por tanta diversidad, se pone el tema de la necesidad de preservación del patrimonio ambiental y de la ecualización de los problemas sociales existentes en la región. De esta forma, pretende la presente investigación como las premisas del desarrollo regional sostenible pueden contribuir en la gestión de la cuestión socioambiental de Amazonia. Con una perspectiva crítica, el trabajo también habla de los límites y potencialidades relativas al concepto de desarrollo regional sostenible para el tratamiento del tema. Para llegar al objetivo propuesto se hará un breve análisis sobre las características de la región amazónica y de la necesidad de la adopción de mecanismos que hagan posible una gestión eficaz para la región. Luego de abordados esos temas, se desarrollará el tema del desarrollo regional sostenible como posible respuesta para pensar los problemas amazónicos. Al final, como propuesta para la efectividad del razonamiento, se discute como estas premisas podrían ser aplicadas en los procedimientos de licenciamiento ambiental, cuestionándose si esta postura es capaz de contribuir para la solución para la gestión ambiental en Amazonia.*

PALABRAS CLAVE: desarrollo; región amazónica; sostenibilidad; licenciamiento ambiental.

**DIREITO À INFORMAÇÃO COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA EFETIVAÇÃO DO
DIREITO AMBIENTAL**
**RIGHT TO INFORMATION AS A KEY FACTOR FOR EFFECTIVE OF ENVIRONMENTAL
LAW**

Brenda Reis dos Anjos
José Rogério de Sousa Mendes Júnior

RESUMO: O direito à informação tem natureza coletiva e exerce um papel primordial nos Estados democráticos. Sabe-se que, no mundo contemporâneo, o enfoque ambiental está a cada dia mais presente por conta dos intensos impactos ambientais que o mundo vem sofrendo devido ao grande e contínuo avanço tecnológico da sociedade. Ao fazer alusão à disponibilidade e qualidade de recursos naturais, bem como sobre políticas, medidas e decisões que tenham por objeto tais recursos, o direito à informação é essencial, não só para que todos estejam cientes do estado, das propostas e execuções de manejos de seu entorno natural, construindo e aperfeiçoando uma “visão pública ambiental informada”, mas sobretudo para que possam efetivar a participação popular de maneira consciente, auxiliando nos processos decisórios que venham a gerar efeitos sobre a natureza. Este trabalho busca traçar os contornos jurídicos do direito à informação e esquadriñar suas efetivas possibilidades na implementação gestão pública ambiental no Brasil. Congregar esforços na consecução de uma gestão democrática em cidades sustentáveis é muito mais

que especificar diretrizes políticas e ambientais, é promover a efetivação de instrumentos que colaborem que este mister. Imperioso delinear os contornos jurídicos do instituto como ferramenta de participação cidadã nas políticas públicas de sustentabilidade, pormenorizando suas peculiaridades e distinguindo sua aplicação com um necessário tom crítico e dialético. Outrossim, busca-se estabelecer as aplicações possíveis deste instituto, de modo a explorar o máximo de sua versatilidade sem que se desnature sua natureza jurídica ou se interfira, ou deixe interferir, inadequadamente pela esfera subjetiva de terceiros.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à informação; Informação Ambiental; Efetivação do Direito Ambiental.

ABSTRACT: *The right to information has a collective nature and plays a key role in democratic states. It is known that, in the contemporary world, the environmental focus is increasingly present on account of the intense environmental impacts that the world is suffering due to large and continuous technological advancement of society. By making reference to the availability and quality of natural resources, as well as on policies, measures and decisions which object such resources, the right to information is essential, not only so that everyone is aware of the state of tenders and execution of managements their natural environment, building and perfecting a "public view environmental informed", but rather so that they can carry popular participation consciously, assisting in decision making processes that may produce effects on nature. This paper attempts to trace the contours of the legal right to information and scan their possibilities in implementing effective public management environment in Brazil. Join efforts in achieving sustainable democratic management in cities is much more to specify guidelines and environmental policies, is to promote the effective tools to collaborate this mister. Legal imperative to outline the contours of the institute as a tool for citizen participation in public policy sustainability, detailing its peculiarities and distinguishing their application with a necessary dialectical and critical tone. Furthermore, it seeks to establish the possible applications of this institute, in order to exploit the maximum versatility without that denature its legal or interfere, or allow it to interfere, by inappropriately subjective sphere of others.*

KEY-WORDS: *Right to information; Environmental Information, Environmental Law Enforcement.*

ÉTICA AMBIENTAL NO MERCADO DE CAPITALIS **ENVIRONMENTAL ETHICS IN THE CAPITAL MARKET**

Lucas Zucoli Yamamoto

RESUMO: A aparente incompatibilidade entre desenvolvimento e preservação da natureza forjou as bases de filosofias relativas ao desenvolvimento sustentável. Como alcançar melhorias sociais e promover o sustento e desenvolvimento das populações prejudicando o mínimo possível a natureza é um grande desafio para os pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Em tempos de economia de mercado, com predominância de funcionamento financeiro em praticamente todo o globo, é interessante verificar-se a ética ambiental no mercado de capitais, o qual vem se transformando e mostrando sua utilidade e versatilidade para o desenvolvimento econômico das nações e das empresas, ostentando grande poder. Com potencial para viabilização de planos sustentáveis, pode também não estar sempre engajado com a sadia qualidade de vida. Há ainda o aspecto da transparência para com o consumidor, seja aquele consumidor final, seja aquele consumidor de produtos financeiros, que deposita recursos nas mãos de seu administrador, mas pouco sabe a respeito da efetiva destinação destes. Como objetivo específico tem-se a realização de análise de

conceitos básicos do socioambientalismo e da ética, verificando o que é e como pode se manifestar a ética ambiental no mercado de capitais, bem como a sua importância. O método adotado é o dedutivo, articulado à documentação e à pesquisa bibliográfica a partir de livros, periódicos, artigos em revistas especializadas, além dos veículos virtuais compatíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Ética ambiental; Mercado; Mercado de Capitais; Opções ambientalmente corretas; Investimentos verdes; Transparência ambiental.

ABSTRACT: *The apparent mismatch between development and nature conservation forged bases to philosophies on sustainable development. How to achieve social improvement and promote the development and sustenance of the people hurting the least possible the nature is a big challenge to researchers who focus on the subject. In times of market economy, with a predominance of financial operation in virtually the entire globe, it is interesting to verify the environmental ethic in the capital market, which is becoming and showing its usefulness and versatility to the economic development of nations and companies, boasting great power. With the potential to enable sustainable projects, can also not be engaged with the healthy quality of life. There is also the aspect of transparency for the consumer, is that the final consumer, is that consumers of financial products, which puts resources in the hands of its administrator, but little known about the actual destination of these. Specific objective is to carry out analysis of the basic concepts of socio-environmentalism and ethics, checking what is and how it can manifest environmental ethics in the capital market, as well as its importance. The method used is deductive, articulate documentation and literature from books, journals, articles in magazines, in addition to the virtual vehicles compatible.*

KEYWORDS: *Environmental Ethics; Market, Capital Market; Environmentally friendly options;*

Green investing; EnvironmentTransparency.

INTERVENÇÃO EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: OMELETE DE MUITOS OVOS QUEBRADOS
INTERVENCIÓN EM CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES: TORTILLA DE MUCHOS HUEVOS QUEBRADOS.

Josilene Ferreira Mendes
Sandy Rodrigues Faidherb

RESUMO: Junto à posituação dos direitos socioambientais, em pleno o processo de abertura democrática, segue o desafio: como implementá-los diante de um cenário onde a raiz dos conflitos meche com as estruturas de poder ainda mantenedoras de um sistema desigual e opressor? Diante do aperfeiçoamento do neoliberalismo, o controle sobre os recursos naturais e o domínio de território tem acirrado a disputa entre grupos sociais que detêm relação direta com meio naturais e grupos sociais que estão interessados no lucro que esses recursos podem trazer. Os entes envolvidos nesses conflitos geram a complexidade de intervenções com a perspectiva de resolução desses conflitos. Nesse contexto, questiona-se: de que maneira o socioambientalismo contribui no sentido de lidar com essas disputas? E diante casos concretos, até onde é possível a negociação e a transação de direitos? Para essa análise é necessário perpassar pelas categorias de conflitos socioambientais e algumas esteios teóricos que nos sinalizam inícios desveladores. Nesse passo se compreende que o tratamento de conflitos socioambientais imprescinde ferramentas que levem a etnografia desses conflitos, onde haja levantamentos dos atores e interesses envolvidos. O texto está longe de aprofundar a questão, mas inicia uma

abordagem de caminhos para implementação do socioambientalismo, a partir das contribuições já traçadas por importantes autores como Juliana Santilli, Paul Little e François Ost, os quais traçam críticas e perspectivas de pontos de partida para intervenção em conflitos de natureza socioambiental.

PALAVRAS-CHAVES: Conflitos socioambientais; Intervenção; Etnografia.

RESUMEN: *Junto a la positivación de los derechos sociambientales, en pleno lo processo de abertura democrática, prossegue lo desafío: como los implantar delante de un escenario donde la raíz de los conflictos alcanza las estructuras de poder mantenedora de un sistema desigual y opresor. Delante del perfeccionamiento de lo neoliberalismo, el control sobre los recursos naturales y el dominio de territorios tienen estimulado la disputa entre grupos sociales que tienen relación directa con el medio ambiente e grupos sociales que están interesados en la ganancia. Los personajes de los conflictos engendrán la complejidad de la intervención con perspectiva de resolución. Así, nos queda la cuestión: como el socioambientalismo contribuye con la lidia de esta disputa ¿Y hasta dónde es posible la negociación de los derechos? Para eso es necesario pasar por las categorías de conflictos socioambientales e algunos aportes teóricos de comienzos comprensivos. Así, nos comprendemos la idea de que el tratamiento de los conflictos socioambientales necesitan elementos etnográficos, envolucrando actores y. No se profundiza la cuestión, pero empieza un abordaje a la implementación del socioambientalismo, con la contribución de Juliana Santilli, Paul Little e François Ost, conteniendo críticas y perspectivas.*

PALABRA CLAVE: Conflitos socioambientales; Intervención; Etnografia.

**DIREITO DE EDIFICAR EM SOLO URBANO: AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE E SUA FUNÇÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**
**RIGHT TO BUILD IN URBAN LAND: AREAS OF PERMANENT PRESERVATION AND ITS
ROLE IN ENVIRONMENTAL PRESERVATION**

Frederico Augusto Gomes

RESUMO: A ocupação do espaço urbano se deu historicamente marcada por conflitos de interesses e de direitos. Sendo assim, o espaço é construído politicamente, porque intrinsecamente ligado à sociedade que o ocupa. Quando a Constituição incumbe ao Poder Público o dever de tutela do meio ambiente através da criação de áreas especialmente protegidas e lei federal institui e regulamenta as chamadas Áreas de Preservação Permanente – determinando, ainda, a aplicação desse dispositivo em solo urbano – surgem dois embates problemáticos. O primeiro é entre o critério objetivo apresentado pela lei para a definição de APP e a função de preservação ambiental a elas inerente, isso porque o desenvolvimento da esmagadora maioria das cidades brasileiras se deu em razão do atendimento das necessidades que se apresentaram ao longo do tempo, e não de forma regulamentada e organizada. Assim, áreas que pelo critério legal deveriam ser protegidas já tiveram sua função de preservação ambiental completa e definitivamente esvaziada, de forma que a incidência do regime jurídico das APP's traz um ônus desnecessário e socialmente inútil aos seus proprietários, fato agravado pela falta de atenção na interpretação judicial quanto à necessidade de observância dessa função contida na definição de Área de Preservação Permanente. O segundo problema é que, como a Constituição estabelece uma competência legislativa concorrente em matéria ambiental, a lei federal deveria apenas dispor sobre diretrizes gerais, sendo-lhe vedado descer às minúcias que o Código Florestal vai ao definir as Áreas de Preservação Permanente. Conquanto seja necessária a preservação ambiental através da instituição de áreas especialmente protegidas, impõe-se a atenção para efetiva proteção fornecida por essas

áreas, bem como para a necessidade de respeito à autonomia municipal na regulamentação dos pormenores atinentes às APP's, uma vez que a legislação sobre espaço e meio-ambiente não deve ser produzida desconsiderando a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ambiental, Área de Preservação Permanente, Função de preservação ambiental.

ABSTRACT: *The occupation of urban space occurred historically marked by conflicts of interests and rights. Thus, the space is built politically, because intrinsically related to the society that occupies this space. When the Constitution rests upon the Government the duty of guardianship of the environment per the establishment of specially protected areas and federal law establishes and regulates the Permanent Preservation Areas - also determining the application of this device in urban soil - two problems arises. The first is between the objective criteria presented by law for the definition of APP function and environmental preservation inherent to them. The development of the vast majority of Brazilian cities was due to meet the needs that are presented over time, and not so regulated and organized. Thus, areas that the legal test should be protected has had its role in environmental preservation completely and definitely emptied, so that the incidence of the legal regime of APP brings unnecessary burden and socially useless to their owners, a fact compounded by the lack of attention in judicial interpretation of the need to observe this function contained in the definition of Permanent Preservation Area. The second problem is that, as the Constitution establishes a legislative powers competing environmental, federal law should provide for general guidelines only, and is forbidden to descend to the minutiae that the Forest Code will set the Permanent Preservation Areas. While it is necessary environmental conservation through the establishment of specially protected areas, it must be attention to effective protection provided by these areas, as well as the need to respect the municipal autonomy in the regulation of the details relating to APP's, since the legislation about space and the environment should not be produced disregarding society.*

KEYWORDS: *Environmental law; Areas of Permanent Preservation; Function of environmental preservation.*

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA NO AMAZONAS SOCIOENVIRONMENTAL EFFECTS OF BOLSA FLORESTA PROGRAM IN THE AMAZONAS STATE

Polyanna Cecília de Menezes Maia

RESUMO: Além de efetivar o princípio ambiental do protetor recebedor, indiscutivelmente, o pagamento por serviços ambientais apresenta-se como uma alternativa eficiente de incentivo a preservação ambiental e instrumento eficaz de educação ambiental a fim de comprovar o maior valor econômico de um bem ambiental protegido. O Programa Bolsa Floresta foi criado em setembro de 2007 por intermédio da Lei 3.135, que trata sobre as Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Atualmente o Programa atua em 15 Unidades de Conservação do Estado, beneficia mais de 36 mil pessoas e abrange uma área de cerca de 10 milhões de hectares de floresta nativa. O programa foi o primeiro projeto do Brasil a receber certificado internacional por recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais amazônicas pela manutenção da floresta e pelos serviços ambientais prestados, apresentando relevantes resultados como a redução do desmatamento e a valorização da floresta em pé. A experiência deste programa pioneiro no Amazonas serviu de modelo para programas do Governo Federal como o Programa Bolsa Verde. Apesar de apresentar

excelentes resultados, cumpre ponderar os efeitos socioambientais do programa, haja vista direitos fundamentais como dignidade da pessoa humana e direito ao meio ambiente equilibrado, dentre outras questões sociais e culturais relevantes, estarem intimamente envolvidas. Tal ponderação visa, tão somente, avaliar se o programa consiste em um caminho viável para a implementação e consolidação do socioambientalismo na região.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Floresta; Socioambientalismo; Pagamento por serviços ambientais.

ABSTRACT: *Addition to giving effect to the principle of environmental protective payee, unquestionably, payment for environmental services is presented as an efficient alternative to encourage environmental preservation and an effective tool for environmental education in order to prove the largest economic value of a well protected environment. The "Bolsa Floresta" Program was created in September 2007 through Act 3135, which comes on Climate Change, Environmental Conservation and Sustainable Development of Amazonas. Currently the program operates in 15 protected areas of the state, benefiting more than 36,000 people and covers an area of about 10 million hectares of native forest. The program was the first project in Brazil to receive international certification to reward and improve the quality of living by traditional Amazonian for estate maintenance and the environmental services, showing relevant results as reducing deforestation and appreciation of the standing forest. The experience of this pioneering program in Amazonas was a model for federal government programs like "Bolsa Verde". Despite showing excellent results, it should consider the environmental effects of the program, given fundamental rights such as human dignity and the right to a balanced environment, among other issues relevant social and cultural, are closely involved. Such weighting aims solely to assess whether the program is a viable way for the implementation and consolidation of socio-environmentalism in the region.*

KEYWORDS: Bolsa Floresta Program; Socioenvironmentalism; Payment for environmental services.

GESTÃO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO: CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GESTIÓN AMBIENTAL Y SOCIOAMBIENTALISMO: CAMINOS HACIA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

**Danielle Costa de Souza Simas
Jonathas Simas de Lima**

RESUMO: A dependência humana em relação à natureza, bem como, a necessidade de se conceber instrumentos de conservação que sejam efetivos e que contemplem outros aspectos como a justiça social tornaram superada a ideia de que para preservar o meio ambiente é preciso que o homem mantenha-se afastado do mesmo. A interação homem e ambiente natural é essencial para a garantia da própria sobrevivência da sua espécie, razão pela qual, parece inócua a ideia da ausência humana como premissa ou condição de preservação. Neste sentido, o presente trabalho possui como objetivo geral analisar como a gestão ambiental e o socioambientalismo podem ser caminhos para o tão almejado desenvolvimento sustentável. Como objetivos específicos fazer uma breve análise histórica da relação homem e meio ambiente; estudar o que se entende por socioambientalismo; verificar o que é e como se realiza a gestão ambiental; analisar a relação entre a gestão ambiental, socioambientalismo e o desenvolvimento sustentável. O método adotado é o

dedutivo, articulado à documentação indireta e à pesquisa bibliográfica a partir de livros, periódicos, artigos em revistas especializadas, além dos veículos virtuais compatíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Socioambientalismo; Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável. Direito ambiental.

RESÚMEN: *La dependencia humana de la naturaleza, así como la necesidad de desarrollar herramientas de conservación que son eficaces y que abordan otros aspectos como la justicia social se convirtieron en superar la idea de que para preservar el medio ambiente es necesario que el hombre guarde lejos de ella. La interacción entre el hombre y el medio ambiente natural es esencial para garantizar la supervivencia de su especie, por lo que parece inocua la idea de premisa de ausencia humana o el estado de conservación. En este sentido, el presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo la gestión ambiental y socio-ambientalismo pueden ser caminos hacia el desarrollo sostenible deseado. Los objetivos específicos hacen un breve análisis histórico de la relación entre el hombre y el medio ambiente, el estudio de lo que se entiende por Socioenvironmentalismo, comprobarlo que es y cómo se lleva a cabo la gestión ambiental, analizar la relación entre la gestión ambiental, socio-ambientalismo y el desarrollo sostenible. El método utilizado es el deductivo, articulado a la documentación indirecta y la literatura de los libros, revistas, artículos en revistas, además de los vehículos virtuales compatibles.*

PALABRAS-CLAVE: Socioenvironmentalismo; Gestión ambiental; desarrollo sostenible. Derecho ambiental.

MUDANÇA CLIMÁTICA E PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CAMBIO CLIMÁTICO Y PAGO DE SERVICIOS AMBIENTALES EN LA LEGISLACIÓN BRASILEÑA

**Danielle de Ouro Mamed
Daniele de Oliveira Lazzeres**

RESUMO: As transformações que a pegada antropológica tem causado ao equilíbrio do meio ambiente demonstram cada vez mais sua gravidade. O problema da mudança do clima do planeta em geral e as transformações negativas que tem trazido para os âmbitos das diversas sociedades locais, contribuem para a urgência da questão socioambiental. Diante deste quadro de crise, diversas são as alternativas propostas para solucionar ou ao menos mitigar o problema, entre elas, alternativas de cunho econômico. Os instrumentos econômicos que visam a tutela ambiental buscam modificações no modo de pensar a economia como forma de combater os efeitos nocivos da crise do meio ambiente. Neste trabalho será analisada uma das facetas de tais transformações econômicas: a saber, os sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), focando-se neste instrumento como forma de combate à mudança climática. Os PSA's constituem o meio pelo qual é possível utilizar da transferência de recursos econômicos para atores sociais que se comprometem com a manutenção de determinado serviço ambiental. Tendo em vista que, do ponto de vista econômico, essa manutenção acarreta em custos, os sistemas de PSA propõe uma remuneração como forma de manter o equilíbrio econômico e socioambiental em relação às pessoas que colaboram com a manutenção de ditos serviços ambientais. Tendo em vista esta intenção, buscará o presente trabalho, demonstrar as nuances relativas aos sistemas de PSA e sua inserção no direito brasileiro visando o combate à mudança do clima.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ambiental; mudança climática; Serviços Ambientais; Pagamentos.

RESÚMEN: Las transformaciones que la huella antropológica tiene causado al equilibrio del medio ambiente demuestran cada vez más su gravedad. El problema del cambio climático del planeta en general y las transformaciones negativas que se generaron en todos los ámbitos de las diversas sociedades locales, contribuyen para la urgencia de la cuestión socioambiental. Frente a esta situación de crisis, diversas son las alternativas de rasgo económico. Los instrumentos económicos que visan la tutela ambiental buscan modificaciones en la manera de pensar la economía como forma de combatir a los efectos nocivos de la crisis del medio ambiente. En este trabajo será analizada uno de los ámbitos de estas transformaciones: los sistemas de Pago por Servicios Ambientales (PSA), destacando este instrumento como forma de combatir al cambio climático. Los PSAs constituyen un medio por lo cual es posible utilizar la transferencias de recursos económicos para actores sociales que estén comprometidos con la manutención de determinado servicio ambiental. Teniendo en cuenta que, desde el punto de vista económico, esta manutención presupone costos, los sistemas de PSA proponen una remuneración como forma de mantener el equilibrio económico y socioambiental en relación a las personas que colaboran con la manutención de dichos servicios. Considerando esta intención, el presente trabajo buscará demostrar a los elementos relativos a los sistemas de PSA, y su inserción en el derecho brasileño en el Derecho Brasileño en el combate al cambio climático.

PALABRAS-CLAVE: Derecho ambiental; cambio climático; servicios ambientales; Pagos.

O INCENTIVO FISCAL À COMERCIALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS FRENTE AO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA EL INCENTIVO FISCAL A LA COMERCIALIZACIÓN DE LOS AGROTÓXICOS FRENTE AL DERECHO HUMANO A LA ALIMENTACIÓN ADECUADA

Thiago Venâncio Noletto da Gama

RESUMO: A qualidade alimentar é objeto que move estudos a fim de, pelo menos, a longo prazo, trazer uma melhor qualidade de vida ao homem. O Brasil, alto consumidor de agrotóxicos, vem elaborando medidas que não retarda este consumo, como é o caso do Convênio nº 100/97 do CONFAZ, o qual reduz em 60% a base de cálculo do ICMS de insumos agrícolas, os agrotóxicos, nas saídas interestaduais. Neste viés, o trabalho analisará este incentivo fiscal frente à qualidade dos alimentos, o modelo de agronegócio dominado pelas grandes empresas frente ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

PALAVRAS-CHAVES: Agrotóxico; Incentivo Fiscal; Qualidade do Alimento.

ABSTRACT: The food quality is a subject that encourages studies, in order to, at least in the long term, bring a better quality of life to human well-being. Brazil, a high consumer of pesticides, has been preparing measures not slow this consumption, such as the Agreement No. 100/97 of CONFAZ, which reduces by 60% the basis of ICMS agricultural inputs, the agro-toxics, in the interstate exits. In this vein, this work will examine this tax incentive as apposed to the food quality, the model of agribusiness dominated by large companies leading the Human Right to Adequate Food.

KEYWORDS: Pesticide; tax incentive; Food Quality.

**OS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O
CONSUMO CONSCIENTE ENQUANTO ALIMENTO À UTOPIA; O PRINCÍPIO DA
PARTICIPAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE**
*THE PRINCIPLES OF PREVENTION, INFORMATION AND ENVIRONMENTAL
EDUCATION AND CONSCIOUS CONSUMPTION AS FOOD TO UTOPIA; THE PRINCIPLE
OF PARTICIPATION AND THE CONSTRUCTION OF REALITY*

José Alvino Santos Filho
Ariel Salete de Moraes Júnior

RESUMO: O presente artigo promove uma análise histórica e jurídica sobre a relação existente entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável e socioambiental com as ações de consumo, com as respectivas variações até o período contemporâneo da sociedade informacional. O objetivo do estudo está voltado para a inserção do consumo consciente enquanto um dos elementos fundamentais do desenvolvimento socioambiental. Para tanto, evoca os princípios constitucionais da prevenção, participação e educação ambiental enquanto meios essenciais para se consolidar a convicção quanto à necessidade de generalização da prática do consumo consciente. A *responsabilidade socioambiental*, na condição de pressuposto determinante para a afirmação da sustentabilidade, somente pode ser alcançada a partir de medidas políticas e jurídicas incidentes nas relações de consumo que instituem normas de caráter coercitivo com vistas a tornar obrigatória a prática de ações conscientes por fornecedores e consumidores.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo; Consciente; Educação; Prevenção; Participação.

ABSTRACT: *This article provides a historical and legal analysis on the relationship between economic development and sustainable development and the socio-environmental actions, with their variations to the contemporary period of informational society. The objective of this study is aimed at inserting the conscientious consumption as one of the fundamental elements of the social and environmental development. To this end, evokes the constitutional principle of prevention and environmental education as essential means to consolidate the conviction regarding the need for generalisation of the practice of conscientious consumption. Socio-environmental responsibility, provided that the assumption statement of sustainability, can only be reached from political measures and legal incidents in consumer relations introducing coercive character standards aimed at making compulsory the practice of conscious actions by suppliers and consumers.*

KEYWORDS: *Consumption; Conscious; Education; Prevention ; Liability.*

**OS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS SOB A PERSPECTIVA DO NOVO
CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO**
*ENVIRONMENTAL RIGHTS FROM THE PERSPECTIVE OF THE NEW LATIN AMERICAN
CONSTITUTIONALISM*

Ricardo Cavedon

RESUMO: Analisar-se-á neste artigo a construção histórica do direito racionalista europeu, procurando demonstrar inicialmente as primeiras noções na linha da história de cosmopolitismo e justiça universal, e com a ruptura das estruturas medievais, como se deu a idealização do instrumental jurídico que temos hoje, baseado no individualismo e na apropriação dos recursos naturais como meio para o desenvolvimento capitalista. A

construção do pensamento jurídico racionalista e o individualismo como fundamento para a centralização do estado-nação e da economia de mercado, e a imposição soberana deste pensamento cultural eurocêntrico redundou na construção de um regime jurídico monocultural na Europa e a transposição deste direito liberal individualista e da economia de mercado para os países periféricos, e para as sociedades multiculturais e pluralistas da América Latina e África, fazendo com que houvesse a perpetuação das desigualdades e injustiças sociais profundas existentes no dito mundo subdesenvolvido. Empreender-se-á a análise da inegável interdependência e inter-relação que possuem todos os seres vivos, as coletividades e a natureza, e a necessária reconstrução de alguns conceitos fundamentais, delineando como o novo constitucionalismo latino americano vem incorporando a natureza como sujeito de direitos, no intuito de promover e fomentar o cuidado necessário à preservação e manutenção dos recursos naturais e da sociodiversidade existentes no planeta, delineando a construção histórica das dimensões dos direitos fundamentais e da técnica legislativa que sustenta sua aplicabilidade, no intuito de analisar a natureza dos bens jurídicos de terceira dimensão, e da técnica legislativa utilizada para tal desiderato.

PALAVRAS-CHAVES: Direitos socioambientais; Novo Constitucionalismo latino americano; Pluralismo jurídico; Meio ambiente; Natureza; Pachamama; Buenvivir.

ABSTRACT: *Will examine in this article the historical rationalist of European law, initially seeking to demonstrate the rudiment on the story line of cosmopolitanism and universal justice, and the breakdown of medieval structures, how was the idealization of the legal instruments we have today based on individualism and ownership of natural resources as a means for capitalist development. The construction of legal thought in a rationalistic individualism as a foundation for the centralization of the nation state and the market economy, and the imposition of this sovereign Eurocentric cultural thinking resulted in the construction of a monocultural legal Europe and the implementation of this right and the liberal individualist economy market for peripheral countries, and multicultural and pluralistic societies in Latin America and Africa, making there the perpetuation of deep social inequalities and injustices existing in that underdeveloped world. Will undertake the analysis of the undeniable interdependence and interrelatedness that possess living beings, collectivities and nature, and the necessary reconstruction of some fundamental concepts, outlining how the new Latin American constitutionalism has been incorporating nature as a subject of rights, in order to promote and foster the necessary care to the preservation and maintenance of natural resources and social diversity on the planet, outlining the historical dimensions of fundamental rights and the legislative technique that supports its applicability in order to analyze the nature of the legal rights third dimension, and the legislative technique used for this aim.*

KEYWORDS: *Environmental rights; New Latin American Constitutionalism; Legal Pluralism; Environment; Nature; Pachamama; Buenvivir.*

**O SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS COMO INSTRUMENTO
ESTRATÉGICO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO NA AMAZÔNIA
SYSTEM OF WATER RESOURCES MANAGEMENT AS A TOOL FOR STRATEGIC
IMPLEMENTATION OF THE AMAZON SOCIOENVIRONMENTALISM**

Lana Elisa Matos Gomes Barbosa

RESUMO: Para que as políticas ambientais alcancem eficácia social e sustentabilidade política, as comunidades locais devem se envolver e se engajar nas ações de cunho socioambiental. Na Região Amazônica, a alta pluviosidade é um dos fatores físico-climáticos determinantes para a manutenção da diversidade natural, bem como para o

desenvolvimento socioeconômico local. Diante deste aspecto, é impossível tratar sobre conservação da sociobiodiversidade e gestão do território (ZEE) dissociadamente da gestão dos recursos hídricos. A Lei n. 9433/97 destaca como relevante a adequação da gestão da água à sociobiodiversidade regional e a articulação do planejamento de recursos hídricos com a gestão ambiental e do uso do solo, dispondo, ainda, como princípio básico o estímulo à gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos. Neste espírito, os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos colegiados, têm um papel essencial, pois participam efetivamente na determinação dos usos e na política de conservação dos recursos hídricos e, conseqüentemente, da sociobiodiversidade, em sua região, com base no plano de gestão previamente elaborado para sua bacia hidrográfica. Estes Comitês são verdadeiros fóruns de debate e de consulta pública bastante pertinentes. Não obstante a não adoção do instituto “bacia hidrográfica” como unidade de planejamento, mas sim a adoção de “regiões hidrográficas”, dada as especificidades regionais, a Amazônia Ocidental já possui um Comitê implantado e outro em processo de construção, quais sejam: Comitê de Bacia do Tarumã e Comitê de Bacia do Puraquequara, respectivamente, os quais demonstraram ser ali os primeiros passos positivos rumo à implementação do socioambientalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Amazônia. Comitê de Bacias. Socioambientalismo. Conservação da sociobiodiversidade.

ABSTRACT: *For policies to achieve environmental sustainability and social policy effectiveness, local communities should be involved and engage in socio-environmental actions. In the Amazon region, the high rainfall is a physical-climatic determinants for the maintenance of natural diversity, as well as to local socioeconomic development. Given this aspect, it is impossible to deal with on social biodiversity conservation and land management (EEZ) dissociadamente management of water resources. The Law n. 9433/97 highlights how important the adequacy of water management at regional and sociobiodiversity joint water resources planning and environmental management and land use, providing also the basic principle stimulus for decentralized and participatory management of water resources. In this spirit, Watershed Committees, collegiate bodies, have an essential role as participate effectively in determining the purposes and policy of conservation of water resources and, consequently, social biodiversity in their region, based on the management plan previously prepared for its watershed. These Committees are true forums for debate and public consultation very relevant. Despite the non-adoption of the institute "basin" as a planning unit, but the adoption of "river basin", given the regional specificities, the Western Amazon already has a committee in place and another in the construction process, namely: Committee Basin Tarumã Committee and Basin Puraquequara, respectively, which proved to be there the first positive steps towards the implementation of socio-environmentalism.*

KEYWORDS: System of Water Resources Management. Amazon. Basins Committee. Socioenvironmentalism. Conservation sociobiodiversity.

O TRIBUTO PIGOUVIANO À LUZ DO SOCIOAMBIENTALISMO E A CULTURA DA SOCIEDADE CONSUMISTA

THE PIGOUVIANO TRIBUTE THROUGH THE SOCIAL ENVIRONMENTALISM AND THE CULTURE OF THE CONSUMER SOCIETY

Cecílio Arnaldo Rivas Ayala
Priscila Silva de Souza

RESUMO: A partir do século XIX, iniciaram-se, na comunidade internacional, intensas discussões sobre os impactos da poluição do meio ambiente, oriundos, muitas vezes, do estilo de vida da população frente às tecnologias desenvolvidas para o alcance de seu bem-

estar. Isso se dá essencialmente por um modelo consumerista que rege a vida dos cidadãos, hodiernamente, onde o grande número de escolhas que a população faz desconsidera o impacto de suas decisões. Nesse sentido, é necessária uma mudança do paradigma do crescimento econômico, traduzindo a sustentabilidade em uma equação ética e moral. Daí nasce a discussão da reeducação comportamental para abrandamento do impacto dos efeitos do modo de vida atual. Dentro dessa perspectiva, a Administração Pública, responsável pela preservação do meio ambiente, por disposição constitucional expressa, vislumbra a possibilidade de adaptação dos tributos extrasfiscais para se alcançar a proposta de preservação ambiental através do desestímulo de condutas degradantes praticadas pelo indivíduo ao meio ambiente, ou ainda, pelo estímulo a condutas individuais convenientes à comunidade, desprezando, assim, sua utilização meramente arrecadatória. Pigou foi o expoente teórico que desenvolveu a solução tributária como forma de internalização dos custos para reparar as externalidades negativas causadas tanto pelas empresas quando pelos particulares, sempre que estas interferirem na esfera de terceiros, e subvencionar aqueles que contribuírem para o meio ambiente por meio de externalidades positivas. Os tributos pigouvianos funcionam, portanto, como agente regulador do mercado, induzindo o comportamento dos agentes econômicos, de modo que estes adaptem sua matriz produtiva/consumidora a padrões aceitáveis para convivência harmônica com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Sustentabilidade; Tributo pigouviano.

ABSTRACT: *From the 19TH century, began, in the international community, intense discussions about the impacts of environment pollution from, often, the lifestyle of the population facing the technologies developed for the achievement of their well-being. This is essentially a consumer model that governs the lives of citizens, today, where the large number of choices that people make disregards the impact of their decisions. In this sense, there is a need for a change of the paradigm of economic growth, translating to sustainability in an ethical and moral equation. Hence was born the discussion of behavioral rehabilitation to slowdown in the impact of effects of the current way of life. Within this perspective, the public administration, responsible for the preservation of the environment, by express constitutional provision, glimpsed the possibility of adaptation of the extra fiscal taxes to achieve the proposed environmental preservation through the disincentive of degrading conduct practiced by the individual to the environment, or by the individual pipes convenient stimulus to community, disregarding, thus its use merely to raise. Pigou was the theoretical exponent who developed the tax solution as a way of internalizing costs to repair the negative externalities caused by both companies when by individuals, whenever they interfere in the third sphere, and subsidize those who contribute to the environment through positive externalities. Therefore, the pigouvianos taxes work as a market regulator, inducing the behavior of economic agents, so that they adapt their array productive/consumer the standards acceptable for harmonic coexistence with the environment.*

KEYWORDS: *Environment; Sustainability; Pigouviano tribute.*

**PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM PARADIGMA PARA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
DAS CIDADES**

*POPULAR PARTICIPATION: A PARADIGM FOR ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY OF
CITIES*

Brenda Reis dos Anjos
José Rogério de Souza Mendes Junior

RESUMO: A gestão democrática de cidades sustentáveis é tema importante na atualidade, não apenas porque inaugurou um novo paradigma de comportamento para a Administração Pública brasileira, mas também porque impôs uma nova dinâmica de necessidade de legitimação pela efetivação do princípio da participação popular. O desafio para a concretização de tal paradigma é promover o equilíbrio entre o Direito formal e a eficaz aplicação de intenções sociais – de viés ecológico ou de qualquer outra denominação afim. A meta a ser alcançada versa em um único diálogo congruente e indivisível capaz de não afastar e muito menos desvirtuar os fins da nação. O ordenamento jurídico brasileiro oferece uma variada gama de direitos e garantias jurídicas ao cidadão que lhe permite assumir ativamente um papel nas discussões públicas sobre o tema meio ambiente. Por outro lado, a aplicação real deste instituto proporciona o surgimento de um cenário participativo rico em nuances, algumas delas tão autosuficientes em si mesmas que torna difícil, sem uma análise mais apurada, vislumbrar que a forma participativa, estimulada pela nossa legislação, tomou do meio ambiente a necessidade de se reafirmar como conceito. Ademais, há um problema crônico na forma como vem sendo implementada a gestão democrática das cidades no Brasil. Por isso, por conta da realidade histórica do Brasil se mostrar contaminada por práticas que desestimulam a abordagem mais analítica de qual é o verdadeiro papel do povo nos sistemas de participação, pretende-se neste trabalho corroborar acerca de uma perspectiva crítica de análise sobre o direito de participação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: participação popular ambiental, efetivação, novo paradigma ambiental, sustentabilidade

ABSTRACT: *The democratic management of sustainable cities is important issue nowadays, not only because it inaugurated a new paradigm of behavior for the Brazilian Public Administration, but also because it imposed a new dynamic need for legitimacy by the realization of the principle of popular participation. The challenge for the realization of such a paradigm is to promote a balance between formal law and the effective application of social intentions - ecological bias or any other similar designation. The goal to be achieved in a single dialog versa congruent and indivisible and can not deviate far less detract from the purpose of the nation. The Brazilian legal system offers a wide range of rights and legal safeguards to the citizen that allows you to actively take a role in public discussions on the topic environment. On the other hand, the actual application of this institute provides the emergence of a participatory scenario rich in nuances, some of them as self-sufficient in themselves which makes it difficult, without a more detailed analysis, we envision a participatory manner, stimulated by our legislation, took the environment reaffirm the necessity of such concept. Moreover, there is a chronic problem in the way is being implemented democratic management of cities in Brazil. Therefore, due to the historical reality of Brazil show contaminated by practices that discourage more analytical approach to what is the true role of the people in the systems of interest, we intend to corroborate this work on a critical analysis on the right environmental participation.*

KEYWORDS: *environmental popular participation, Effective, new environmental paradigm, sustainability.*

**PODER JUDICIÁRIO E A RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO
BRASIL**
*EL PODER JUDICIARIO E LA RESOLUCIÓN NEGOCIADA DE CONFLICTOS
AMBIENTALES EN BRASIL*

Andréa Abrahão Costa

RESUMO: Neste estudo indaga-se da viabilidade de se adotar a resolução negociada nas controvérsias ambientais, num contexto de transformações sociais, econômicas e culturais que justificaram o esgotamento do modelo tradicional, dito adjudicado pelo Judiciário. Chama-se a atenção para o fato de o Brasil ter adotado, no ano de 2010, uma política nacional de solução adequada de conflitos, dentro de um cenário de alterações legislativas que não foram capazes, sozinhas, de debelar os efeitos da morosidade e a falta de efetividade da tutela jurisdicional. Demonstra-se como o tema foi tratado nos Estados Unidos e as críticas ao referido modelo inovador, enunciando-se que as peculiaridades da realidade brasileira obrigam uma avaliação a partir da natureza do conflito, da quantidade de partes envolvidas, do estágio de desenvolvimento do conflito e do comportamento dos envolvidos quanto a guiar-se por suas próprias noções de justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos ambientais; tutela jurisdicional; resolução negociada.

RESUMEN: *En ese estudio analizamos la viabilidad de la adopción de una solución negociada de los conflictos ambientales, en el contexto de las condiciones sociales, económicas y culturales que justificaron el agotamiento del modelo tradicional, elegido por el poder judicial. Se llama la atención sobre el hecho de que en Brasil se ha adoptado, en 2010, una política nacional para la solución adecuada de los conflictos dentro de un escenario de cambios legislativos que no pudieron, solas, frenar los efectos de los retrasos y la falta de efectividad de la protección jurisdicional. Para lo tanto, se demuestra cómo el tema fue tratado en los Estados Unidos y las críticas a este modelo innovador, que indica que las peculiaridades de la realidad brasileña requiere una evaluación de la naturaleza del conflicto, de la cantidad del número de partes involucradas, la etapa de desarrollo del conflicto y el comportamiento de aquellos como conducidos por sus propias nociones de justicia.*

PALABRAS-CLAVE: *Conflictos ambientales, protección jurisdicional, resolución negociada.*

**POLÍTICA PÚBLICA SOCIOAMBIENTAL: DA EXTRAFISCALIDADE COMO
INSTRUMENTO EFICAZ DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CONSUMO CONSCIENTE**
*ENVIRONMENTAL PUBLIC POLICY: THE EXTRAFISCALITY EFFECTIVE AS A TOOL OF
ENVIRONMENTAL PROTECTION AND CONSCIOUS CONSUMPTION*

Mario Jorge Tenorio Fortes Junior
Gustavo de Macedo Veras

RESUMO: A proteção ao meio ambiente encontra amparo constitucional (art. 225), sendo o principal direito coletivo, devendo ser interpretada como um verdadeiro direito fundamental (de fato, um direito-dever fundamental) e, assim sendo, gozando de plena e imediata eficácia, nos moldes do art. 5º, §1º, do diploma máximo. Assim sendo, essa proteção constitucional deve balizar a atuação de todos os poderes estatais, incluindo-se a edição de normas, o desenvolvimento de políticas públicas e o julgamento de conflitos. No que concerne, especificamente, ao desenvolvimento de políticas públicas, o presente artigo destina-se a examinar o relevante papel do estado na satisfação deste relevante interesse

público. Para tanto, diante das dificuldades, financeiras e culturais (especialmente) de implementação de hábitos de consumo socioambiental, compete ao Estado valer-se da tributação interventiva, criando uma política pública distributiva e regulatória, que, não obstante o caráter fiscal inerente aos tributos, esteja orientada ao surgimento, desenvolvimento e proteção de atividades econômicas que assegurem proteção ambiental e consumo consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo; Extrafiscalidade; Política pública; Proteção ambiental; Socioambientalismo.

ABSTRACT: *The protection of the environment is the amparo (art. 225), the main collective right, and should be interpreted as a true fundamental right (in fact a fundamental right and duty) and, thus, enjoying full and immediate efficacy, similar to art. art. 5, § 1, the maximum degree. Thus, this constitutional protection should delimit the activities of all state powers, including the issue of standards, the development of public policies and the judgment of disputes. With regard specifically to the development of public policy, this paper aims to examine the important role of the state in meeting this important public interest. Therefore, in the face of difficulties, financial and cultural (especially) to implement environmental consumption habits, the State must make use of interventional taxation, creating a distributive public policy and regulatory framework, which, notwithstanding the tax character inherent to taxes, is oriented to the emergence, development and protection of economic activities to ensure environmental protection and consumer awareness.*

KEYWORDS: Consumption; Extrafiscality; Public policy; Environmental protection; Socioenvironmentalism.

**REFLEXÕES SOBRE AS DIFICULDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO
SOCIOAMBIENTALISMO: PERSPECTIVA DE GARANTIA CONSTITUCIONAL DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO NA PROTEÇÃO E TUTELA DOS DIREITOS
COLETIVOS**

**REFLECTIONS ON THE DIFFICULTIES FOR THE IMPLEMENTATION OF
SOCIOENVIRONMENTALISM: PERSPECTIVE OF CONSTITUTIONAL GUARANTEE OF
FUNDAMENTAL RIGHTS OF CITIZENS IN PROTECTION AND PROTECTION OF
COLLECTIVE RIGHTS**

Euseli dos Santos

RESUMO: O Socioambientalismo abrange o contexto social e o contexto sociocultural de um meio, ele refere-se ao ambiente físico e social imediato em que as pessoas vivem ou em que algo acontece ou se desenvolve. Inclui a cultura que o indivíduo foi educado e as pessoas e instituições com quem eles interagem. Exprime o termo uma análise sociológica do pensamento ambientalista contra o consumismo e a degradação ambiental. O Socioambientalismo precisa se basear em uma democracia plena, seja ela direta e indireta, como elemento cíclico e contínuo de direitos e deveres, bem como preconiza a necessidade de uma organização urbana descentralizada, ou seja, o retorno do homem ao campo e uma produção local, evitando assim os impactos e custos da distância. A Constituição Federal de 1988 proporcionou o desenvolvimento de um Estado Socioambiental através da inserção de dispositivos específicos para a proteção ao meio ambiente favorecendo à concretização dos direitos sociais. O Estado Socioambiental busca uma existência mais saudável proporcionando aos cidadãos uma melhora na qualidade de vida, isto dependerá da plena eficácia dos direitos fundamentais sociais. Os direitos socioambientais se encontram vinculados diretamente à dignidade da pessoa humana em nível individual ou grupos de pessoas em situação de desvantagem social, econômica ou cultural. Os direitos ou

interesses coletivos, mesmo apresentando um caráter individualista no Ordenamento Jurídico Brasileiro, podem ser tutelados individual ou coletivamente na busca pela justiça social. Diante disto, este estudo tem por objetivo examinar as dificuldades para implementação do Socioambientalismo na perspectiva constitucional dos Direitos fundamentais do cidadão na proteção e tutela dos Direitos Coletivos.

PALAVRAS-CHAVES: Socioambientalismo; Direitos Fundamentais; Tutela dos Direitos Coletivos.

ABSTRACT: *Socioenvironmentalism covers the social and socio-cultural context of a medium, it refers to the immediate physical and social environment in which people live or where something happens or develops. Includes culture that the individual was polite and the people and institutions with whom they interact. The term expresses a sociological analysis of environmental thinking against consumerism and environmental degradation. Socioenvironmentalism must be based on full democracy, whether direct or indirect, such as cyclic and continuous element of rights and duties, as well as advocates the need for a decentralized urban organization, ie, the return of man to the field and local production thereby avoiding impacts and costs of distance. The Constitution of 1988 allowed the development of a State Environmental by inserting specific provisions for the protection of the environment favoring the implementation of social rights. The State Environmental seeks a more healthy existence providing citizens a better quality of life, this will depend on the full effectiveness of fundamental social rights. Environmental rights are directly linked to the dignity of the human person at the individual or groups of persons disadvantaged social, economic or cultural. Rights and collective interests, even presenting an individualistic in Brazilian Legal System, can be tutored individually or collectively in the pursuit of social justice. In view of this, this study aims to examine the difficulties in implementing the Socioenvironmentalism the constitutional perspective of fundamental rights of the citizen in the protection and guardianship of Collective Rights.*

KEYWORDS: *Socioenvironmentalism; Fundamental Rights; Guardianship Rights Collective.*

TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL DA ENERGIA NO BRASIL ENVIRONMENTAL ENERGY TAXATION IN BRAZIL

Edson Luciani de Oliveira

RESUMO: O Direito Tributário Brasileiro preocupa-se basicamente com o Direito Fiscal, em que a arrecadação para os cofres públicos é o tema central, sendo o princípio da capacidade contributiva protagonista das preocupações doutrinárias em virtude dos indicadores econômicos de renda, patrimônio e consumo. As doutrinas e experiências tributárias estrangeiras, porém, abrem espaço para outros temas como o da extrafiscalidade, cuja instrumentalidade pode ser importante principalmente para a proteção ambiental, mas também para a inovação tecnológica e ainda para se obter uma melhor distribuição da cobrança tributária, desonerando a área trabalhista e das sociedades com a devida neutralidade na arrecadação. Pelo método dedutivo serão verificadas generalizações (insuficiências de normas extrafiscais tributárias, carência de elementos éticos normativos solidários) para se chegar a casos e conclusões concretos. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é examinar como é e como poderia ser tratada a tributação da energia no Brasil com vistas à proteção ambiental pela extrafiscalidade e pelo princípio da solidariedade, tendo-se em conta, também, as experiências internacionais já catalogadas. Serão consideradas aqui as previsões tributárias para as variadas fontes de geração da energia, como a hidrelétrica, petróleo, biocombustíveis, dentre outras. Mas serão observadas também as atividades econômicas e previsões tributárias que possam ter

relação com a energia, embora não tenham vinculação direta com sua geração. O tema é justificado porque, pelo menos do ponto de vista constitucional tributário brasileiro, existe pouca preocupação com a tributação da energia e seus impactos ambientais. A energia é matéria de extrema importância em qualquer proposta de reforma tributária em razão dos recursos tributários envolvidos, pelo fato de estar presente em praticamente todas as atividades da sociedade e porque sua utilização pode impactar de forma negativa ou positiva no meio ambiente. Chegou-se à conclusão que é necessária uma nova visão extrafiscal ambiental para o quadro constitucional tributário brasileiro sob à luz do princípio da solidariedade e das experiências internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Tributação; Energia; Ambiente; Princípio Solidariedade.

ABSTRACT: *Brazilian Tax Law is concerned primarily with the tax law, in which the collection to the public treasury is the main theme, while the principle of ability to pay taxes plays the central role of the doctrinal concerns due to the economic indicators of income, assets and consumption. However, the foreign doctrines and fiscal experiences make room for other themes such as the “extrafiscality” (possibility of using taxes as a mechanism for encouraging or discouraging activities/ non-fiscal potentiality), which the contribution may be especially important for environmental protection, but also for technological innovation and the obtainment of a better distribution of tax collection, thus relieving the labor area and societies with the appropriate collection neutrality. By using the deductive method it will be possible to verify generalizations (extrafiscal rules shortfalls, lack of ethical normative and solidary elements) in order to reach conclusions and concrete cases. With this in mind, the goal of the present study is to assess how energy taxation in Brazil is and could be approached with a view to environmental protection by “extrafiscality” and by the solidarity principle, by also taking into account the international experiences already registered. The study shall contemplate the tax forecasts for the various sources of energy generation, such as hydroelectric, oil, biofuels, among others. However, the economic activities and tax forecasts that can be related to energy shall also be observed, although it has no direct link with its generation. The theme is substantiated because, at least from the Brazilian tax and constitutional standpoint, there is little concern for the taxation of energy and its environmental impacts. The energy is a matter of utmost importance in any tax reform proposal due to the tax resources involved, and due to the fact that it is virtually present in all activities of society and because it can negatively or positively affect the environment. The study has come to the conclusion that it’s necessary a new environmental extrafiscal vision for the Brazilian constitutional and tax scenario under the principle of solidarity and international experiences.*

KEYWORDS: Taxation; Energy; Environment; Solidarity Principle.

GRUPO DE TRABALHO II

Biodiversidade, espaços protegidos e populações tradicionais



A CONQUISTA DE UM ESPAÇO PARA A CATA DA MANGABA EM MEIO A OMISSÕES E TROPEÇOS

THE CONQUEST OF A SPACE FOR THE CATA MANGABA OMISSIONS IN THE MIDST AND STUMBLING

Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho
Acácia Gardênia SantosLelis

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a proteção jurídica conferida às populações tradicionais bem como as omissões evidenciadas por parte do Estado nacional no que tange ao exercício de direitos fundamentais por parte dos indivíduos que compõem esse grupo diferenciado. A atuação de comunidades tradicionais se manifesta por meio de conhecimentos que se revelam de modo simbólico conjugando práticas, valores e idéias coletivamente difundidas e empiricamente apreendidas decorrentes da atuação do homem sobre a natureza em contrapartida da dinâmica do conhecimento científico. Enfoca a proteção ambiental a nível estatal, como ideal condizente apenas com a homogeneização de culturas por meio de exclusão das diferenças étnicas relegando ao saber tradicional um lugar mitificado e estéril. Analisa a importância da construção de instrumentos jurídicos efetivos e inclusivos que suplantem óbices políticos redundando na estruturação convergente de vínculos sociais, culturais, jurídicos e políticos atendam ao panorama da equidade intergeracional. A partir de uma abordagem qualitativa fundada na observação sem, contudo, realizar entrevistas ou qualquer interação realiza pesquisa de campo por meio da qual estuda a construção dos saberes de uma comunidade tradicional que se define como catadoras de mangaba no povoado de Capoã situado no município de Barra dos Coqueiros-SE. Analisa-se de que maneira a biodiversidade sofre influência ou influencia a reprodução social por meio dos saberes tradicionais, enfocando a proteção ao patrimônio imaterial por meio de instrumentos normativos adequados.

PALAVRAS-CHAVE: Populações tradicionais. Estado. Reserva Extrativista.

ABSTRACT: *This article aims to examine the legal protection afforded to traditional populations as well as omissions evidenced by the national state in relation to the exercise of fundamental rights by the individuals in this distinct group. The performance of traditional communities is manifested through knowledge that reveal so combining symbolic practices, values and ideas collectively widespread and empirically seized resulting from the actions of man over nature in consideration of the dynamics of scientific knowledge. Focuses on environmental protection at the state level, just as ideal consistent with the homogenization of cultures through exclusion of ethnic differences relegating traditional knowledge a place mythologized and sterile. Analyzes the importance of building effective and inclusive legal instruments that outweighs political obstacles resulting in the convergent structuring of social ties, cultural, legal and political meet the panorama of intergenerational equity. From a qualitative approach based on observation without, however, conduct interviews or any interaction conducts field research whereby studying the construction of knowledge of a traditional defined as pickers mangabaCapoa situated in the village of the municipality of the Coconut Bar UP. It analyzes how biodiversity influences or is influenced by the social reproduction of traditional knowledge, focusing on the protection intangible heritage through appropriate regulatory instruments*

KEYWORDS: *Traditional populations. State. Extractive Reserve.*

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS NA GARANTIA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

THE IMPORTANCE OF SPECIALLY PROTECTED AREAS IN THE WARRANTY OF CONSERVATION OF BIODIVERSITY AND TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE AMAZON

Marcelo Moraes Rodrigues

RESUMO: Tratando de assuntos que envolvam o meio ambiente e a biodiversidade contidos no território da Amazônia, compreende-se em uma tarefa que requer a percepção de alguns conceitos, dentre os quais, que devam ser entendidos e relacionados, encontra-se: o de meio ambiente, o de ecossistema, o de terra e o de território e de populações tradicionais e espaços protegidos. A pretensão contida neste artigo é de apresentar conceitos importantes para identificação do meio ambiente e do território amazônico, identificar unidades de conservação e a relação destas com a preservação dos recursos naturais na Amazônia. Será também apresentado o conceito de unidade de conservação e a sua influência na garantia de preservação do meio ambiente. As áreas destinadas à proteção são importantes, na medida em que constituem uma das ferramentas legais utilizadas para permitir a proteção do meio ambiente nelas inserido. Dentro, ainda, deste trabalho, será observada a ocupação humana da Amazônia pelos primeiros habitantes que aqui chegaram, pelos imigrantes das diversas regiões do Brasil e pelos cidadãos oriundos de outros países, de maneira que se possam identificar as diversas origens das populações tradicionais existentes em território amazônico. A apresentação neste trabalho da relação intrínseca existente entre biodiversidade, espaços protegidos e populações tradicionais tem como finalidade demonstrar a importância desses elementos para a conservação e preservação ambiental na Amazônia Legal.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia legal, Biodiversidade, Comunidades tradicionais, Espaços especialmente protegidos, Preservação.

ABSTRACT: Addressing issues involving the environment and the biodiversity contained within the Amazon, it is understood in a task that requires the perception of some concepts, among them, that should be understood and related, is: the half environment, the ecosystem, the land and territory and traditional peoples and protected areas. The intention in this article is to present important concepts for the identification of the environment and of the Amazon territory, identifying conservation units and their relationship to the preservation of natural resources in the Amazon. Will also be introduced to the concept of conservation unit and its influence on ensuring environmental preservation. The areas for protection are important, as they constitute one of the tools used to allow the legal environment protection inserted in them. In addition, this work will be observed human occupation of the Amazon by the first inhabitants arrived here, by immigrants from different regions of Brazil and citizens from other countries, so that you can identify the various origins of traditional existing Amazon territory. The presentation in this paper of the intrinsic relationship between biodiversity, protected areas and traditional populations aims to demonstrate the importance of these elements for conservation and environmental conservation in the Amazon.

KEYWORDS: Legal Amazon, Biodiversity, Traditional communities, spaces specially protected Preservation.

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PATENTES PARA A PROTEÇÃO DA
BIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**
*THE IMPORTANCE OF THE PATENT SYSTEM FOR THE PROTECTION OF
BIODIVERSITY AND TRADITIONAL KNOWLEDGE*

Karina Ferreira Soares de Albuquerque
Lucas Cardinali Pacheco

RESUMO: O presente artigo mostra como o sistema de patentes pode ser importante para a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. Através da pesquisa bibliográfica e do método dedutivo, verifica-se que esse antagonismo é apenas aparente. Existindo respeito às comunidades tradicionais, por meio do consentimento livre esclarecido, no qual deve estar presente o Estado, para dar as condições necessárias, nunca substituindo as comunidades, já que são as verdadeiras possuidoras dos saberes tradicionais. Através do acesso e repartição de benefícios, por meio de patentes e royalties, a biodiversidade não será prejudicada, bem como as comunidades tradicionais, seus saberes, suas singularidades, modos de ser e de viver, passados de geração a geração, continuarão a existir num mundo globalizado, respeitando-se o princípio da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade, Conhecimentos Tradicionais, Consentimento Livre e Esclarecido, Patentes, Royalties.

ABSTRACT: *This article shows how the patent system may be important for the protection of biodiversity and traditional knowledge. Through literature research and the deductive method, it turns out that this antagonism is only apparent. Respect existing traditional communities, through the consent form, which must be present in the state to give the necessary conditions, not replacing the communities, since they are the true possessors of traditional knowledge. Through access and benefit sharing, through patents and royalties, biodiversity will not be harmed, as well as traditional communities, their knowledge, their peculiarities, ways of being and living, passed from generation to generation, continue to exist in globalized world, respecting the principle of human dignity.*

KEYWORDS: *Biodiversity, Traditional Knowledge, Free and Informed Consent, Patents, Royalties.*

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA: POVOS AMAZÔNICOS
E PADRÕES CONTRATUAIS DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE**

*SUSTAINABLE DEVELOPMENT WHICH IS COMMUNITY-BASED: AMAZONIC PEOPLE
AND CONTRACTUAL STANDARDS OF BIODIVERSITY MANAGEMENT*

Liana Amin Lima da Silva

RESUMO: Neste trabalho, visa-se relacionar a governança ambiental local e global, ao vislumbrarmos como os instrumentos jurídicos internacionais que tratam dos direitos humanos multiculturais e da conservação da biodiversidade alcançam a realidade concreta dos povos amazônicos. Resgatam-se as orientações de Polanyi (2000) com o escopo de compreender a relação entre os sistemas econômicos e sociais. Na busca do desenvolvimento sustentável, toma-se como base Boulding (1966), Furtado (1998), Sachs (2002) e Veiga (2010). Corroborando a essência transdisciplinar do trabalho, busca-se o diálogo com a Antropologia, destacando-se as leituras de Sahlins (1997). Contextualizou-se,

nessa discussão, a dicotomia entre “comunidade” e “sociedade”, proposta por Tönnies (1947) e Weber (2000), na direção de sua superação. Na análise de casos concretos, especial atenção foi dada à implementação do FairWild Standard, na ilha de Silves (AM), certificação de coleta silvestre sustentável de plantas medicinais e aromáticas, baseada na Convenção da Diversidade Biológica. Verificou-se, em suma, o potencial das certificações florestais para a efetivação do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização, de modo a garantir os direitos das sociedades tradicionais, na busca da concretização do desenvolvimento sustentável de base comunitária e da justiça socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Socioambiental; Povos indígenas e comunidades tradicionais; Biodiversidade; Amazônia.

ABSTRACT: *This study aims at establishing a relationship between local and global environmental governance, we see how international legal instruments that address multicultural human rights and biodiversity conservation affect the reality of the peoples in the Amazon. We have taken up the lessons of Polanyi (2000) with the aim of understanding the relationship between economic and social systems. Concerning sustainable development, this study is based on Boulding (1966), Furtado (1998), Sachs (2002) and MartínezAlier (2007). Corroborating the transdisciplinary nature of this work, we seek to establish a dialogue involving anthropology, especially Sahlins (1997). The discussion herein contextualizes the dichotomy between “community and society”, proposed by Tönnies (1947) and Weber (2000), in an attempt to go beyond it. By analysing specific cases, special attention was given to the implementation of the FairWild Standard, a certification of sustainable wild collection of medicinal and aromatic plants, based on Convention on Biological Diversity, in the Silves island (Amazonas, Brazilian state). The findings point to, in short, the potential of Forest Certification to suit and contribute to effectiveness of Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization to the Convention on Biological Diversity and in ensuring the rights of traditional societies, seeking on the implementation of community-based sustainable development and environmental justice.*

KEYWORDS: Environmental justice; Indigenous and traditional communities; Biodiversity; Amazon.

**PRODUÇÃO DA NORMA E A NÃO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
RELACIONADOS AO ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AOS CONHECIMENTOS
TRADICIONAIS ASSOCIADOS**

**THE PRODUCTION OF THE NORM AND THE LACK OF ACKNOWLEDGEMENT OF
SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RIGHTS RELATED TO ACCESS TO GENETIC
RESOURCE AND ASSOCIATED TRADITIONAL KNOWLEDGE**

**Mônica da Costa Pinto
Mônica Nazaré Picanço Dias Bonolo**

RESUMO: No Brasil, desde 2001, a produção de normas regulamentadoras das relações de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais a este associados é de responsabilidade do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN. Estas normas surgem como confluências de diversos discursos (FOUCAULT, 2011), que findam por se plasmar em textos a serem interpretados pelo próprio CGEN. Se consideramos este espaço como um campo, na acepção de Bourdieu (2010), verifica-se que diversos discursos entram em combate visando a sua cristalização na forma de norma jurídica. Contudo, uma observação mais atenta revela que entre os grupos que falam no Conselho, se apresenta

uma clara desproporção entre a frequência de representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, e de representantes de empresas privadas e instituições de pesquisa biotecnológica. Predomina a frequência do segundo grupo sobre a do primeiro. A tensão entre os discursos destes dois grupos e a disparidade do espaço simbólico por eles ocupado no Conselho se reflete na produção de normas, de forma que os interesses daqueles mais atuantes findam por prevalecer sobre os demais. A efetivação dos direitos socioambientais dos povos indígenas e comunidades tradicionais, no que se refere a seus conhecimentos tradicionais e ao patrimônio genético a que estão associados, passa necessariamente pelo debate do papel de espaços democráticos como o CGEN, mas principalmente pelo aprofundamento do estudo das manobras discursivas adotadas para dificultar que a fala destes grupos encontre reconhecimento normativo.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Ambiental. Socioambientalismo. Patrimônio Genético. Conhecimentos tradicionais associados. Norma.

ABSTRACT: *In Brazil, since 2001, the production of regulatory standards of the relations of access to genetic resources and traditional knowledge associated with this is the responsibility of the Council of Management of Genetic Heritage - known as CGEN. These standards appear as confluences of various discourses (Foucault, 2011), that they cease to be shaped in texts interpreted by the CGEN. If we consider this space as a field, in the sense of Bourdieu (2010), it appears that several discourses enter combat targeting its crystallization in the form of a rule. But closer observation reveals that among the groups who speak in the Council is presented a clear disproportion between the frequency of representatives of indigenous and traditional communities and representatives of private companies and research institutions biotechnology. Frequently the latter group predominates over the first. The tension between the discourses of these two groups and the disparity of the symbolic space they occupy in the Council is reflected in the production of norms, so that the interests of those most prolific cease to prevail over others. The enforcement of social and environmental rights of indigenous peoples and traditional communities, in relation to their traditional knowledge and genetic resources that are associated, necessarily involves discussion of the role of democratic spaces like CGEN, but mainly by the deepening the study of discursive maneuvers taken to obstruct the speech of these groups to be embodied in the norm.*

KEYWORDS: *Environmental Law. Social Environmentalism. Genetic Resources. Associated Traditional Knowledge .Norm.*

A PROPRIEDADE INTELECTUAL SOBRE SERES VIVOS E OS CULTIVARES: AS CONTROVÉRSIAS LEGISLATIVAS E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS

INTELLECTUAL PROPERTY OVER LIVING THINGS AND CULTIVARS: THE LEGISLATIVE AND ENVIRONMENTAL PROBLEMS, CONTROVERSIES AND ECONOMIC

**Lucas Cardinali Pacheco
Karina Ferreira Soares de Albuquerque**

RESUMO: A propriedade intelectual possui visibilidade político-econômica devido ao valor agregado dos bens imateriais de uma corporação, propiciando a criação de novos mercados e revolucionando os sistemas de propriedade intelectual, dominados por grandes empresas multinacionais e pelos países do norte. A legislação que trata da propriedade intelectual sobre seres vivos apresenta questões conflitantes, com destaque à dupla proteção da lei de patentes (Lei nº 9.279/96) e da lei de proteção à cultivares (Lei nº 9.456/97), o que traz diversas discussões doutrinárias e práticas por não promoverem a devida adequação sobre

as diferenças socioambientais e econômicas, terminando por proteger o mercado internacional em detrimento ao nacional, além das questões internas que trazem reflexos econômicos e sociais. Nesse contexto é que surge a necessidade de compreender o instituto da propriedade intelectual, e seu prisma de proteção às cultivares.

PALAVRAS-CHAVE: Cultivares, Propriedade intelectual, Proteção Socioambiental.

ABSTRACT: *Intellectual property has political and economic visibility due to the added value of the intangible assets of a corporation, resulting in the creation of new markets and revolutionizing intellectual property systems, dominated by large multinational companies and by the countries of the North. The legislation that deals with the intellectual property rights over living things presents conflicting issues, with emphasis on dual protection of patent law (Law No. 9.279/96) and the law of protection for plant varieties (Law nº 9.456/97), which brings several doctrinal discussions and practices not to promote proper fitness-environmental and economic differences, ending for protecting the international market to the detriment to the national, also to the domestic issues that bring economic and social reflections. In this context is that the need arises to understand the intellectual property institute, and prism for the protection of plant varieties.*

KEYWORDS: *Plant Varieties, Intellectual Property, Socio-Environmental Protection.*

**A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE: ENTRE O DIREITO SOBERANO DOS ESTADOS E
A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE**
**THE BIODIVERSITY PROTECTION: BETWEEN THE SOVEREIGN RIGHT OF STATES
AND THE PROTECTION OF THE COMMON HERITAGE OF HUMANITY**

Liziane Paixão Silva Oliveira

RESUMO: Este artigo tem por finalidade contribuir para a discussão atual sobre a proteção da biodiversidade. Em especial, procura verificar a relação entre o direito soberano dos Estados para a exploração dos seus recursos naturais e a qualificação da diversidade biológica como uma preocupação comum da humanidade. Dado estudo é realizado com base nas Resoluções da ONU sobre os recursos naturais, na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e nos debates em torno do conceito de patrimônio e preocupação comum da humanidade. O estudo do conceito de soberania do Estado em relação aos seus recursos naturais ganha enorme importância perante as questões ambientais globais, visto que tais fenômenos desconhecem fronteiras territoriais, como nos exemplos de exploração de aves migratórias, de espécies marinhas, da contaminação do ar, da água, da mudança climática e seu impacto sobre a biodiversidade. Assim, urge verificar como a CDB fixou a relação entre os Estados e a biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade. Soberania. Preocupação comum da humanidade. CDB.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to contribute to the current discussion on the protection of biodiversity. In particular, it seeks to verify the relationship between the sovereign right of States to exploit their natural resources and the qualification of biological diversity as a common concern of humankind. This conducted research was based on the UN resolutions on natural resources, the Convention on Biological Diversity (CBD) and the debates around the concept of heritage and common concern of humankind. The study of the concept of state sovereignty over its natural resources gains immense importance in regards to global environmental issues since such phenomena do not have territorial boundaries, as for examples the exploitation of migratory birds, marine species,*

contamination of air, water, climate change and its impact on biodiversity. Therefore, it is urgent to examine how the CBD establishes the relationship between the states and biodiversity.

KEYWORDS: *Biodiversity. Sovereignty. Common heritage of humanity. CDB.*

A TERRA NO SISTEMA JURÍDICO NACIONAL: A PROPRIEDADE E A VIDA
LAND IN THE NATIONAL LEGAL SYSTEM: PROPERTY AND LIFE

Elis Cristina Alves Pereira
Dulce María García y García

RESUMO: Embora os esforços para se implementar essa nova concepção, tanto na legislação quanto na prática, a divisão territorial do Brasil sofreu grande influência do sistema sesmarial que trouxe como consequência as grandes glebas existentes na mão de poucos gerando um entrave para a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado. Haja vista ser necessário alguns reparos na legislação, principalmente em se tratando de populações tradicionais (excetuado os indígenas), e em alguns conceitos mal elaborados ou inexistentes, a proteção jurídica em relação ao meio ambiente é bem abrangente, cabendo ao poder público efetivar esse direito com políticas públicas que atuem preventivamente através da fiscalização, bem como no engajamento de promover a distribuição igualitária da distribuição de terras no Brasil, visto que em se tratando do meio ambiente os danos que este sofre muitas vezes são irreparáveis não compensados simplesmente com uma prestação pecuniária por parte do infrator.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedade da terra, Meio Ambiente, Institutos Jurídicos de Proteção, Espaços Territoriais Especialmente Protegidos.

ABSTRACT: While efforts to implement this new conception, both in legislation and in the practice, the territorial division of Brazil suffered great influence of the sesmarial system that brought consequently glebes in the hands of a few generating an obstacle to the effectiveness of the right to a balanced environment. In view of the need of some reforms in the legislation, especially when it comes to traditional populations (the Indigenes excepted), and to some concepts poorly elaborated or non-existent, the legal protection in relation to the environment is extensive, being the public power in charge to effectuate this right through public policies that prevent by supervising and promoting equal distribution of lands in Brazil, just as the environmental damage which is mostly irreparable impossible to be compensated with pecuniary sanctions by the offender.

KEYWORDS: Land Ownership, Environment, Legal Protection Institutes, Especially Protected Areas.

A UTILIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA NAS DEMANDAS ENVOLVENDO
EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS BRASILEIROS: UM DESAFIO À EFETIVIDADE
DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

THE USE OF THE WRIT SUSPENSION IN DEMANDS INVOLVING BRAZILIAN'S
HYDROELECTRIC PLANTS: A CHALLENGE TO THE EFFECTIVENESS OF SOCIAL AND
ENVIRONMENTAL RIGHTS

Natália Jodas

RESUMO: Os conflitos socioambientais oriundos da instalação de empreendimentos hidrelétricos brasileiros parecem convergir em um desfecho comum: a Suspensão de

Segurança. Este trabalho pretende analisar o instrumento jurídico da Suspensão de Segurança no contexto da instalação das usinas hidrelétricas nacionais, abordando, de forma crítica, seu histórico, requisitos e atributos. Concatenar-se-ão, conjuntamente, as similitudes presentes nos conflitos socioambientais atinentes à construção destas obras em distintas localidades, respaldando o impacto aos grupos fragilizados, tais como as populações indígenas e ribeirinhas, bem como à biodiversidade. Estabelecido o cenário, indaga-se se mencionado instrumento jurídico vem sendo utilizado devidamente pelo Estado a favor do interesse público. A metodologia da pesquisa baseia-se na revisão da literatura jurídica e sociológica sobre a temática, levantamento documental e decisões jurisprudenciais dos tribunais de justiça estaduais, federais e superiores.

PALAVRAS-CHAVE: Suspensão de segurança; Empreendimentos Hidrelétricos; Biodiversidade; Populações Tradicionais.

ABSTRACT: *The social and environmental conflicts originated by the installation of hydroelectrical plants seem to narrow to one common end: the writ by a superior court. This essay aims to analyze this instrument in the context of hydroelectrical plants in Brazil, critically studying its history, requirements and characteristics. At the same time, this work verifies the common occurrences in the aforementioned social and environmental conflicts, giving special attention to the indigenous and local people affected by the plants. In this light, it is asked if the judicial suspension has been properly used by the State, in favor of public interest. The methodology used in this essay is based on a review of the juridical and sociological literature, document and judicial decisions analysis.*

KEYWORDS: Writ Suspension; hydroelectric enterprises; biodiversity; traditional populations.

A VISÃO HOLÍSTICA SOCIOAMBIENTAL PARA A PRESERVAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS *THE HOLISTIC SOCIO-ENVIRONMENTAL VISION FOR THE PRESERVATION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE*

Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro
Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar teoricamente a efetivação da preservação dos conhecimentos tradicionais associados, através da visão holística socioambiental, como forma de integração e respeito mútuo, para todos os tipos de sociedades existentes no Brasil, sob o prisma da Constituição da República de 1988 e a legislação existente, para uma maior compreensão e aceitação das diversidades culturais, econômicas e sociais, bem como de maneira teórica e doutrinária suprir as lacunas legais existentes. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas na busca da melhor compreensão do tema.

PALAVRAS CHAVE: Holismo, conhecimentos tradicionais, socioambientalismo.

ABSTRACT: *This article aims analyze theoretically the completion of the conservation of associated traditional knowledge, through holistic vision, as a form of social and environmental integration and mutual respect, to all types of companies in Brazil, under the prism of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 and existing legislation, for a greater understanding and acceptance of cultural differences, Economic and social, as well as theoretical and doctrinal way supply gaps. Bibliographic searches were used in the search for better understanding of the subject.*

KEYWORDS: *Holism, respect, traditional knowledge, social and environmental.*

**GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE:PONTOS E CONTRAPONTO DA POLÍTICA
NACIONAL DA BIODIVERSIDADE**
*GOVERNANCE AND SUSTAINABILITY:COUNTERPOINTS AND POINTS OF POLICY
NATIONAL BIODIVERSITY*

José Osório do Nascimento Neto
Igor Fernando Ruthes

RESUMO: O Componente 3 da Política Nacional da Biodiversidade, instituída pelo Decreto n. 4.339, de agosto de 2002, tem, por objetivo geral, promover mecanismos e instrumentos que envolvam todos os setores governamentais e não governamentais, públicos e privados, que atuam na utilização de componentes da biodiversidade, visando que toda utilização de componentes da biodiversidade, seja sustentável, considerando não apenas seu valor econômico, mas também os valores ambientais, sociais e culturais. Diante deste contexto e a partir de uma metodologia descritivo-interpretativa, a presente pesquisa tem, por objetivos específicos, estudar a adequação estratégica e os processos de governança como uma exigência social, manifestada por políticas públicas, pelas empresas e pela sociedade civil. A partir deste cenário, emerge, também, a sustentabilidade, devendo esta ser estudada não apenas sob a ótica do triple bottomline (econômico, social e ambiental), mas também como uma estratégia de alinhamento dos objetivos organizacionais, compreendendo vários aspectos como articulação, integração e gestão pública de qualidade. Acredita-se que referidos binômios da governança e da sustentabilidade, se bem trabalhados na conexão teoria-prática, sejam capazes de fomentar a criação e o fortalecimento de instituições nacionais e de grupos de pesquisa nacionais, públicos e privados, especializados em bioprospecção, biotecnologia e biossegurança.

PALAVRAS-CHAVE: Governança; Sustentabilidade; Direitos Fundamentais; Biodiversidade.

ABSTRACT: *Component 3 of the National Biodiversity Policy, established by Decree. 4339, August 2002, has, for general purpose, promote mechanisms and instruments involving all governmental and non-governmental, public and private, that operate in the use of components of biodiversity, in order to use all of the components of biodiversity, is sustainable, considering not only its economic but also environmental values, social and cultural. Given this context and from a descriptive-interpretative methodology, this research has, for specific purposes, to study the strategic fit and governance processes as a social requirement, manifested by public policies, by business and civil society. From this scenario, emerges also sustainability, which must be studied not only from the perspective of the triple bottom line (economic, social and environmental), but also as a strategy alignment of organizational objectives, including various aspects such as articulation, integration and quality public management. It is believed that these binomials governance and sustainability, it worked well in connecting theory and practice, are able to foster the creation and strengthening of national institutions and national research groups, public and private, specializing in bioprospecting, biotechnology and biosafety.*

KEYWORDS: *Governance; Sustainability; Fundamental Rights; Biodiversity.*

**OS ACORDOS COMUNITÁRIOS DE PESCA NA REGIÃO AMAZÔNICA E O
PLURALISMO JURÍDICO**

*THE COMMUNITY BASED FISHING AGREEMENTS AT AMAZON REGION AND THE
LEGAL PLURALISM*

**Bianca Gabriela Cardoso Dias
Serguei Aily Franco de Camargo**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discutir os acordos comunitários de pesca, a partir de uma reflexão sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas do Amazonas, a legislação pesqueira e o pluralismo jurídico. São apresentados os contextos jurídico e socioambiental relativos aos acordos de pesca, para, ao final, concluir que os acordos de pesca não se constituem em expressão do pluralismo jurídico, pois seu conteúdo é definido pelo direito do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Acordos comunitários de pesca, Região Amazônica, Comunidades ribeirinhas, Pluralismo jurídico.

ABSTRACT: *This paper aims to discuss the community based fisheries agreements, focusing the riverine communities at Amazon Region, the fisheries regulation and the legal pluralism. The legal and socioenvironmental context related to fisheries agreements are presented, to conclude that the fisheries agreements do not represent an example of legal pluralism, due to its content is defined by the law of the state.*

KEYWORDS: *Fisheries agreements, Amazon Region, Riverine communities, Legal pluralism.*

**OS CONSELHOS GESTORES COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO
PARA A REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DOS CONHECIMENTOS
TRADICIONAIS**

*THE MANAGERS COUNCIL WITH SOCIAL PARTICIPATION AS AN INSTRUMENT FOR
ARISING BENEFITS SHARING FROM TRADITIONAL KNOWLEDGE*

**Ronaldo Alves Marinho da Silva
José Gomes de Britto Neto**

RESUMO: O processo de exploração dos conhecimentos tradicionais exige a construção de instrumentos aptos a viabilizar a repartição, de forma justa, dos frutos deste patrimônio com as populações originariamente detentoras dos conhecimentos associados. Este processo de resgate e valorização das populações tradicionais, exaltando sua contribuição para a manutenção da biodiversidade e da descoberta de produtos ou bens aptos a gerarem benefícios para a humanidade e serem explorados economicamente, necessita de instrumentos para mensurar a contribuição, orientar a política de acesso e conservação da biodiversidade, contribuindo na repartição dos benefícios decorrentes deste conhecimento. Somente após a Convenção sobre a Biodiversidade (CBD/Rio-1992) a comunidade internacional passou a tratar este tema com maior profundidade, mas ainda sem apresentar instrumentos aptos a garantir os benefícios para as comunidades tradicionais. A biopirataria é identificada como a retirada de material genético in situ ou ex situ para pesquisa e/ou utilização comercial sem o conhecimento ou o retorno do benefício para os governos locais e/ou as comunidades detentoras do conhecimento tradicional associado. Este processo pode ser identificado como uma expropriação de riquezas que é patrocinada ou tolerada pelos países desenvolvidos, onde se situam os maiores conglomerados econômicos interessados nesses bens (material e imaterial). Para Vandana Shiva (2001, p.19) este

processo de expropriação ocorre deste o período colonial (sec. XIII a XV), com as expedições comandadas por Colombo, e atualmente é realizada através dos registros de patentes. O fundamento das patentes é a proteção ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando os indivíduos e as empresas a investirem na pesquisa e no desenvolvimento de produtos que requerem vultosas quantias e com sucesso incerto. Entretanto, observamos que neste processo de “descoberta” as populações tradicionais, detentoras do conhecimento associado ao patrimônio genético que gerou o produto, acabam por não usufruírem deste benefício, sob diversos argumentos, dentre os quais: a) dificuldade de identificar quais comunidades são detentoras do conhecimento; b) dificuldade de identificar quem seria legítimo representante das comunidades tradicionais para negociar o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos a ele associados; c) de que forma estes benefícios poderiam ser partilhados entre as comunidades identificadas? d) quem poderia gerir o fundo decorrente dos benefícios deste conhecimento? Tomando como exemplo os Conselhos de Saúde, os conselhos gestores de políticas públicas apresentam-se como uma ferramenta de aprofundamento da democracia e engajamento social apto a identificar os problemas locais e formular, executar e gerir as políticas públicas para enfrenta-los, este trabalho visa contribuir com uma alternativa as questões propostas, compreendendo que o apoderamento do cidadão, o envolvimento e a sua participação na vida comunitária possibilitam cumprir com os objetivos da Convenção sobre a Biodiversidade (CBD, art. 1), preservando a diversidade biológica, com a utilização sustentável de seus componentes, e possibilitando a “repartição justa e equitativa dos benefícios” decorrentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais a ele vinculados, transformando tais conhecimentos tradicionais num patrimônio sui generis.

PALAVRAS-CHAVES: Diversidade biológica; Conhecimentos tradicionais; Biopirataria; Participação comunitária.

ABSTRACT: *The process of exploitation of traditional knowledge requires the construction of tools able to permit the allocation, fairly, the fruits of this heritage with the people originally owning the associated knowledge. This process of redemption and valuation of traditional, extolling their contribution to the maintenance of biodiversity and discovery of products or goods are able to provide benefits to humanity and being economically exploited, needs instruments to measure the contribution, guide the access policy and conservation of biodiversity, contributing to the sharing of benefits arising from such knowledge. Only after the Convention on Biological Diversity (CBD/Rio-1992) the international community has treated this subject in greater depth, but still without presenting instruments able to secure benefits for communities. Biopiracy is identified as the removal of genetic material in situ or ex situ research and / or commercial use without the knowledge or the return of benefit to local governments and / or communities holding traditional knowledge associated. This process can be identified as an expropriation of wealth that is sponsored or condoned by the developed countries, where are the biggest conglomerates interested in these assets (tangible and intangible). For Vandana Shiva (2001, p.19) this process of expropriation occurs this colonial period (sec. XIII to XV), with the expeditions led by Columbus, and is currently held through patent records. The foundation of patents is to protect the scientific and technological development, encouraging individuals and companies to invest in research and development of products that require large sums and success uncertain. However, we observed that this process of "discovery" traditional populations, possessing the knowledge associated with genetic resources that generated the product, end up not enjoy this benefit, under several arguments, among which: a) difficulty identifying which communities are holders knowledge, b) the difficulty of identifying who would be the legitimate representative of traditional communities to negotiate access to genetic resources and the knowledge associated with it c) how these benefits could be shared among communities identified? d) who could manage the fund due to the benefits of this knowledge? Taking as an example the Health Councils, boards policymakers presented as a tool for deepening democracy and social engagement able to identify local problems and to formulate, implement and manage*

public policies to confront them, this work aims contribute to an alternative proposed questions, including the empowerment of citizen involvement and participation in community life possible meet the objectives of the Convention on Biodiversity (CBD, art. 1), preserving biodiversity, the sustainable use of its components, and enabling the "fair and equitable sharing of benefits" arising from genetic resources and traditional knowledge linked to it, transforming such knowledge in a traditional heritage sui generis.

KEYWORDS: *Biodiversity, Traditional Knowledge, Biopiracy, Community Participation.*

**O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E AS FLORESTAS INDÍGENAS NA PERSPECTIVA DO
PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO AMBIENTAL**
*THE NEW FOREST CODE AND FORESTS INDIGENOUS IN THE PERSPECTIVE ON THE
PRINCIPLE OF ENVIRONMENTAL NO RETURN*

Nelson Teodomiro Souza Alves
Liziane Paixão Silva Oliveira

RESUMO: A exploração de recursos nas áreas de terras indígenas é crescente a cada ano, viabilizado pelo crônico de tráfico de madeiras, entre outras matérias primas de origem florestal que são extraídas ilegalmente de florestas indígenas. O código florestal antigo (Lei nº 4771/65) condicionava que as florestas que integram o Patrimônio Indígena sujeitas ao regime de preservação permanente, só podem ser exploradas pelos índios mediante manejo sustentável para atender interesse da própria comunidade indígena e de sua própria subsistência. Entretanto, com o advento do novo código florestal (Lei nº 12.651/2012) não houve a preocupação com as florestas indígenas, e já que não existe uma legislação ordinária a respeito da temática, haverá um retrocesso significativo em termos de política indigenista no trato desse tema, pois inviabilizará de vez o acesso de comunidades indígenas a políticas e programas oficiais de conservação e manejo sustentado de recursos florestais e da biodiversidade em suas terras. O princípio do não retrocesso ambiental por sua vez, preconiza que não é admitido o recuo dos níveis normatizados de proteção do meio ambiente de modo a impossibilitar que parâmetros inferiores sejam adotados em detrimento daqueles anteriormente fixados, salvo raras exceções em casos de significativa alteração fática. Desse modo, será fundamentalmente analisada a funcionalidade do princípio diante da omissão legislativa recente, uma vez que, não houve alteração significativa na situação fática das florestas indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Princípio do não retrocesso ambiental; novo código florestal; florestas indígenas.

ABSTRACT: *The exploitation of resources in the areas of indigenous forests where there is increasing every year, made possible by chronic trafficking woods, among other forest-based raw materials that are extracted illegally from indigenous forests. The old Forest Code (Law No. 4771/65) conditioned that the forests are part of the Indigenous Heritage placed under permanent conservation can only be exploited by the Indians through sustainable management to meet interest of the indigenous community and their own subsistence. However, with the advent of the new Forest Code (Law No. 12.651/2012) there was no concern with indigenous forests, and since there is no common law of the theme, there will be a significant setback in terms of indigenous policy in dealing with this topic, as will preclude every access of indigenous policies and programs conservation officers and sustainable management of forest resources and biodiversity on their land. The principle of non-retrogression Environmental turn advocates the idea that it is not admitted the retreat of normalized levels of environmental protection so as to make it impossible for sub-parameters are adopted rather than those set previously, with rare exceptions in cases of significant*

factual change. Thus, it will be primarily analyzed the functionality of the principle in the face of recent legislative omission, since no significant change in the factual situation of indigenous forests

KEYWORDS: *Principle of environmental no return; the new forest code; forests indigenous.*

POR UM MEIO AMBIENTE COM GENTE: COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA DUPLA SUSTENTABILIDADE
HACIA UN MEDIO AMBIENTE CON LA GENTE: COMUNIDADES TRADICIONALES Y UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA PERSPECTIVA DE LA DOBLE SUSTENTABILIDAD

Andrew ToshioHayama

RESUMO: O mito moderno da natureza intocada ainda povoa o imaginário encantado do senso comum ambiental. Apesar da consistência dos estudos socioambientais, a utopia preservacionista/conservacionista está à solta, alimentada pelo mercado verde e pelo setor privado, cada vez mais engajado na gestão do meio ambiente e no controle dos recursos naturais. Enquanto grupos culturalmente diferenciados, as comunidades tradicionais, juridicamente definidas no decreto que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sofrem, por um lado, ameaças predatórias de poderosos interesses econômicos, como no caso das barragens e da mineração, e, de outro lado, política etnocida de inviabilização de subsistência consistente em expulsões e interdições ao modo de vida ancestral, configurando-se o que se denomina racismo ambiental. Neste sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, síntese do embate entre ideologias hegemônicas, contém dispositivos de viés ambientalmente discriminatório, ao hierarquizar categorias de Unidade de Conservação, prestigiando as de Proteção Integral, e ao autorizar remoções de membros pertencentes a comunidades tradicionais. A reflexão, avaliando a legislação pertinente à matéria, percebe a existência de níveis de garantia de direitos territoriais a depender do grupo tradicional considerado (indígena, quilombola e os demais). Ao final, sustentando a proibição de sobreposição compulsória de Unidades de Conservação em territórios tradicionais, defende a autonomia do Laudo Antropológico de Reconhecimento frente a quaisquer outros condicionantes ambientais, invocando também a necessidade de tutela do patrimônio cultural, sem prejuízo da manutenção da biodiversidade, na perspectiva da dupla sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: neocolonialismo. racismo ambiental. comunidades tradicionais. unidades de conservação. dupla sustentabilidade.

RESUMEN: El mito moderno de la naturaleza virgen aún habita el imaginario encantado del sentido común ambiental. A pesar de la consistencia de los estudios sociambientales, la utopía preservacionista/conservacionista gana fuerza, alimentada por el mercado verde y el sector privado, cada vez más implicado en la gestión ambiental y en el control de los recursos naturales. Como grupos culturalmente diferenciados, las comunidades tradicionales, legalmente definidas en el decreto que establece la Política Nacional para el Desarrollo Sostenible de los Pueblos y Comunidades Tradicionales, sufren, por un lado, amenazas de destrucción causadas por poderosos intereses económicos, como en el caso de presas y la minería, y, por otro lado, política etnocida de inviabilidad de subsistencia consistente en expulsiones constantes y prohibiciones de la forma de vida ancestral, configurándose lo que se llama racismo ambiental. En este sentido, el Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza, la síntesis del embate entre ideologías hegemónicas, contiene dispositivos de carácter ambientalmente discriminatorio, por dar

prioridad a las categorías de Protección Integral en detrimento a las de Uso Sostenible, y por autorizar la retirada compulsoria de los miembros pertenecientes a las comunidades tradicionales. La reflexión evalúa la legislación relativa a este asunto y percibe la existencia de niveles de garantía en función del tipo de grupo tradicional considerado (indígenas, quilombolas y otros). Después, sosteniendo la prohibición de superposición obligatoria de Unidades de Conservación en territorios tradicionales, defiende la autonomía del Parecer de Reconocimiento Antropológico contra limitaciones ambientales, invocando la necesidad de proteger el patrimonio cultural, sin perjuicio de la conservación de la biodiversidad, en la perspectiva de la doble sustentabilidad.

PALABRAS-CLAVE: *neocolonialismo; racismo ambiental; comunidades tradicionales; unidades de conservación; doble sustentabilidad.*

POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO SOCIAL NO PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ **POSSIBILITIES OF SOCIAL INCLUSION IN XIXOVÁ-JAPUÍ STATE PARK**

Henrique Vianna Pozo
Euler Sandeville Junior

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a inclusão social em Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI) tendo como base o estudo de caso do Parque Estadual Xixová-Japuí. A metodologia está baseada no levantamento de registros e no diálogo com representantes envolvidos no processo de gestão do parque e com pescadores locais. O trabalho indica que a demanda para criação de uma área protegida exigida pela comunidade local não foi atendida quanto ao conteúdo e não foi antecedida de diálogo entre o Estado e pescadores locais. Os pescadores locais sofreram múltiplas interferências, tanto do parque como da urbanização, mas a diversidade de peixes locais permite que os pescadores se adaptem com as restrições diversificando as artes de pesca. Em nível federal, observa-se uma postura mais flexível na permissão de uso direto em UCPI.

PALAVRAS-CHAVE: Parque, Gestão, Pesca.

ABSTRACT: *This paper aims to present some reflections on social inclusion in Units of Integral Protection Conservation (UIPC) based on the case study of the State Park Xixová-Japuí. The methodology is based on survey records and dialogue with representatives involved in park management and local fishermen. The work indicates that the demand for creation of a protected area required by the local community was not satisfied as to the content and was not preceded by dialogue between the state and local fishermen. Local fishermen suffer multiple interferences, much of the park as urbanization, but the diversity of local fish allows anglers to adapt to the constraints diversifying fishing gear. At the federal level, there is a more flexible in allowing direct use in UIPC.*

KEYWORDS: *Park, Management, Fishing.*

**PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO
NO CONTEXTO DOS ESTADOS PLURINACIONAIS LATINO-AMERICANOS DO SÉCULO
XXI**

*PROTECTION OF BIODIVERSITY AND ASSOCIATED TRADITIONAL KNOWLEDGE IN
PLURINACIONAL LATIN AMERICAN STATES IN TWENTY FIRST CENTURY*

**Miguel Ettinger de Araujo Junior
Deíse Camargo Maito**

RESUMO: No ambiente dos recursos naturais o equilíbrio alcançado pelos elementos que o compõem é uma consequência natural. No entanto, o ser humano não apresenta esta mesma facilidade em lidar com o outro. Estes dois aspectos da diversidade, a biológica e a humana, vêm sendo objeto de regulações jurídicas, almejando-se o necessário equilíbrio e o respeito entre todos. Em sua área de abrangência, o Protocolo de Nagoya (2010) visa promover este respeito à biodiversidade, e, no presente estudo, procura-se apresentar os parâmetros para sua efetividade e legitimação nos países latino-americanos que experimentaram neste início de Século XXI a construção do novo constitucionalismo baseado na ideia de pluralidade e diversidade do povo. Será, portanto, com respeito aos princípios ali construídos que os acordos internacionais poderão se sustentar como mecanismos eficazes de promoção do desenvolvimento ambiental e social.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; Estados plurinacionais; Conhecimento Tradicional Associado.

ABSTRACT: *In environment, is a natural consequence that natural resources obtain balance between them, but, the human being don't shows the same facility in get along with each other. These two aspects of diversity, biological and human, is been regulated by law, by reaching the balance and respect between everyone. The Nagoya Protocol (2010) aims to promote this respect to biodiversity, and, this paper pursuits show the parameters to their effectiveness and legitimation in Latin American countries that, in the begin of this century, were marked by the construction of the new constitutionalism, based on the idea of plurality and diversity of people. Therefore, respecting the principles built there, the international agreements will be effective mechanisms to promote the environmental and social development.*

KEYWORDS: Biodiversity; Plurinacional States; Associated Traditional Knowledge.

**QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA: ENTRE O ESQUECIMENTO E A AMEAÇA
QUILOMBOS FROM RIBEIRA VALLEY: BETWEEN THE FORGETTING AND THE THREAT**

**Oriel Rodrigues Moraes
Raul Cezar Bergold**

RESUMO: a escravidão negra arrastou milhões de africanos para o Brasil, que promoveram rebeliões e, noutras vezes, foram deixados por seus senhores, ao que formaram comunidades de resistência chamadas quilombos. Mas o crescimento populacional e a colonização colocaram essas comunidades em proximidade com uma cultura hegemônica, que promoveu intervenções que impuseram às comunidades quilombolas a adoção de práticas distintas daquelas culturalmente desenvolvidas por seus membros. Em relação à apropriação e ao uso da terra, os quilombolas foram integrados para servir a interesses distantes daqueles relacionado com os seus usos e costumes, o que não outorgou a essas pessoas melhores condições para a dignidade da sua existência. O Vale do Ribeira, na região sul do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná, devido ao grande número

de comunidades quilombolas e do extenso e valioso remanescente da biodiversidade da região, é um espaço em que a atuação do Estado pode ser analisada para se verificar o grau de participação da população diretamente envolvida na formulação e execução de políticas públicas que lhe são direcionadas, bem como para que se possa avaliar as consequências da forma de integração estabelecida. Diante de uma restrita consideração dos interesses das comunidades, orienta-se para uma possível ampliação de sua autonomia, que pode ser potencializada com uma ação instrumental do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Políticas Públicas; Populações tradicionais; Quilombolas; Vale do Ribeira.

ABSTRACT: *black slavery dragged millions of Africans to Brazil, where riots took place, and other times, they were left by their lords, forming the so-called Quilombo communities of resistance. But population growth and colonization put these communities in proximity to a hegemonic culture that promoted interventions that imposed to quilombolas communities to adopt practices culturally distinct from those developed by its members. Regarding the ownership and use of land, the Quilombos were built to serve the interests of those distant connected with their traditions and customs, which is not granted to those people best placed to reflect on his life. The Vale do Ribeira, in the southern state of São Paulo and Paraná state east due to the large number of maroon communities and the large and valuable remnant of the biodiversity of the region, is an area in which state action can be analyzed to ascertain the degree of participation of the people directly involved in the formulation and implementation of public policies that are directed, and to be able to assess the consequences of the established form of integration. Faced with a limited consideration of community interests, guided to a possible expansion of its autonomy, which can be enhanced with an instrumental of the state.*

KEYWORDS: Environment. Public Policy. Traditional populations. Quilombolas. Vale do Ribeira.

RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS COMO PRESSUPOSTO A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE FRENTE A FORÇA ECONÔMICA INTERNACIONAL
RECOGNITION OF GENETIC HERITAGE AND ASSOCIATED TRADITIONAL KNOWLEDGE AS ASSUMPTION OF BIODIVERSITY PROTECTION FORCE INTERNATIONAL ECONOMIC FRONT

Christine Keler de Lima Mendes
Maria Tavares Ferro

RESUMO: O presente artigo aborda a importância da Convenção sobre Diversidade Biológica que o Brasil é signatário para o reconhecimento extrapatrimonial não só da natureza como dos saberes tradicionais das populações indígenas e sociedades locais associado ao patrimônio genético como forma de reconhecimento de um direito que ultrapassa a concepção contratualista do direito privado e a visão clássica do direito público. Numa visão holística da natureza e, por consequência, no reconhecimento do homem como integrante do sistema ambiental e não como superior a natureza.

PALAVRAS-CHAVES: Diversidade biológica; Patrimônio genético; sociedades tradicionais.

ABSTRACT: *This article discusses the importance of the Convention on Biological Diversity which Brazil is a signatory to the off-balance sheet recognition not only of nature as the traditional knowledge of indigenous and local societies associated to genetic resources in*

recognition of a duty that goes beyond the contractual concept private law and the classical view of public law. A holistic view of nature and, therefore, the recognition of man as part of the environmental system and not as superior to nature.

KEYWORDS: *Biological diversity - genetic heritage - traditional societies.*

REFLEXOS JURÍDICOS DA DIMINUIÇÃO DO LANÇAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO SOBRE A PESCA NA ZONA MARÍTIMA
LEGAL CONSEQUENCES OF DECREASE IN RELEASES OF THE SÃO FRANCISCO RIVER WATERS ON SEA FISHING ZONE

Geilton Costa Cardoso da Silva

RESUMO: Este ensaio objetiva analisar os reflexos jurídicos relacionados à pesca marítima em decorrência da redução do lançamento de águas do Rio São Francisco após a construção de hidrelétricas em seu curso, assim como em virtude da execução do Projeto de Integração de bacias hidrográficas, conhecido como transposição do Rio São Francisco.

PALAVRAS-CHAVE: Rio São Francisco. Águas. Lançamento. Redução. Reflexos Jurídicos. Pescamarítima.

ABSTRACT: *This essay intends to analyze the impacts related legal maritime fishing due to the reduction of the release of water from the São Francisco river after the construction of hydroelectrics along its course, as a result of implementation of the integration project river basins, known as transposition of the São Francisco river.*

KEYWORDS: *São Francisco River. Waters. Release. Reduction. Legal reflexes. Sea fishing.*

SISTEMA DE PATENTES - O NOVO COLONIALISMO: USURPAÇÃO E MONOPÓLIO DO CONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS
PATENT SYSTEM - THE NEW COLONIALISM: USURPATION AND MONOPOLY OF THE KNOWLEDGE OF TRADITIONAL POPULATIONS

Alisson Fontes de Aragão

RESUMO: A biodiversidade é a chave da ecologia viva e meio de produção para aproximadamente dois terços da humanidade. Hodiernamente, também configura “matéria-prima” para indústrias (farmacológicas, geneticistas, etc.), vez que o mercado de capital passou a conduzir a biotecnologia porque encontrou nela uma nova oportunidade de acumulação de capital. Para tanto, o mercado se apropria do conhecimento das populações tradicionais através do Sistema de Patentes arquitetado nos tratados internacionais, denotando, assim, a existência de um Novo Colonialismo, que não busca o território e seus recursos naturais, mas o controle dos mercados e dos sistemas econômicos, convertendo o conhecimento (de outrem) em sua propriedade. Dessa forma, o Sistema de Patentes oriundas da Biopirataria nega as inovações coletivamente acumuladas, a criatividade e o conhecimento das populações tradicionais, o que denota a necessidade de desafiar este sistema; seja de forma radical, resistindo a esta nova colonização ignorando-se os tratados internacionais; seja de forma mais tecnocrata, corrigindo a lógica comercial do Sistema de Patentes, através da partilha de benefícios e da bioprospecção, que, na maioria das vezes, não passa de uma forma sofisticada de biopirataria. Neste lamiré, este trabalho faz uma breve análise crítica das convenções e dos acordos internacionais que tratam do Sistema de

Patentes, dentre eles a CDB (Convenção sobre a Diversidade Biológica) e o TRIPs (Tratado sobre os Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), bem como dos interesses velados que os criaram e os sustentam. Por fim, trata dos movimentos pela Biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVES: Patentes. Biopirataria. Populações Tradicionais. TRIPs. CDB.

ABSTRACT: *Biodiversity is the key to living ecology and way of production for, approximately, two-thirds of humanity. Nowadays, it also sets the "raw material" for industries (pharmacological, geneticists, etc.), once the capital market has lead to biotechnology, because it has found in it a new lease for capital accumulation. Therefore, the market appropriates the knowledge of traditional populations through the patent system architected in international treaties, denoting, thus, the existence of a new colonialism, which does not seek territory and its natural resources, but the control of markets and economic systems, converting the knowledge (of others) in your property. Thus, the patent system originated from Biopiracy denies collectively accumulated innovations, creativity and knowledge of traditional populations, which indicates the need to challenge this system; through the radical way, resisting this new colonization, ignoring international treaties; or through the technocratic way, correcting the business logic of the patent system, through the sharing of benefits and bioprospecting, which, in most cases, means no more than a sophisticated form of biopiracy. In this context, this work presents a brief critical analysis of the conventions and international agreements addressing the Patent System, including, among them, the CBD (Convention on Biological Diversity) and TRIPs (Treaty about Aspects of Intellectual Property Rights related with trade), as well as the vested interests that created and sustained them. Finally, it deals with the movements for Biodiversity.*

KEYWORDS: Patents. Biopiracy. Traditional Populations. TRIPs. CDB.

SOBREPOSIÇÃO DE TERRAS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: PRESERVAÇÃO OU AMEAÇA À BIODIVERSIDADE?

SUPERPOSITION BETWEEN TRADITIONAL POPULATION'S LANDS AND CONSERVATION AREAS OF INTEGRAL PROTECTION: PRESERVATION OR THREAT TO THE BIODIVERSITY?

Lílian Argenta Pereira

RESUMO: Um dos principais problemas enfrentados pelos indígenas e pelas populações tradicionais é a questão relacionada às suas terras, quando se sobrepõem às Unidades de Conservação de Proteção Integral, que não permitem a presença humana. Buscando uma solução para esse conflito, existem diversas correntes de pensamento, das quais destaca-se a conservacionista, que acredita ser prejudicial ao meio ambiente a presença de tais populações pois essas já se encontram influenciadas pelos modos de vida capitalista, extraindo mais do meio ambiente do que esse pode suportar. E a socioambientalista, que afirma que essas comunidades possuem modos de vida sustentáveis, e portanto, não gerariam desequilíbrio nas unidades de conservação. A Constituição garante aos índios, usufruto exclusivo de suas terras. No caso da sobreposição dessas com Unidades de Conservação de Proteção Integral, esse dispositivo conflita com a lei do SNUC, que prevê usufruto indireto dos recursos naturais nessas UCs. Visando solucionar a questão, o SNUC, em seu art. 42, garante às populações tradicionais o direito a indenização ou compensação pelas benfeitorias existentes onde residem, assim como o reassentamento em condições e locais acordados entre as partes. Conclui-se que uma vez que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos culturais são direitos fundamentais dotados, a

priori, de igual valor (LEUZINGER, p.21), tal questão deve ser analisada cuidadosamente, caso a caso, de acordo com as peculiaridades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos territoriais. Propriedades de populações tradicionais. Unidades de Conservação de proteção integral.

ABSTRACT: *One of the main problems faced by the indigenous and traditional populations is the issue related to their lands when overlap the Conservation Units of Integral Protection, which do not allow the human presence. Seeking a solution to this conflict, there are several schools of thought, of which there is the conservationist who believes is harmful to the environment the presence of such people as these are already influenced by the modes of capitalist life, extracting more of the environment than this may withstand. And socioenvironmentalist, which states that these communities have sustainable livelihoods, and therefore would not create imbalance in conservation units. The Constitution guarantees the Indians, exclusive use of their land. In the case of overlap with these conservation units of integral protection, this device conflicts with the law of SNUG, which provides indirect enjoyment of natural resources in these UCs. In order to solve the issue, the SNUG, in its art. 42, guarantees the right to traditional populations indemnity or compensation for existing improvements where they reside, as well as resettlement and local conditions agreed between the parties. We conclude that since the right to an ecologically balanced environment and cultural rights are fundamental rights endowed a priori equal value¹, this question must be analyzed carefully, case by case, according to local peculiarities.*

KEYWORDS: Territorial conflicts. Traditional populations's properties. Conservation areas of integral protection.

GRUPO DE TRABALHO III

Natureza, populações tradicionais e sociedade de risco



A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO E O PENSAMENTO DE LEONARDO BOFF

LA IMPLEMENTACIÓN DEL SOCIOAMBIENTALISMO Y EL PENSAMIENTO DE LEONARDO BOFF

Celso Leal da Veiga Júnior

RESUMO: O Direito Socioambiental pode ser considerado ramo objetivo que, gradativamente, está se consolidando no Brasil, fundamentado como elo entre o Direito Ambiental e as causas sociais, culturais, históricas e éticas, sendo decorrência útil, justa e necessária da evolução do Direito Ambiental. O comportamento humano e o avanço das necessidades pessoais e dos progressos individuais e coletivos têm propiciado o aperfeiçoamento do Socioambientalismo como fonte inesgotável de reflexões ao Bem, visando adequar o Princípio da Dignidade Humana em um ambiente realmente equilibrado, integrado e gerador de melhores valores à qualidade de vida. Porém, há dificuldades. É que, para Leonardo Boff prevalece a tecnociência em um sistema que não ama a vida, nem as pessoas, apenas sua força de trabalho e sua capacidade de consumo. Sustentado em lições de Boff, parece que o Socioambientalismo poderá ser mais bem compreendido quando mais pessoas, inclusive aquelas consideradas dirigentes, resgatarem o coração, valorizando a Sensibilidade e adotando a Ética do Cuidado já que o Cuidado é para Boff o norteador antecipado de toda ação. A partir de Boff, o Socioambientalismo, assim como o ser humano, tomado em si, é uma abstração. Todavia, cada qual se insere sempre, com sua singularidade, em um todo maior, ao que o Socioambientalismo pode ser referencial para um novo paradigma ético-social ao Brasil do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Socioambiental. Ética do Cuidado. Socioambientalismo. Leonardo Boff.

RESUMEN: El Derecho Socioambiental puede ser considerado ramo objetivo que, gradualmente, se está consolidando en Brasil, fundamentado como eslabón entre el Derecho Ambiental y las causas sociales, culturales, históricas y éticas, siendo consecuencia útil, justa y necesaria de la evolución del Derecho Ambiental. El comportamiento humano y el avance de las necesidades personales y de los progresos individuales y colectivos han propiciado el perfeccionamiento del Socioambientalismo como fuente inagotable de reflexiones al Bien, visando adecuar el Principio de la Dignidad Humana en un ambiente realmente equilibrado, integrado y generador de mejores valores a la cualidad de vida. Sin embargo, hay dificultades. Ocurre que, para Leonardo Boff prevalece la tecnociencia en un sistema que no ama la vida, o las personas, apenas su fuerza de trabajo y su capacidad de consumo. Sustentado en lecciones de Boff, parece que el Socioambientalismo podrá ser mejor comprendido cuando más personas, inclusive aquellas consideradas dirigentes, rescaten el corazón, valorizando la Sensibilidad y adoptando la Ética del Cuidado ya que el Cuidado es para Boff la brújula anticipada de toda acción. A partir de Boff, el Socioambientalismo, así como el ser humano, tomado en sí, es una abstracción. Todavía, cada cual se insiere siempre, con su singularidad, en un todo mayor, en que el Socioambientalismo puede ser referencial para un nuevo paradigma ético-social al Brasil del futuro

PALABRAS-CLAVE: Derecho Socioambiental. Ética del Cuidado. Socioambientalismo. Leonardo Boff.

**CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PROTEÇÃO JURÍDICA: UMA REFLEXÃO SOBRE
A ACESSIBILIDADE DO KAMBÔ À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA E DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

*LEGAL PROTECTION AND TRADITIONAL KNOWLEDGE: A REFLECTION ABOUT THE
ACCESSIBILITY OF THROUGHOUT IN THE LIGHT OF THE PRINCIPLES OF BIOETHICS
AND HUMAN DIGNITY*

**Raimundo Giovanni França Matos
Ronaldo Alves Marinho da Silva**

RESUMO: Há necessidade de se avaliar as consequências decorrentes da utilização indiscriminada dos conhecimentos provenientes de povos e populações tradicionais. A prática do Kambô, muito comum entre os povos indígenas nos países da região amazônica, a exemplo de tantos outros conhecimentos tradicionais, revelou-se ser de fácil e rápido acesso fora daquelas sociedades, bem como o seu uso por laboratórios não autorizados pelos órgãos competentes, contrariando a Anvisa. Essa prática foge aos princípios reguladores da bioética, o que pode se traduzir num risco para a sociedade civil moderna, tendo em vista a possibilidade de haver problemas no consentimento das pessoas que se submetem a algum tratamento ou experiência, o que poderia ocasionar uma mitigação ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como desse conhecimento tradicional, em função da possibilidade da biopirataria tanto do animal quanto da substância dele extraída.

Palavras Chave: Dignidade da pessoa humana; Bioética; Biopirataria; Conhecimentos tradicionais.

ABSTRACT: *Is no need to assess the consequences of the indiscriminate use of knowledge from people and traditional peoples, on how they are defined by the Federal Constitution. Throughout practic, very common among indigenous peoples in the countries of the amazon region, the example of so many other traditional knowledge, proved to be quick and easy access of those companies, as well as its use by non-authorized laboratories by competent organs, contradicting Anvisa. This practice runs to the principles of bioethics, which can result in a risk to modern civil society, with a view to the possibility of problems with the consent of the people who undergo some treatment or experience, which could result in a mitigation of the principle of dignity of the human person, as well as this traditional knowledge, taking into account the possibility of biopiracy either of the animal as his substance extracted.*

KEY WORDS: *Dignity of the human person; Bioethics; Biopiracy; Traditional knowledge.*

**A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS ENQUANTO SOCIEDADE
DE RISCO, PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
ASSOCIADOS**

*PROTECCIÓN JURÍDICA DE LAS POBLACIONES TRADICIONALES COMO SOCIEDAD
DE RIESGO, Y PATRIMONIO GENÉTICO E CONOCIMIENTOS TRADICIONALES
ASOCIADOS*

José Washington Nascimento de Souza

RESUMO: Muito se fala em meio ambiente e a sua proteção visando a preservação das populações atuais e futuras. Não é por acaso, a redação do caput do artigo 225 da Constituição Federal do Brasil. E como meio de auxiliar na preservação do meio ambiente em todas as suas inter-relações, é dever do Estado também preservar a integridade do

patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de patrimônio genético. Protege-se também, dessa forma, os conhecimentos das populações tradicionais, que passam de geração a geração, e por isso mesmo, aumenta cada vez mais a cobiça de grandes empresários, ávidos pela exploração do saber acumulado por povos tradicionais, a exemplo dos indígenas da Amazônia. Esse trabalho visa estudar parte dos conhecimentos de algumas populações tradicionais, associando esse estudo com a proteção jurídica do meio ambiente, e em especial, dos indígenas, e das comunidades locais, sociedades essas que vivem constantemente em risco.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; patrimônio genético; populações tradicionais; proteção jurídica.

RESUMEN: *Mucho se ha hablado en el medio ambiente y su protección para la preservación de las poblaciones actuales y futuras. No es casualidad, la redacción del preámbulo del artículo 225 de la Constitución Federal de Brasil. Y como un medio para ayudar a preservar el medio ambiente en todas sus interrelaciones, también es el deber del Estado de preservar la integridad del patrimonio genético de las entidades del país y el control dedicadas a la investigación y la manipulación del patrimonio genético. También protege así el conocimiento de los pueblos tradicionales, pasando de generación en generación, y por lo tanto, aumenta cada vez más la codicia de los grandes empresarios, ávidos de la exploración de los conocimientos acumulados por los pueblos tradicionales, incluyendo a los indios Amazon. Este trabajo tiene como objetivo estudiar el conocimiento de algunas poblaciones tradicionales, que une el estudio de la protección jurídica del medio ambiente, y en particular las comunidades indígenas y locales, las sociedades que viven en constante riesgo.*

PALABRAS-CLAVE: *medio ambiente, herencia genética, las poblaciones tradicionales, la protección legal.*

O REMANEJAMENTO DA COMUNIDADE DE MUTUM PARANÁ E O MEIO AMBIENTE CULTURAL

THE RELOCATION OF THE MUTUM PARANÁ COMMUNITY AND CULTURAL ENVIRONMENT

Diego Weis Junior
Rosimery do Vale Silva Ripke

RESUMO: A cultura enquanto direito fundamental está integrada ao princípio da dignidade da pessoa humana. O direito internacional busca proteger os direitos culturais das comunidades tradicionais. O ordenamento jurídico pátrio, ao promulgar esses tratados internacionais, corrobora o engajamento brasileiro com tal propósito. A comunidade de Mutum Paraná, distrito de Porto Velho/RO, foi remanejada em razão da construção da Usina Hidroelétrica de Jirau. Na pesquisa, concluiu-se que o remanejamento do distrito foi realizado com ênfase nas famílias e não na comunidade. Além disso, o local escolhido para receber o novo distrito, não possui as mesmas características do local nativo. Com isso, houve alterações no modo de vida dos moradores, culminando na extinção do meio ambiente cultural da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade tradicional amazônica. Meio ambiente cultural. Mutum Paraná. Remanejamento. Usinashidroelétricas do Rio Madeira.

ABSTRACT: *The culture as a fundamental right, is built on the principle of human dignity. International law searches to protect the cultural rights of traditional communities. The*

national legal system, by enacting these international treaties, confirms Brazilian engagement with such purpose. The community Mutum Paraná district of Porto Velho / RO, was relocated due to the construction of the hydroelectric plant of Jirau. In this survey, it was concluded that the relocation of the district was carried out with an emphasis on families and not in the community. In addition, the chosen place to host the new district does not have the same characteristics as native site. This led to changes in the way of life of residents, culminating in the extinction of the cultural environment of the community.

KEYWORDS: *Traditional Amazonian community. Cultural environment. Mutum Paraná. Relocation. Hydroelectric plant on the Madeira river.*

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E OS RISCOS AMBIENTAIS PARA A SOCIEDADE ATUAL NA AMÉRICA LATINA: SUSTENTABILIDADE X DEMANDA ENERGÉTICA

THE DEVELOPMENT OF THE OIL INDUSTRY AND ENVIRONMENTAL RISKS FOR THE CURRENT SOCIETY IN LATIN AMERICA: SUSTAINABILITY X ENERGETIC DEMAND

José Gomes de Britto Neto

RESUMO: O petróleo é uma das fontes de recursos energéticos mais antigos da humanidade, tendo sido prospectado e utilizado por diversas civilizações, servindo para promover a iluminação, a utilização como arma de guerra, uso medicinal para tratamento de reumatismo, doenças respiratórias, etc. No Brasil, o seu uso dista com as concessões dadas pelo Imperador, em 1858, para a pesquisa e lavra de carvão e folhelhos betuminosos na região de Ilhéus, Bahia e, em 1864, para a pesquisa e lavra da turfa e petróleo na mesma região. A exploração do petróleo passou a ser a principal matriz energética no País e em diversos outros países, sendo um dos produtos mais consumidos e responsável por movimentar a economia e o comércio, significando importante ponto de destaque de determinada nação no cenário sócio- econômico mundial. Apesar dessas vantagens, a exploração do petróleo, acelerado pelo desenvolvimento tecnológico e industrial no século XX, tem sido feita sem a devida preocupação com os recursos naturais retirados do meio ambiente, o que tem causado desequilíbrio ecológico aliado à poluição causada pelos produtos nocivos emitidos do seu refino. Tais fatores, aliados à apropriação privada da propriedade, movida pelo modelo liberal e política de mercado capitalista, fez com que os recursos naturais fossem extraídos e utilizados para a obtenção do lucro, do crescimento econômico, sem se preocupar com as consequências que os riscos ambientais causariam. Com a evolução do Estado Social e Intervencionista, relativizou-se o uso absoluto da propriedade e outras preocupações advieram com o desequilíbrio sócio- econômico: o interesse coletivo e o alcance do bem- estar social. Com o Estado intervencionista, surge a regulamentação legal da utilização da propriedade e dos recursos ambientais. Os países que têm no petróleo sua principal matriz energética devem começar a pensar em fontes alternativas de energia, ambientalmente mais limpas, que poluam menos e mantenham o desenvolvimento sustentável. Devido à diversidade de recursos naturais em diversos países que compõem um mesmo bloco ou região sócio- econômica, o ideal, para a proteção ao meio ambiente e à saúde da sociedade futura, é que se busque um caminho de sustentabilidade no desenvolvimento de matrizes energéticas, e um dos caminhos mais eficazes é a cooperação entre países de um mesmo bloco sócio- econômico, cedendo um pouco do crescimento econômico baseado na exploração ambiental e comercialização do recurso energético produzido para contribuir com outros países na pesquisa, desenvolvimento e troca de recursos energéticos que atendam à demanda consumerista em suas sociedades, mas com menos externalidades negativas ambientais e à saúde da população. Esse interesse comum tem como objetivo o alcance da sustentabilidade ambiental diante da demanda de recursos energéticos existentes. O alcance desse objetivo

somente será possível quando os governantes compreenderem que o problema ambiental é sistêmico e interdependente, e que depende de uma nova forma de percepção global do cenário sócio, político e econômico mundial para que os interesses coletivos possam ser alcançados. A problemática ambiental se faz latente pela relevância da terra e dos seus recursos naturais para o homem desde sua origem, e que sua degradação sem recuperação põe em risco a sua própria existência.

PALAVRAS- CHAVE: Petróleo, Meio- ambiente, Sustentabilidade.

ABSTRACT: *Oil is one of the oldest sources of energy resources of mankind, having been prospected and used by various civilizations, serving to promote the lightning, the use as a weapon of war, medicinal use for treatment of rheumatism, respiratory diseases, etc. In Brazil, its exploration started with the concessions given by the Emperor, in 1858, to the research and exploitation of coal and bituminous Shales in Ilhéus, Bahia and, in 1864, to the search and extraction of peat and petroleum in the same region. Oil exploitation has become the main energy matrix in the country and in several other countries, being one of the most consumed products and responsible for moving towards the economy and trade, meaning important highlight of a nation in the world socio-economic scene. Despite these advantages, the exploitation of oil, accelerated by technological and industrial development in the 20th century, has been made without due concern for natural resources removed from the environment, which has caused ecological imbalance combined with the pollution by harmful products issued from its refining. These factors, combined with the private ownership of property, appeared with the liberal model and capitalist market policy, wich made that natural resources were extracted and used for profit, economic growth, without worrying about the consequences that the environmental risks would cause. With the evolution of the Social and Intervencionist State, the absolute use of property was relativized, and other related concerns with the socio-economic imbalance: the collective interest and the scope of social welfare. With the interventionist State, legal regulations of property and utilization of environmental resources were created. The countries that have oil in their primary energy matrix must start thinking about alternative sources of energy, most environmentally clean, that pollute less and maintain sustainable development. Due to the diversity of natural resources in several countries that comprise a single block or socio-economic region, it is important that, for the protection of the environment and health of the future society, they seek out a path of sustainability in developing energy matrixes, and one of the most effective ways is co-operation between countries of the same socio-economic block, ceding a bit of economic growth based on environmental exploitation and commercialization of energy resource produced to contribute to other countries in the research, development and exchange of energy resources that reach consumer demand in their societies, but with less negative environmental externalities and danger to the health of the population. This common interest aims to achieve environmental sustainability in the face of demand for existing energy resources. The achievement of this goal will only be possible when the governors understand that the environmental problem is systemic and interdependent, and that depends on a new form of global perception of the social, political and economic scene to achieve the collective interests. The environmental problem is latent, and the relevance of land and its natural resources for the man since its origin is without question, and its degradation without recovery cause risks to the mankind existence.*

KEYWORDS: Oil, Environment, Sustainability.

**BIOPROSPECÇÃO, POPULAÇÕES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: REFLEXÕES
SOBRE A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS**

*BIOPROSPECTION, POPULATION AND TRADITIONAL KNOWLEDGE: REFLECTIONS
ABOUT BENEFIT SHARING*

Rodolfo Souza da Silva

RESUMO: O acesso e repartição de benefícios é o conjunto de normas e princípios estabelecidos pela Convenção de Diversidade Biológica (CDB) em 1992 e regem o uso de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados, quando objeto de bioprospecção. Visando a sua implementação, a Conferência das partes da mencionada convenção firmou as Diretrizes de Bonn (2002) e o Protocolo de Nagoya (2010), através dos quais passaram a estabelecer etapas principais no processo, as responsabilidades que devem ser assumidas e obrigações fundamentais para que os Estados-partes adotem medidas acerca do acesso e repartição de benefícios. Em que pese tal avanço, essas medidas não resguardam, por si só, os direitos das populações tradicionais em relação a proteção e uso sustentável de seus conhecimentos, notadamente a repartição de benefícios, pois esta é geralmente realizada com a finalidade de dividir os lucros obtidos, o que nem sempre se traduz em benefícios concretos, podendo ocasionar reflexos negativos a esses grupos. Considerando que a sociobiodiversidade configura o conjunto de bens ambientais, culturais e étnicos e suas formas de interação, urge indagar, a partir das diretrizes estabelecidas, quais questões devem ser discutidas para que a repartição de benefícios permita o uso sustentável e proteção dos conhecimentos tradicionais associados? Diante do problema exposto, o objetivo do presente trabalho é propor e analisar questões que devem ser discutidas de modo que a repartição de benefícios permita o uso sustentável e proteção dos conhecimentos tradicionais associados. Para tanto, a metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, de caráter exploratório, mediante um levantamento bibliográfico e documental.

PALAVRAS CHAVES: Populações e Conhecimentos Tradicionais. Bioprospecção. Repartição de Benefícios. Uso sustentável e Proteção.

ABSTRACT: Access and benefit sharing is the set of rules and principles established by the Convention on Biological Diversity (CBD) in 1992 and govern the use of genetic resources and associated traditional knowledge when subject of bioprospecting. For its implementation, the Conference of the Parties signed the Bonn Guidelines (2002) and the Nagoya Protocol (2010), through which established the main steps in the process, the responsibilities that must be assumed and obligations for States Parties to adopt measures about access and benefit sharing. Despite such advances, these measures alone don't ensure the rights of traditional populations regarding the protection and sustainable use of their knowledge, notably the benefit sharing, usually performed in order to divide the profits, which doesn't always bring concrete benefits and can cause negative effects to those groups. Whereas sociobiodiversity configures the set of environmental, ethnic and cultural goods and forms of interaction, urge ask from established guidelines, which issues should be discussed so that the distribution of benefits allows the sustainable use and protection of traditional knowledge? From the above problem, the objective of this work is to propose and analyze issues that should be discussed so that the distribution of benefits allows the sustainable use and protection of traditional knowledge. For this, the methodology utilized was qualitative, exploratory, through a bibliographic and documentary research.

KEYWORDS: Traditional Knowledge and Populations. Bioprospection. Benefit Sharing. Sustainable use and protection.

**OS SABERES POPULARES INTERGERACIONAL E O TRABALHO INFANTIL NA CATA
DA MANGABA**

*THE POPULAR KNOWLEDGE AND GENERATIONS OF CHILD LABOUR IN CATA
MANGABA*

**Acácia Gardênia SantosLelis
Fábia Carvalho Figueiredo**

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a reprodução intergeracional dos saberes populares como fator de risco para a garantia de direitos de crianças e adolescentes. A mangaba, que é um fruto de grande importância econômico-cultural, para o Estado de Sergipe integra a realidade de comunidades tradicionais de vários municípios sergipanos, e dentre eles o município da Barra dos Coqueiros, área de concentração da presente pesquisa. O estudo pretende analisar a reprodução dos saberes na cata da mangaba, que só é possível a partir da participação dos filhos das catadoras no beneficiamento do fruto, o que a torna uma sociedade de risco em relação ao exercício de direitos de crianças e adolescentes. O estudo pretende analisar a importância do trabalho desempenhado por crianças e adolescentes para a comunidade tradicional de catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros, como forma de socialização e reprodução dos saberes e a violação de direitos humanos. O presente estudo tem como foco principal analisar o dever do estado de intervir nas comunidades tradicionais para a promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes, tendo em vista o conflito entre a preservação dos saberes tradicionais e a violação dos direitos humanos. Conclui a pesquisa pelo entendimento da pertinência da intervenção estatal de forma impositiva, porém de forma a respeitar a pluralidade, a diversidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cata da mangaba, Saberes populares, Trabalho infantil.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the intergenerational reproduction of popular knowledge as a risk factor for ensuring the rights of children and adolescents. Mangaba, which is a fruit of great economic and cultural importance to the State of Sergipe integrates the reality of traditional communities of various municipalities in Sergipe, and among them the city of the Coconut Bar, concentration area of this research. The study aims to analyze the reproduction of knowledge in the catamangaba, which is only possible through the participation of the children of waste pickers in the processing of the fruit, making it a risk society in relation to the exercise of rights of children and adolescents. The study aims to examine the importance of the work performed by children and adolescents for the traditional community of pickersmangaba of the Coconut Bar, as a form of socialization and reproduction of knowledge and human rights violations. This study focuses mainly on analyzing the duty of the state to intervene in traditional communities to promote the development of children and adolescents, in view of the conflict between the preservation of traditional knowledge and human rights violations. Concludes the research by understanding the relevance of state intervention so imposing, but in order to respect the plurality, cultural diversity.*

KEYWORDS: *Cata of mangaba, Popular knowledge, Child labor.*

CAPITALISMO, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO NO PERU: A PROPÓSITO DO PROJETO AURÍFERO CONGA

CAPITALISM, NATURE AND DEVELOPMENT IN PERU: THE PURPOSE OF THE CONGA GOLD MINE PROJECT

Ricardo Serrano Osorio

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar o atual sistema capitalista que gera certas instabilidades nas instituições assim como no desenvolvimento do Peru. Nesse contexto, expõe-se, o critério de interação metabólica proposta por Karl Marx referente à relação do homem e natureza no modo capitalista de produção e acumulação de riqueza. Analisa-se, especificamente o caso do projeto aurífero Conga destacando o atual modo de exploração dos recursos naturais no país andino, assim como ressaltando, por um lado, o enfrentamento entre alguns grupos que pedem continuar com as atuais políticas de desenvolvimento econômico e, por outro lado, os grupos que pedem ao Estado uma maior preocupação e garantia sobre as questões socioambientais conforme a estrutura de um modelo sustentável real y eficiente. Nessa perspectiva, procura-se chamar a atenção da urgência da mudança de paradigma no que se refere à preservação do meio ambiente com o fim de tutelar os direitos das presentes e futuras gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; recursos naturais; mineração; sustentabilidade; Estado peruano.

ABSTRACT: *This study aims to analyze the current capitalist system that generates certain instabilities in the institutions and in the development of Peru. In this context, exposes himself, the criterion of metabolic interaction proposed by Karl Marx concerning the relationship of man and nature in the capitalist mode of production and accumulation of wealth. Analyzes, specifically the case of the Conga gold mine project highlighting the current mode of exploitation of natural resources in the Andean country, as well as highlighting the one hand, the confrontation between some groups calling continue with the current policies of economic development, and furthermore the structure of a model sustainable real y efficient. In this perspective, we seek to draw attention to the urgency of paradigm shift with regard to the preservation of the environment in order to protect the rights of present and future generations.*

KEYWORDS: *Capitalism; natural resources; mining; sustainability; fundamental rights; Peruvian State.*

ENTRE O DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: A POBREZA COMO PARADIGMA DE INJUSTIÇA AMBIENTAL

ENTRE EL DESARROLLO Y LA SOSTENIBILIDAD: LA POBREZA COMO PARADIGMA DE LA INJUSTICIA AMBIENTAL

**Amadeu Elves Miguel
Guilherme Nazareno Flores**

RESUMO: O artigo busca abordar a pobreza e o desenvolvimento enquanto paradoxos da sustentabilidade, refletindo sobre a intervenção do homem no meio ambiente e partindo do pressuposto de que o ecossistema em que vivemos se transformadevido a ação direta do homem sobre ele tanto pelo desenvolvimento como pela pobreza. Também busca mostrar que a intensidade desta intervenção é de tal forma que muitas vezes a destruição de recursos naturais ultrapassa a própria capacidade de recuperação dos ecossistemas. Para a

materialização desta pesquisa foi usado o Método Dedutivo e as técnicas do referente, das categorias básicas e dos conceitos operacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Meio Ambiente.

RESUMEN: *El artículo trata de abordar la pobreza y el desarrollo como paradojas de la sostenibilidad y reflexiona sobre la intervención del hombre sobre el medio ambiente y en el presupuesto de que el ecosistema en el que vivimos se cambia por la acción directa del hombre sobre ella, tanto por el desarrollo como por la pobreza. Asimismo, se pretende demostrar que la intensidad de esta intervención es tal que muchas veces la destrucción de los recursos naturales supera la capacidad de recuperación de los ecosistemas. Para materializar esta investigación se ha seguido el método Deductivo y las técnicas del Referente, de las categorías básicas y conceptos operacionales.*

PALABRAS CLAVE: Pobreza, Desarrollo, Desarrollo Sostenible y Medio Ambiente.

PACHAMAMA: UM NOVO PARADIGMA SOCIOAMBIENTAL **PACHAMAMA: UN NUEVO PARADIGMA SOCIOAMBIENTAL**

Zelma Tomaz Tolentino
Liziane Paixão Silva Oliveira

RESUMO: O artigo traz uma reflexão sobre a Pachamama, que representa a terra e todos os seres, inclusive o homem. A sociedade globalizada usa e depreda os recursos do ambiente como algo inesgotável e não se preocupa com as consequências, que possam advir. O socioambientalismo viabiliza a sustentabilidade da natureza e a social, a um só tempo, através da inclusão, do respeito pela cultura, pela diversidade e participação na gestão ambiental. As Constituições do Equador, da Bolívia e a Lei da Mãe Terra são instrumentos que viabilizam a sustentabilidade plural, que reconhecem a natureza como sujeito de direito, o multiculturalismo, o plurinacionalismo, conferindo-lhes direitos até então relegados. A Constituição do Brasil busca pela integração dos povos indígenas e quilombolas, porém impasses legais impedem a aplicação dos direitos. A adoção do *buenvivir* é a busca do desenvolvimento pleno e do equilíbrio entre o ser humano e a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Pachamama; Natureza; Socioambientalismo; Buen Vivir.

RESUMEN: *El artículo trae una reflexión sobre la Pachamama, que representa la tierra y todos los seres, inclusive el hombre. La sociedad globalizada usa y depreda los recursos del ambiente como algo inagotable y no preocuparse con las consecuencias, que puedan advir. El socioambientalismo viabiliza la sustentabilidad de la naturaleza y la social, a un sólo tiempo, a través de la inclusión, del respeto por la cultura, por la diversidad y participación en la gestión ambiental. Las Constituciones de Ecuador, de Bolivia y la Ley de Derecho de la Madre Tierra son instrumentos que viabilizan la sustentabilidad plural, que reconocen la naturaleza como sujeto de derecho, el multiculturalismo, el plurinacionalismo, confiriéndoles derechos hasta entonces relegados. La Constitución de Brasil búsqueda por la integración de los pueblos indígenas y quilombolas, sin embargo impasses legales impiden la aplicación de los derechos. La adopción del buen vivir es la búsqueda del desarrollo pleno y del equilibrio entre el ser humano y la naturaleza.*

PALABRAS LLAVE: Pachamama; Naturaleza; Socioambientalismo; Buen Vivir.

**CONFLITOS ECOLÓGICOS DISTRIBUTIVOS E O PROTAGONISMO DA COMUNIDADE
DO ASSENTAMENTO PONTAL DOS BURITIS: UM ESTUDO DE CASO**
*ECOLOGICAL DISTRIBUTIVE CONFLICTS AND LEADERSHIP COMMUNITY OF
NESTING PONTAL DOS BURITIS: A CASE STUDY*

Larissa Carvalho de Oliveira
Helga Maria Martins de Paula

RESUMO: O trabalho versa sobre o fato ocorrido em 03 de maio de 2013, na Escola Municipal Rural São José do Pontal, no Assentamento Pontal dos Buritis, no Município de Rio Verde-GO. A contaminação de várias pessoas da comunidade, devido ao agrotóxico, por meio de pulverização aérea e os efeitos do contato (ações do Poder Público e a postura da imprensa local) são vislumbradas a partir do protagonismo das mulheres vinculadas ao acidente. Seus discursos revelam a preocupação com a garantia da saúde dos atingidos. Além disso, há necessidade de aprofundamento teórico que destaque os elementos estruturais de vinculação entre o Poder Público regional e os complexos agroindustriais como mote fundante de um modelo de desenvolvimento sócio-econômico agrícola hegemônico, visto como inevitável e necessário.

PALAVRAS-CHAVE: Pontal dos Buritis, modelo agrícola, agrotóxicos.

ABSTRACT: *The work is about the event that occurred on May 3, 2013, at the Municipal School of Rural São José do Pontal, in Pontal dos Buritis settlement in the municipality of Rio Verde. The contamination of various people in the community due to pesticides through spraying and the effects of contact (actions of the government and the attitude of the local press) are gleaned from the role of women linked to the accident. His speeches reveal concern with ensuring the health of those affected. Furthermore, there is need for further theoretical highlight the structural elements of linkage between government and regional agroindustrial complexes as founding motto of a model of socio-economic agricultural hegemonic seen as inevitable and necessary.*

KEYWORDS: *Pontal dos Buritis, modelagricultural, pesticides.*

**MERCADO, PATRIMÔNIO GENÉTICO, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E RISCO À
HUMANIDADE: REFLEXÕES À LUZ DA PROTEÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA**
*MARKET, GENETIC HERITAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND RISK TO HUMANITY:
REFLECTIONS ON BRAZILIAN LEGAL PROTECTION*

Gustavo de Macedo Veras
Mario Jorge Tenório Fortes Júnior

RESUMO: Os avanços tecnológicos possibilitaram o uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados a ela, tornando-os alvo de interesses que visam a sua apropriação com o intuito lucrativo, sem a preocupação com o desenvolvimento das populações detentoras destes saberes, nem tampouco com as consequências geradas pela manipulação do patrimônio genético e do conhecimento adquirido. A legislação brasileira é carente de normas efetivas a esse respeito e em que pese a Constituição Federal tratar do tema, o faz de maneira genérica no plano infraconstitucional não se mostrando suficiente para protegê-los efetivamente. Nesse sentido desenvolve-se uma reflexão sobre as deficiências da legislação brasileira, principalmente a MP 2186-16/2001 e alguns riscos que se corre ao não proteger devidamente o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimentos tradicionais associados, Mercado, Patrimônio genético, Proteção jurídica, Riscos à humanidade.

ABSTRACT: *Technological advances have enabled the use of biodiversity and traditional knowledge associated with it, making them the target of interest aimed their ownership with profit, without concern for the development of populations possessing such knowledge, nor the consequences generated by manipulation of the genetic and acquired knowledge. The Brazilian legislation is lacking in effective norms the respect and in which weigh the Constitution treat your theme, the makes of generic way and legislation infraconstitucional not if shows enough to protect them effectively. In this sense develops-if a reflection on the deficiencies of Brazilian legislation, mainly the MP 2186-16/2001 and some risks that if runs by not protecting duly access to genetic heritage and to traditional knowledge associated*

KEYWORDS: *Associated traditional knowledge, Market, Genetic heritage, Humanity risks, Legal protection.*

NATUREZA: ENTRE A TRADIÇÃO E O RISCO NATURE: BETWEEN TRADITION AND RISK

Luciana Xavier Bonin

RESUMO: Através da cosmovisão dos povos tradicionais andinos, valores até então cultivados por povos ancestrais e expressos pelo buen vivir, foram elevados ao status constitucional de Estados Nacionais como Equador e Bolívia, postulando-se assim, valores próprios à natureza. No sentido oposto, caminham as sociedades capitalistas, tangidas por incertezas e riscos que ultrapassam fronteiras e gerações, trazidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas. Se por um lado, as tradições dos povos ancestrais defendem o todo, a unicidade, a integração, a harmonia entre o homem e a terra, a interdependência entre tudo e todos, por outro, o paradigma individual, incorporado pelas sociedades comandadas pelo mercado, pela indústria do consumo e que primam pelo acúmulo de capital, convergem para a homogeneização, a desintegração e insensibilização do ser humano. E, como eixo central dessa discussão, está a natureza. Ora reconhecida como base da vida, ora tratada como coisa, como mero objeto de comercialização em nome do crescimento econômico. Um momento histórico que desafia não só o poder público, mas também a coletividade, para a promoção de mudanças substanciais nas estruturas da sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Buen Vivir. Natureza. Capitalismo. Povos Tradicionais. Sociedade de Risco.

ABSTRACT: *Through the worldview of traditional peoples andians, values hitherto cultivated by ancient peoples, and expressed by buen vivir, were elevated to constitutional status in National States such as Ecuador and Bolivia, postulating thus, eigenvalues nature. In the opposite direction, go capitalist societies, plucked by uncertainties and risks that go beyond borders and generations, brought by scientific and technological development of the last decades. On one hand, the traditions of ancient peoples defend the whole, the oneness, integration, harmony between man and the earth, the interdependence of everything and everyone on the other, the individual paradigm, built by companies controlled by the market, by the consumer industry and excel in capital accumulation, converge to the homogenization, disintegration and desensitization of the human being. And as the centerpiece of this discussion, is nature. Prays recognized as the basis of life, sometimes treated as a thing, as a mere object of marketing in the name of economic growth. A historic moment that defies not*

only the government, but also the community, for promotion of substantial changes in the structures of society as a whole.

KEYWORDS: *Buen Vivir. Nature. Capitalism. Traditional Peoples. Risk Society. Environmental Law.*

GRUPO DE TRABALHO IV

Desafios dos povos indígenas, quilombolas e ciganos no Brasil



**A COLONIALIDADE DO PODER E A DIFERENÇA COLONIAL VISTAS A PARTIR DO
HISTÓRICO DOS POVOS CIGANOS NO BRASIL**
*COLONIALITY OF POWER AND COLONIAL DIFFERENCE VIEWS FROM THE HISTORY
OF GYPSY PEOPLE IN BRAZIL*

Alex Sandro da Silveira Filho

RESUMO: Este trabalho tem o intuito de compreender, mediante a perspectiva do pensamento latino-americano, o histórico dos povos ciganos no Brasil. Para tanto, o estudo parte de dois conceitos, a saber: a) colonialidade do poder, que consiste em um modelo de poder global hegemônico desde a conquista da América, que articula raça e trabalho, espaços e povos, para o benefício dos povos europeus; b) diferença colonial, que se refere ao conhecimento e as dimensões dos processos de subalternização realizadas pela colonialidade do poder, trazendo à tona persistentes diferenças culturais dentro de estruturas de poder global. O método utilizado nesse trabalho foi a revisão bibliográfica. Os resultados da pesquisa indicam que o histórico dos ciganos no Brasil está relacionado à falta de poder econômico, social e cultural desse grupo, o que acarretou na consolidação de estereótipos negativos, e por conseguinte, preconceito e discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos. Brasil. Colonialidade do poder. Diferença colonial.

ABSTRACT: *This work aims to understand, through the perspective of Latin American thought, the history of the Roma people in Brazil. Therefore, the study is based on two concepts, namely: a) coloniality of power, consisting of a model of global hegemonic power since the conquest of America, which articulates race and labor, spaces and people for the benefit of European peoples b) colonial difference, which refers to knowledge and the dimensions of the processes of subordination performed by the coloniality of power, bringing up persistent cultural differences within structures of global power. The method used in this study was a literature review. The survey results indicate that the history of Gypsies in Brazil is related to the lack of economic power, social and cultural development of this group, which resulted in the consolidation of negative stereotypes, and therefore, prejudice and discrimination.*

KEYWORDS: *Gypsies. Brazil. Coloniality of power. Colonial difference.*

**A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL AOS CIGANOS E SUAS GARANTIAS LEGAIS BASEADO
NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**
*SOCIAL DISCRIMINATION TO GYPSIES AND LEGAL WARRANTIES BASED ON THE
PRINCIPLE OF HUMAN DIGNITY*

Sheila Lobão Molina
Jacqueline Meneses de Santana

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo traçar um panorama histórico sobre a cultura cigana enfatizando ainda o princípio da dignidade da pessoa humana em face da discriminação que tal povo sofre ao longo da história da humanidade. Não é raro ouvir dizer que a população cigana é perseguida em diversos lugares do mundo, sendo que tal cultura passa a ser protegida como forma de manutenção e respeito à diversidade cultural necessária à humanidade. O universo cigano é antigo, cheio de crenças e histórias, portanto, definir a identidade cigana é bem mais difícil que se possa imaginar, existindo, assim, três etnias principais, a rom, calon e sinti. Levando-se em consideração o estereótipo criado para os ciganos, estes sofrem perseguições desde que chegaram ao Oriente Médio, sendo vistos com desprezo e até mesmo medo por parte dos chamados não-ciganos. Entre

seus direitos, estão os de ir e vir, uma vez que a Constituição Federal garantiu a estes os mesmos direitos de qualquer cidadão não-cigano, ao menos na teoria, já que na prática, muitos direitos são violados, apresentando, desta forma, preconceitos, negativos estereótipos, e as várias formas de discriminação. E, por constituírem uma minoria étnica, tal povo possui o Ministério Público Federal como órgão responsável por sua proteção e defesa garantindo aos mesmos sua preservação cultural através de princípios legais bem como respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos, preconceito, dignidade, Direitos Fundamentais.

ABSTRACT: *This paper aims to draw a historical overview on the gypsy culture further emphasizing the principle of human dignity towards the discrimination that such people suffer throughout history of mankind. It is not uncommon to hear that the gypsy population is persecuted in several places of the world, and it happens to be protected as a form of maintenance and respect for cultural diversity needed to humanity. The gypsy universe is old, full of stories and beliefs, thus setting the Gypsy identity is much more difficult than anyone might imagine, there are three ethnic groups, the Rom and Sinti, Caló. Taking into consideration the stereotype created for Rom, they suffer persecution since coming to the Middle East, viewed with disdain and even fear on the part of so-called non-Rom. Among its duties are the coming and going, since the Constitution guaranteed these same rights to any non - gypsy, at least in theory, since in practice many rights are violated, and hence will, prejudices, negative stereotypes, and various forms of discrimination. And, because they are an ethnic minority, as people have federal prosecutors as the body responsible for ensuring their protection and defense of the same cultural preservation through legal principles and respecting the principle of human dignity.*

KEYWORDS: *Gypsies, prejudice, dignity, Fundamental Rights.*

A PERDA E A RECONQUISTA DO TERRITÓRIO AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ

LA PÉRDIDA Y LA RECONQUISTA DEL TERRITORIO AVÁ-GUARANI EN ESTE DE PARANÁ

Raul Cezar Bergold
Caroline Barbosa Contente Nogueira

RESUMO: O povo Avá-Guarani ocupava a região da atual tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. No lado brasileiro, a partir de 1930, iniciou-se um processo de ocupação que levou colonos de origem gaúcho-europeia para a região. Esse processo envolveu o corte da mata, a abertura de estradas e a demarcação de lotes, o que era feito por empresas colonizadoras com exploração da mão de obra indígena. O território Avá-Guarani foi reduzido, concentrando-se na Aldeia Jacutinga, que seria diminuída com a instalação de posseiros que ocupavam o Parque Nacional do Iguaçu, na década de 1970. O seu remanescente foi submerso em seguida, com a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, concluída em 1982. Desde de então, existe uma luta desse povo pelo reconhecimento do seu território, a qual tem se intensificado ao longo dessas três décadas subsequentes, sobretudo pelas reduzidas áreas que lhe foram outorgadas até o momento. Esses espaços foram constituídos a partir de compras de terras visando à compensação de danos causados aos Avá, sem que se desse o reconhecimento do território, como direito constitucionalmente assegurado. O Poder Público, responsável pela realização de procedimentos necessários ao reconhecimento e demarcação das terras indígenas, tem sucumbido à pressão de ruralistas, o que não resolve, mas agrava os conflitos, além de

violar a Constituição brasileira. Objetiva-se, então, abordar a forma de espoliação do território Avá-Guarani e analisar as circunstâncias que envolvem a retomada de seu território, através dos direitos constitucionais e internacionais já consolidados, usando pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Avá-Guarani; Colonização; Oeste do Paraná; Território. Direito Indígena.

RESUMEN: *El pueblo Avá-Guarani ocupaba la región de la actual triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. En el lado brasileño, desde 1930, se ha iniciado un proceso de ocupación que llevó colonos de origen gaucho-europea para la región. Este proceso causó la tala de los bosques, la apertura de rutas y la demarcación de tierras, lo que era hecho por empresas colonizadoras con exploración de mano de obra indígena. El territorio Avá-Guarani fue reducido, concentrándose en la Aldea Jacutinga, que sería disminuida con la instalación de poseros que ocupaban el Parque Nacional de Iguazu, en la década de 1970. Su remaneciente fue submerso en seguida, con la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Itaipu, concluida en 1982. Desde entonces, existe una lucha de este pueblo por el reconocimiento de su territorio, la cual se tiene intensificado a lo largo de tres décadas subsecuentes, sobre todo por las áreas reducidas que se le han otorgado hasta el momento. Estos espacios fueran construidos desde compras de tierras visando la compensación de daños causados a los Avá, sin que se reconociese su territorio, como derecho constitucionalmente asegurado. El Poder Público, responsable por la realización de procedimientos necesarios al reconocimiento y demarcación de las tierras indígenas ha sucumbido a las presiones de los ruralistas, lo que no resuelve, pero agrava aún más los conflictos, además, viola la Constitución Brasileña. Se objetiva, entonces, trabajar el tema de su territorio, través de los derechos constitucionales e internacionales ya consolidados, usando investigación bibliográfica, documental y de campo.*

PALABRAS-CLAVE: Avá-Guarani; Colonización; Oeste de Paraná; Território; Derecho Indígena.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO DANO AMBIENTAL E A OMISSÃO DO ESTADO FRENTE AO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS **LIABILITY OF ENVIRONMENTAL DAMAGE AND FAILURE OF THE STATE TO FRONT OF INDIGENOUS CULTURAL HERITAGE**

Carla Vladiane Alves Leite

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 é inovadora ao assumir-se como Constituição Ambiental, provocando uma ruptura em relação ao conceito de responsabilidade civil antigo. Partindo de uma abordagem qualitativa, dialética e jurisprudencial, este artigo analisa o Princípio Responsabilidade Ambiental junto ao Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, identificando, com apoio na legislação constitucional e infraconstitucional, as controvérsias doutrinárias acerca da natureza da responsabilidade estatal (objetiva ou subjetiva) frente aos casos de omissão da administração pública e à ocorrência de dano ambiental, principalmente aos danos ambientais do patrimônio cultural dos índios. Observa-se que o Superior Tribunal de Justiça assume uma dimensão maior do conceito de responsabilidade civil do Estado, demonstrando uma tendência pela responsabilidade civil objetiva com base no risco. Assim, o Brasil, salvo algumas divergências doutrinárias, adota a responsabilidade civil objetiva do Estado pela teoria do risco administrativo alicerçada no ato ilícito e na aceitação do risco. Por isso, trata-se de artigo que investiga a necessidade de transformar-se o sistema de reparação do dano ambiental em face das perspectivas propostas pelo Estado de Direito Ambiental Protecionista. Por isso mesmo, trata-se de discutir a legislação

vigente, sua aplicação prática, bem como eventuais lacunas na proteção e responsabilidade junto aos direitos patrimoniais indígenas, tendo também por base as duas vertentes que compõem a moderna concepção da igualdade, ou seja, a existência de medidas de combate e repressão à discriminação, aliadas a medidas compensatórias que promovam e estimulem por meio da tolerância à diversidade, a inclusão de indivíduos e grupos vulneráveis nos diversos processos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade civil ambiental; Princípio da Responsabilidade; Omissão ambiental do Estado; Proteção do Patrimônio Cultural Indígena; Direitos dos Índios.

ABSTRACT: *The Constitution of 1988 is the innovative take as Environmental Constitution, causing a departure from the concept of liability old. From a qualitative approach, dialectical and jurisprudence, this article analyzes the Principle Environmental Responsibility by the Cultural Heritage of Indigenous Peoples, identifying with the support and infra-constitutional legislation, the doctrinal controversies about the nature of state responsibility (objective or subjective) front to cases of omission of public administration and the occurrence of environmental damage, especially to the environmental damage of cultural heritage of the Indians. It is observed that the Superior Court assumes a greater dimension of the concept of liability of the State, demonstrating a tendency for objective liability based on risk. Thus, Brazil, subject to certain doctrinal differences, adopts the objective liability of the State for administrative risk theory grounded in tort and acceptance of risk. Therefore, it is article that investigates the need to transform the system of repairing the environmental damage in the face of perspectives proposed by the State Environmental Law protectionist. Therefore, it is to discuss the legislation, its practical application as well as any gaps in protection and accountability together with indigenous property rights, and also based on the two strands that make up the modern conception of equality, ie, existence of measures to combat discrimination and repression, combined with compensatory measures that promote and encourage tolerance through diversity, inclusion of vulnerable individuals and groups in different social processes.*

KEYWORDS: *Environmental liability; Principle of Responsibility; Omission State environmental, Indigenous Cultural Heritage Protection, Rights of Indians.*

AUTOTUTELA INDÍGENA: ATÉ QUE PONTO O PROTAGONISMO É DO ÍNDIO? **INDIGENOUS SELF-DETERMINATION: HOW CHALLENGING IS TO BE AUTONOMOUS?**

Ronaldo Lobão
Elisa Assumpção Solinho

RESUMO: A década de 1980 foi o marco legal do início de uma nova tendência da relação entre Estado e povos originários no Brasil. Com o advento da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2004, este paradigma se modificou brevemente. A partir daí, tem-se reconhecido, gradativamente a autotutela indígena. No entanto, apesar do fim da tutela estar previsto em norma constitucional, na prática, as políticas governamentais insistem em manter o papel de tutor sobre o índio, mostrando-se por vezes injusto e autoritário, a exemplo da publicação da Portaria 303 da AGU, de julho de 2012. O presente trabalho pretende demonstrar a possibilidade de reafirmar o direito da autodeterminação dos povos indígenas frente à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O objeto de análise é um Estudo Componente Indígena (ECI) parte integrante do licenciamento ambiental do Terminal Portuário de Uso Múltiplo Nutripetro, cuja infraestrutura afeta parte da Terra Indígena Comboios em Aracruz (ES). Discute-se a adequação do uso de um “termo de parceria

indígena” como instrumento jurídico capaz de proporcionar aos índios a concretização de sua autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas, autodeterminação, Convenção 169.

ABSTRACT: *The decade of 1980 was a legal mark of the beginning of a new tendency in the relationship between the State and the indigenous people in Brazil. The rising of the Constitution of 1988, followed by the internalization of the Convention 169 of the International Labour Organization (ILO), in 2004, changed briefly this paradigm. Since then, and gradually, the Indigenous Self-determination has been legally recognized. Therefore, even with the constitutional provision of the end of the State tutelage, in reality, the governmental politics insist in keeping the role of tutelage of the indigenous, which happens to be unfair and authoritarian. The edition of the Portaria 303 –AGU, in July, 2012, is an example. This paper intends to demonstrate the possibility of effectuating the indigenous right to self-determination up FUNAI. The analysed subject is the Estudo de Componente Indígena (ECI), that integrates the studies required upon the process of conceding the environmental license of the Terminal Portuário de Uso Múltiplo Nutripetro, whose structure affects partially the Terra Indígena Comboios, in the city of Aracruz (ES). We discuss the adequacy of the use of an “indigenous partnership term” as the most qualified legal tool to ensure to the indigenous people the accomplishment of their autonomy.*

KEYWORDS: Indigenous People, Self-Determination, Convention 169.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO AMAZONAS: AVANÇOS E DESAFIOS **COMUNIDADES QUILOMBOLAS EN EL BAIXO AMAZONAS: AVANCES Y DESAFÍOS**

Natasha Valente Lazzaretti

RESUMO: As comunidades remanescentes de quilombos têm construído sua organização, tanto no que concerne às questões internas e cotidianas destas sociedades, como também para pleitear o reconhecimento de sua condição de quilombola. A partir de então, tais comunidades podem estabelecer vínculos junto a entidades para maior qualidade de vida. No tocante à realidade amazônica, notadamente às comunidades existentes na região conhecida como Baixo Amazonas, há um incipiente movimento no sentido de garantir o direito primeiro de tais comunidades – o reconhecimento – e a partir de então passarem a dialogar com instituições que possam agregar-lhes progresso econômico e social. Destaque para a comunidade de Peafú, localizada no município de Monte Alegre-PA, reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2006, que passou a buscar o apoio de instituições, além de estimular nas comunidades da região a busca pelo reconhecimento.

Palavras-chave: Quilombolas. Baixo Amazonas. Peafú.

RESUMEN: *Las comunidades quilombolas han construido su organización, tanto en lo que respecta a los asuntos internos y todos los días estas sociedades, así como para solicitar el reconocimiento de su condición de quilombolas. Desde entonces, estas comunidades pueden establecer vínculos con las instituciones de mayor calidad de vida. En cuanto a la realidad amazónica, especialmente las comunidades de la región conocida como el Baixo Amazonas, hay un incipiente movimiento para asegurar el derecho primero de estas comunidades - el reconocimiento - y desde luego vaya al diálogo con las instituciones que se pueden añadir a progresar económico y social. Énfasis en Peafú comunidad, ubicada en el municipio de Monte Alegre-PA, reconocida como la Fundación Cultural Palmares Quilombo en 2006, que fue a buscar el apoyo de las instituciones, y estimular las comunidades de la región para luchar por el reconocimiento.*

PALABRAS-CLAVE: *Quilombo. Baixo Amazonas. Peafú.*

DIREITO E EFETIVIDADE: UM PARADOXO AINDA ATUAL NA QUESTÃO INDÍGENA
DERECHO Y EFICACIA: UNA PARADOJA AÚN PRESENTE EN CUESTIONES INDÍGENAS

Jessica Fernanda Jacinto de Oliveira

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a eficiência da legislação nacional para garantir os direitos indígenas emergentes e suprir eventuais demandas sociais. Ao passo em que se faz necessário retomar a trajetória histórica dos direitos sócio-políticos indígenas, a fim de mostrar como foram sujeitos passivos de uma opressão jurídica (e social). Ademais, se entende de suma importância questionar referida efetividade a partir de constatações contemporâneas fatídicas e desde então, problematizar a necessidade de libertação da possível opressão.

PALAVRAS-CHAVE: História. Direito. Opressão. Índios.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar la eficacia de la legislación nacional para garantizar los derechos indígenas y abordar las demandas sociales emergentes. Mientras que se necesita para volver a la trayectoria histórica de los derechos indígenas sociopolíticos con el fin de mostrar cómo los indios eran la opresión fiscal de un legal (y social). Por otra parte, entendemos la cuestión fundamental de la efectividad de los derechos sobre el bosque, de los hallazgos contemporáneos fatales y después discutimos la posible necesidad de liberación de la opresión.

PALABRAS-CLAVE: Historia. Derecho. La opresión. Indios.

DIVERSIDADE CULTURAL: PROTEÇÃO E TUTELA NA ERA PÓS-MODERNA
DIVERSIDAD CULTURAL: PROTECCIÓN Y TUTELA EN LA ERA POST-MODERNA

Ana Célia Querino

RESUMO: A cultura imaterial constitui-se em patrimônio de incomensurável valor, inserida no meio ambiente. A diversidade cultural é fator de contribuição à formação e afirmação da identidade cultural, merecendo proteção e tutela estatal e da sociedade. Os Direitos Culturais são foco de forte preocupação da ONU, no sentido da promoção de condições propícias ao respeito e exercício destes direitos. Em relação às culturas indígenas, quilombolas e ciganas, o desafio maior permanece na dificuldade da sua inclusão no exercício de cidadania, bem como da necessidade de efetivo combate à negação ao reconhecimento dos valores culturais. Felizmente as novas constituições latinas trazem limiares deste reconhecimento, a nível coletivo. Pelos princípios da igualdade e do respeito às diferenças, almeja-se o reconhecimento, garantia e proteção destas culturas, na era pós-moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade cultural. Proteção cultural. Reconhecimento.

RESUMEN: La cultura imaterial se constituye en patrimonio de inconmensurable valor, inserida en el medio ambiente. La diversidad cultural es factor de contribución a la formación y afirmación de la identidad cultural, digna de protección y tutela del Estado y de la sociedad. Los Derechos Culturales son objeto de fuerte preocupación de la ONU, en lo

que se refiere a la promoción de condiciones conducentes al respecto y ejercicio de estos derechos. En relación a las culturas indígenas , quilombolas y gitanas , el desafío may or permanece em la dificultad de su inclusión en el ejercicio de ciudadanía , así como de la necesidad de eficaz combate a la negación al reconocimiento de los valores culturales . Afortunadamente las nuevas constituciones latinas traemlimiars de este reconocimiento, a nível colectivo. Por los principios de la igualdad y del respecto a las diferencias, se almeja el reconocimiento, garantía y protección de estas culturas en la era pós-moderna.

PALABRAS-CLAVE: *Diversidad cultural. Protección cultural. Reconocimiento.*

FUNDAMENTOS MORAIS DO CONFLITO DE BELO MONTE **FUNDAMENTOS MORALES DEL CONFLICTO DE BELO MONTE**

Rafael GandurGiovannelli

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre o conflito de Belo Monte. A partir das noções de ideal moral de autenticidade e de razão instrumental, do filósofo Charles Taylor, interpretamos trechos dos discursos do Ministério Público Federal e do Governo Federal e tentamos identificar fundamentos morais que sustentam seus argumentos.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito. Belo Monte. Autenticidade. Razão Instrumental.

RESUMEN: *Este artículo propone una reflexión teórica sobre el conflicto de “Belo Monte”. Desde las nociones de ideal moral de autenticidad y razón instrumental, del filósofo Charles Taylor, interpretamos partes del discurso del “Ministério Público Federal” y del Gobierno Federal e intentamos identificar fundamentos morales que sostienen sus argumentos.*

PALABRAS-CLAVE: *Conflicto. Belo Monte. Autenticidad. Razón Instrumental.*

“MULHERES DOS PANOS” MBYÁ-GUARANI **MBYÁ-GUARANI “CLOTH’S WOMEN”** **Luiz Fernando Caldas Fagundes**

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a possibilidade de tradução do conhecimento antropológico em políticas públicas adequadas às interpretações do Estado brasileiro como pluriétnico e multicultural. Proponho como estudo de caso o debate no município de Porto Alegre acerca da presença de adultos e crianças mbyá-guarani no centro da cidade, sendo esta prática indígena considerada pela maioria da sociedade envolvente em conflito com as normas de proteção da infância. Visando abordar o tema apropriado-me da abordagem antropológica de Roy Wagner acerca da centralidade do mundo doméstico na produção de pessoas em contraposição à produção de bens da sociedade ocidental e a antropologia sobre a infância. A partir destas referências apresento uma experiência intitulada “Mulheres dos Panos” Mbyá-Guarani, realizada na estrutura administrativa municipal (NPPPI/SMDHSU) competente na concepção e implementação de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Em síntese, esta experiência propõe promover e respeitar esta prática indígena, uma vez que a mesma não pode ser interpretada somente a partir das nossas categorias jurídicas de exploração do trabalho infantil. A idéia central é produzir soluções administrativas que levem em consideração o direito à diferença e uma compreensão da diversidade cultural que de sustentação às políticas públicas de reconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Diversidade Cultural; Povos Indígenas; Mbyá-Guarani; Direito à Diferença.

RESUMEN: *The article aims to discuss the possibility of translation of the anthropological thinking in public policies that fit to the interpretations of the Brazil as a polyethnic and multicultural state. I consider as a case study the debate in the city of Porto Alegre concerning the presence of adults and children mbyá-guarani in the streets of the city center, once that this indigenous practice is considered for the majority of the larger society in conflict with the laws directed to childhood protection. Aiming at to approach this subject I assume the Roy Wagner's anthropological theory concerning the centrality of the domestic world in the production of people in sharp contrast with the production of goods in western societies and infant anthropology. From these references I present an experience so called Mbyá-Guarani "Cloth's Women", carried out in a department of the municipal executive branch (NPPPI/SMDHSU) who's in charge to conceive and implement public policies for the indigenous peoples. In short, this experience sought to promote and to respect these indigenous practices, once it cannot be interpreted just in terms of our legal categories of exploitation of the child labor. The core idea is to produce administrative solutions that take account the right to difference and an understanding of the cultural diversity that give sustain to public policies of recognition.*

PALABRAS-CLAVE: Public Policy; Cultural Diversity; Indigenous Peoples; Mbyá-Guarani; Right to Difference.

**O DIREITO ÀS TERRAS ANCESTRAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE GUINÉ
BISSAU E BRASIL**
**EL DERECHO A LAS TIERRAS ANCESTRALES: UN ANÁLISIS COMPARATIVO ENTRE
GUINÉ BISSAU Y BRASIL**

**Marceline Vaz
Juceline Gomes**

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo geral fazer um relato de experiência sobre o direito às terras ancestrais na Guiné Bissau, e a partir de então tecer uma breve análise comparada com o Brasil. A participação no projeto de extensão que trata da titulação das comunidades quilombolas, especificamente o Bairro Patrimônio de Uberlândia – MG enquanto quilombo urbano, nos permitiu correlacionar aspectos importantes do direito às terras ancestrais para as comunidades tradicionais em nosso país e no Brasil. Percebemos que existe muita semelhança entre o que dita o nosso direito consuetudinário e a construção do mesmo nos quilombos, como por exemplo, na Guiné-Bissau as terras ancestrais são ocupadas pelos seus respectivos donos, e todo o mundo respeita esses territórios por ser de uma determinada família, não podendo ser vendidas nem tirada daquela família. É importante ressaltar que é necessário conhecer a construção quilombola sobre o direito às terras ancestrais e a propriedade das terras, para permitir uma construção mais ampla do que seria o direito quilombola garantido na Constituição Federal de 1988 e suas interpretações, como por exemplo o direito à livre determinação dos povos, motivos estes que justificam a presente abordagem.

PALAVRAS-CHAVE: Direito consuetudinário. Terras ancestrais. Quilombos. Guiné Bissau. Brasil.

RESUMEN: *Este artículo pretende hacer un relato de experiencia general sobre el derecho a las tierras ancestrales en Guinea Bissau, y desde luego tejer un breve análisis*

comparativo con Brasil. La participación en el proyecto de extensión que se refiere a la titulación de comunidades quilombolas, específicamente en el Distrito Patrimonio de Uberlândia - MG, mientras un "Quilombo Urbano", nos ha permitido correlacionar los aspectos importantes del derecho a las tierras ancestrales de las comunidades tradicionales en nuestro país y en Brasil. Nos damos cuenta de que hay mucha similitud entre los dictados de nuestro derecho consuetudinario y la construcción de los quilombos, por ejemplo, en Guinea-Bissau tierras ancestrales son propiedad de sus respectivos donos, las comunidades tradicionales, y todo el mundo respeta estos territorios, por ejemplo, una tierra que es de una determinada familia no puede ser vendido ni tomado esa familia. Es importante destacar que es necesario conocer la construcción de los derechos quilombolas sobre el derecho a la tierra y la propiedad de las tierras ancestrales para permitir una construcción más amplia de lo que sería el derecho garantizado por la Constitución Federal de 1988 y sus interpretaciones, como el derecho a la libre determinación de los pueblos, sendo que estas razones justifican o enfoque deste artículo.

PALABRAS-CLAVE: *Derecho consuetudinario. Tierras Ancestrales. Quilombos. Guine Bissau. Brasil.*

**O RECONHECIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS URBANAS: UM ESTUDO
DE CASO DO BAIRRO PATRIMÔNIO EM UBERLÂNDIA-MG**
**EL RECONOCIMIENTO DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOS URBANOS: UM ESTUDIO
DE CASO EM EL DISTRITO DE PATRIMÔNIO, UBERLÂNDIA – MG**

Rodrigo Mendonça Lima
Rúbia Mara de Freitas

RESUMO: O presente trabalho fará uma abordagem histórica do negro do Brasil desde a abolição da escravidão até os dias de hoje, para tentar entender a comunidade do bairro Patrimônio na cidade de Uberlândia – MG. Assim, tenderá a nos mostrar as dificuldades observadas durante o processo de reafirmação do negro na sociedade, bem como para afirmação do direito fundamental reconhecido aos remanescentes quilombolas no art. 68 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórios sobre a titulação de suas terras, as leis ordinárias que desse artigo surgiram, observando, ao final, a relação desse processo com o contexto do bairro Patrimônio. O projeto com este foco na comunidade do bairro Patrimônio aprovado pelo Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade 2013, é o que dá sentido ao trabalho, que procura servir de base científica para realização daquele objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Quilombolas, Bairro Patrimônio, Auto Reconhecimento Quilombola.

RESUMEN: Este trabajo dará una perspectiva histórica de negro en Brasil desde la abolición de la esclavitud hasta la actualidad, para tratar de entender el barrio Patrimonio de la comunidad en la ciudad de Uberlândia - MG. Por lo tanto, tienden a mostrar las dificultades encontradas durante el proceso de reafirmación de la sociedad negro, así como la afirmación del derecho fundamental reconocido en el artículo 68 restantes de Actos y Disposiciones Constitucionales Transitorias sobre el título de sus tierras, las leyes ordinarias que el artículo apareció, observando, al final, la relación de este proceso con el contexto del patrimonio barrio. El proyecto de este enfoque en la comunidad de lo barrio Patrimonio, aprobado por PEIC/UFU/2013, que es la dirección de la obra, que tiene por objeto proporcionar una base científica para el logro de ese objetivo.

PALABRAS-CLAVE: Las comunidades quilombolas, Barrio Patrimonio, Auto Reconocimiento quilombos.

PATRIMÔNIO: UMA COMUNIDADE NEGRA ASSUMINDO SUA CONDIÇÃO DE QUILOMBO URBANO

PATRIMÔNIO: A COMMUNITY TAKING YOUR CONDITION BLACK URBAN QUILOMBO

Guilherme Andrade de Paula

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência das atividades de assessoria jurídica popular desenvolvidas no projeto de extensão intitulado "Patrimônio: uma comunidade negra assumindo sua condição de quilombo urbano", que tem como objetivo orientar e auxiliar a comunidade do bairro Patrimônio em Uberlândia, Minas Gerais, a adquirir o reconhecimento de quilombo urbano. Nas duas reuniões que foram realizadas com moradores do bairro e representantes do Poder Legislativo e Executivo do Município, percebemos que existe um forte sentimento de identidade negra e pertencimento entre os moradores, mas um preocupante desconhecimento sobre os procedimentos legais para a titulação quilombola, o que gera dúvidas, desconforto e insegurança no grupo. Assim, torna-se necessário tratar das dificuldades jurídicas já observadas no desenvolvimento do referido projeto de extensão, a fim de compartilhar as experiências vividas e buscar alternativas viáveis para o rompimento dessas barreiras e conquistar a realização do direito fundamental das comunidades negras às suas terras ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: RECONHECIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS; RELAÇÕES ETNICORACIAIS; DIREITOS FUNDAMENTAIS; ENTRAVES JURÍDICOS

ABSTRACT: *This work aims to present an experience report of the activities of legal advice developed in popular extension project entitled "Patrimônio, a black community assuming their condition urban quilombo", which aims to guide and assist the community in the neighborhood Patrimônio in Uberlândia, Minas Gerais, to acquire the recognition of urban quilombo. In the two meetings that were held with neighborhood residents and representatives of the Legislative and Executive of the Municipality, we realize that there is a strong sense of black identity and belonging among residents but a worrying lack of the legal procedures for titration, which generates doubts, discomfort and insecurity in the group. Thus, it becomes necessary to deal with the legal problems already observed in the development of this extension project, in order to share experiences and seek viable alternatives for overcoming these barriers and achieve the realization of the fundamental right of black communities to their ancestral lands.*

KEYWORDS: *Recognition of communitiesquilombola. Ethnic racial relations. Legal barriers.*

POLÍTICA AGRÍCOLA E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
AGRICULTURAL POLICY AND INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL

Flavia DoniniRossito

RESUMO: A criação de reservas indígenas e aldeamentos trazem o desafio do desenvolvimento sustentável aos povos indígenas. A posse comunal de pequenas porções de terra pode incorrer na escassez dos recursos naturais. Análise da política agrícola e de seus instrumentos na efetivação do desenvolvimento sustentável dos povos indígenas em suas terras, sem acarretar a perda da identidade cultural. Foram realizados estudos sobre o

regime jurídico de proteção dos direitos indígenas. Verificamos os reflexos das decisões da Administração Pública e a Jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal que favorecem a constituição de aldeamentos e a restrição do acesso a terra pelos povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas. Aldeamento. Política agrícola.

ABSTRACT: *The creation of indigenous villages and reservations challenges the sustainable development of the indigenous peoples. The communal tenure of small portions of land may cause the natural resources shortage. Analysis of the agricultural policy and its instruments to implement sustainable development of the indigenous peoples on their land without provoking their cultural identity loss. Studies had been conducted around the legal protection net of the indigenous rights. We considered the reflexes caused by the decisions from the Public Administration and from the Brazilian Supreme Court in favor of creating new indigenous villages and restricting the indigenous peoples' access to the land.*

KEYWORDS: *Indigenous peoples, indigenous village, agricultural policy.*

**POVOS INDÍGENAS NAS FRONTEIRAS E A CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO: ASPECTOS CRIMINAIS**
**INDIGENOUS PEOPLES AT BRAZILIAN BORDERS AND THE CONVENTION 169 OF
INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION: CRIMINAL ASPECTS**

Edson Damas da Silveira
Serguei Aily Franco de Camargo

RESUMO: Recentemente, na TI Raposa Serra do Sol ocorreu encontro de povos indígenas para discutir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Este foi promovido pelo Conselho Indígena de Roraima, com a participação de representantes de comunidades indígenas brasileiras, venezuelanas e guianenses. Os principais problemas identificados pelas comunidades fronteiriças no evento foram: duplicidade de documentação pessoal de indígenas, que acumulam irregularmente a cidadania brasileira com a guianense ou venezuelana; criminalidade, envolvendo o contrabando de gasolina venezuelana para Roraima, crimes sexuais e o tráfico de entorpecentes e pessoas e; degradação de habitats. Assim, a partir do estudo de caso de um processo de estupro envolvendo indígenas, observou-se que a Convenção 169 possui implicações criminais, garantindo aos indígenas que sua condição étnico-cultural seja observada em todos os processos.

PALAVRAS-CHAVE: Convenção 169 OIT. Crimes Sexuais. Jurisdição Indígena.

ABSTRACT: *Recently, in Indigenous Land Raposa Serra do Sol occurred a meeting of indigenous peoples to discuss the Convention 169 of International Labor Organization. The meeting was promoted by Indigenous Council of Roraima, and included the participation of indigenous communities of Brazil, Venezuela and Guyana. The main problems identified by border communities at the meeting were: duplicity of personal documentation of indigenous people, who accrue unevenly the Brazilian citizenship with the Guyanese or Venezuelan; crimes, involving the smuggling of Venezuelan gasoline to Roraima, sexual crimes and trafficking of narcotics and people; and degradation of habitats. Thus, from the case study of a criminal process of rape involving indigenous people, it was observed that the Convention 169 presents criminal implications, guaranteeing to indigenous people that their ethnic-cultural condition must be observed in all cases.*

KEYWORDS: *ILO Convention 169. Sexual Crimes. Indigenous Jurisdiction.*

**TERRAS DE QUILOMBOS: A DISCUSSÃO SOBRE A REGULARIZAÇÃO DA
PROPRIEDADE QUILOMBOLA**
*TERRAS DE QUILOMBOS: A DISCUSSION ON THE REGULARIZATION OF THE
QUILOMBOLA PROPERTY*

Camila Gabriele Alvisi

RESUMO: O presente artigo tem como objeto a análise da regulamentação das terras quilombolas, visto que buscam o reconhecimento da propriedade através de seus direitos assegurados constitucionalmente. Os quilombolas, ao reclamarem seus direitos pelas terras, encontram grande resistência social, advinda principalmente daqueles que detêm a propriedade privada dessas terras, e que se opõem à desapropriação. As comunidades quilombolas mostram-se detentoras do mesmo direito de haverem as terras, que por seus antepassados negros escravos fugidos foram habitadas desde os tempos da escravidão. Em paralelo a esta situação, surgem os questionamentos advindos do laconismo do texto constitucional, em razão da apropriação por estes remanescentes em contrapartida com a desapropriação das terras particulares. O objetivo persiste em realizar o transcurso destes conflitos, relatando a realidade histórica e social dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedade quilombola. Função social da propriedade. Comunidades quilombolas. Remanescentes de escravos.

ABSTRACT: *The present paper analyses the property regularization of the so-called quilombola communities – quilombola properties – who claim for legal recognition of their lots due to assured constitutional rights. While claiming for their rights, the quilombolas face huge social resistance, especially from those who are the current lot owners in form of private properties. However, the quilombola communities appear to have the same property owning rights due to cultural heritage, since their past relatives have natively occupied those lots after escaping from slavery. Furthermore, the laconism of the constitutional texts lead to misunderstandings and questionings regarding the legality of lot appropriation for the quilombolas, and of lot taking from the private property owners. On this account, those conflicts are hereby described, relating also the historical and social realities of those communities.*

KEYWORDS: *Quilombola property. Social function of property. Quilombola communities. Slavery successors.*

**TRANSNACIONALIDADE DO POVO AVÁ-GUARANI NA TRÍPLICE FRONTEIRA
ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA: REFLEXOS NOS DIREITOS
ASSISTENCIAIS**
*TRANSNACIONALIDAD DEL PUEBLO AVÁ-GUARANÍ EN TRIPLE FRONTERA
ENTRE BRASIL, ARGENTINA Y PARAGUAY: REFLEXIONES SOBRE LA ASISTENCIA DE
DERECHOS*

**Ana Paula Fernandes
Manuel Munhoz Caleiro**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir e mitigar o caráter absoluto do instituto jurídico da nacionalidade, apresentando o instituto da transnacionalidade, aplicável aos povos transfronteiriços, como é o caso do Povo Avá-Guarani do extremo oeste do estado do Paraná. Para isso, explana e conceitua a forma como a Constituição Federal Brasileira de 1988 trata a questão indígena, como estes povos se relacionam com o conceito moderno de Estado-Nação, assim como aos tratados internacionais que passaram a integrar

o direito positivado. Mais a frente, discute como estes fatores: nacionalidade e cidadania, influenciam na concessão de benefícios de prestação continuada assistencial ao povo Avá-Guarani por parte do Estado brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES: Transnacionalidade. Tríplice fronteira. Direitos assistenciais.

RESUMEN: *Este trabajo tiene como objetivo analizar y mitigar el carácter absoluto de la institución jurídica de la nacionalidad, la presentación del Instituto de la transnacionalidad, aplicable a las personas a través de fronteras, como el Pueblo Avá-Guarani del estado de Paraná. Para ello, explica y define la forma en la Constitución brasileña de 1988 trata de las cuestiones indígenas, cómo estas personas se relacionan con el conceio del Estado-nación moderno, así como de los tratados internacionales que se han incorporado al derecho positivizados. Más adelante, explica cómo estos factores: la nacionalidad y la ciudadanía, influyen en la concesión de prestaciones para proporcionar asistencia continua a las personas, Ava Guaraní por el Estado brasileño.*

PALABRAS-CLAVE: Transnacionalidad. Triplefrontera. Derechos de asistencia.

**VERDADE E EXCLUSÃO: PRÁTICAS DISCURSIVAS NA PRODUÇÃO DE NORMAS
SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E BIOTECNOLOGIA**
TRUTH AND EXCLUSION: DISCOURSE PRACTICES IN NORMS PRODUCTION
REGARDING THE RELATION BETWEEN TRADITIONAL KNOWLEDGE AND
BIOTECHNOLOGY

Mônica da Costa Pinto
Mônica Nazaré Picanço Dias Bonolo

RESUMO: Desde a edição da Medida Provisória 2.186-16/2001, os conhecimentos tradicionais que os povos indígenas e comunidades tradicionais desenvolveram a partir do patrimônio genético brasileiro são regidos pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN. A participação dos povos indígenas neste campo de debate, contudo, ainda é bastante deficitária. Isso se dá, em parte, pela exclusiva representação de instituições públicas na plenária do Conselho, o que não oferece às entidades de representação indígena a possibilidade de encontrar assento e voto em tal espaço. Ao mesmo tempo, embora exista uma participação indireta de representantes indígenas mediante as Câmaras Temáticas do Conselho, uma série de interdições de discurso atuam naqueles espaços, garantindo que as falas destes grupos não recebam o reconhecimento que merecem. Uma destas interdições é descrita por Foucault (2011a, b) como a “vontade de verdade”, uma força discursiva que, em certo tempo, reconhece determinados discursos e despreza outros. O presente trabalho busca analisar a forma como este mecanismo de interdição age entre o discurso da ciência biotecnológica e o dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, especificamente no que tange ao reconhecimento (ou não) destes discursos como verdade. A dificuldade enfrentada pelos povos indígenas de ver seu discurso reconhecido como verdadeiro se reflete na regulamentação do CGEN sobre o tema, o que resulta, por fim, na manutenção do seu status de expropriados, além de fisicamente, também de modo simbólico/discursivo.

PALAVRAS-CHAVES: Direito ambiental. Conhecimentos Tradicionais. PovosIndígenas. Discurso.

ABSTRACT: *Since the publication of Provisional Measure 2.186-16/2001, traditional knowledge that indigenous peoples and traditional communities developed from the Brazilian genetic heritage are regulated by the Council on the Genetic Heritage Management - CGEN.*

The participation of indigenous peoples in this field of debate, however, is still quite deficient. This happens, in part, by the exclusive representation of public institutions in the Council's Plenary, that doesn't offer to the indigenous representing entities seat and vote in such a space. At the same time, although there is indirect participation of indigenous representatives through the Council's Thematic Chambers, a series of discourse interdictions act in those areas, ensuring that the lines of these groups do not receive the recognition they deserve. One of these prohibitions is described by Foucault (2011a, b) as the "will to truth," a discursive force that at one time, recognizes certain discourses and despises others. This study aims to examine how this interdiction mechanism works between the discourses of science and biotechnology and traditional knowledge associated with genetic resources, specifically with respect to the recognition (or not) of these discourses as truth. The difficulty faced by indigenous peoples to see their speech acknowledged as true is reflected in the regulation of CGEN on the subject, resulting ultimately in maintaining their expropriated status, physically, and also symbolic/discursively.

KEYWORDS: *Environmental Law. Traditional Knowledge. Indigenous Peoples. Discourse.*